

EDITORIAL

SOBRE MUSEUS E TURISMO

Novos ventos sopram para a nossa Revista Eletrônica de Turismo Cultural. Novo visual, novos parâmetros e editoração diferenciada no convênio com o Instituto Federal do Amazonas – IFAM. Tudo isso para deixar a edição da Revista mais enxuta e de fácil visualização. Dificilmente um computador irá deixar de receber os dados da RETC. Trata-se de um serviço de democratização do acesso ao conhecimento que se faz com todo o cuidado para que você, nosso leitor, tenha facilidade na aproximação, no tratamento ou na aquisição dos nossos dados.

Sobre esse número 7 (Ano IV – Vol I), temos o privilégio de publicar artigos instigantes sobre faces do Turismo Cultural. O primeiro artigo, *Turismo cultural e sustentabilidade* é um dos poucos artigos essencialmente teóricos que foram aceitos e indicados pelos pareceristas para sua publicação. Trata-se de uma discussão necessária que se realizou em pouco mais de quinze páginas de forma densa. Uma audácia muito bem resumida e discutida pelos autores.

O segundo artigo demonstra outra forma de abordagem sobre o Turismo Cultural. Numa escrita que lembra a de uma abordagem jornalística, a autora Mariana Madureira conseguiu em *Centros Coloniais, Patrimônio histórico e Autenticidade* discutir sobre o que é a autenticidade num patrimônio visitado, enfocando o casarão onde funcionava o Hotel Pilão, em Ouro Preto – MG. Já o nosso terceiro artigo é uma raridade. Pouco se discute no Brasil sobre o patrimônio arqueológico subaquático e tratar desse tema instigante como aproveitamento turístico é o desafio de Suzanne Dias Moreno e Mário Jorge Pires, no artigo *Mergulho e patrimônio subaquático em Ilhabela*. Ilhabela, aprazível local turístico no litoral norte de São Paulo foi o local escolhido para

a autora para destacar naufrágios, leis de preservação, patrimônio subaquático e Turismo. Trata-se de um excelente artigo, cujo ineditismo orgulhosamente a RETC apresenta aos seus leitores.

Por fim, três discussões sobre as relações entre Museus e Turismo fecham esse número. O quarto artigo trata sobre as políticas públicas envolvendo Museus e Turismo Cultural. Já no artigo de Susana Gastal, nota-se a força da argumentação teórica realizada de forma lógica e sucinta. Raras vezes a RETC publicou artigos essencialmente teóricos. Neste número, dois artigos foram escritos de forma brilhante. E o artigo de Gastal é o exemplo pronto de como se realiza uma discussão teórica com qualidade sem se referir a meros chavões ou citações e mais citações de outros autores que só servem para introduzir uma tese ou dissertação.

Encerra-se esse número com o artigo *Turismo e o Museu de Favela*. Foi o primeiro artigo que passou por um parecer diferenciado desde a fundação da RETC. Explica-se. O editor responsável recebeu o artigo para parecer de um congresso. Ficou encantado e sugeriu a publicação. O organizador do congresso avisou a autora, e outro editor da RETC recebeu o artigo com o nome da articulista, Camila Moraes. Leu, gostou, mas não fugiu de sua responsabilidade e enviou para dois pareceristas cegos. Recebeu-os de volta com aval para publicação com mínimas modificações. De tal modo que esse artigo final recebeu quatro pareceres para sua publicação, o que já justificaria uma leitura cuidadosa sobre um tema realmente inovador.

Boa leitura!

Prof. Dr. João Batista Neto

SUMÁRIO

NOME	PÁGINA
Turismo Cultural e Sustentabilidade: uma relação possível? Prof. Edivasco Carneiro Profa. Ms. Sofia Araújo de Oliveira Profa. Ms. Karoliny Diniz Carvalho	04
Centros Coloniais, Patrimônio histórico e Autenticidade: Análise da reconstrução do Casarão do Hotel Pilão – Ouro Preto MG Profa. Esp. Mariana Madureira	23
Mergulho e Patrimônio Subaquático em Ilhabela: Uma análise sob o Prisma do Turismo Bel. Suzanne Dias Moreno Prof. Dr. Mário Jorge Pires	39
Turismo e Cultura: um Estudo sobre o programa de Qualificação de Museus para o Turismo. Bel Darlyne Fontes Virginio	65
Museu e Turismo: a Complexa Relação com o Tempo e a Memória Profa. Dra Susana Gastal	85
Turismo e o Museu de Favela: um Caminho para Novas Imagens das Favelas do Rio de Janeiro Bel Camila Moraes	104

TURISMO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Prof. Edivasco Carneiro¹

Profa. Ms. Sofia Araújo de Oliveira²

Profa. Ms. Karoliny Diniz Carvalho³

RESUMO

O presente artigo analisa o turismo cultural, enfatizando as principais características deste segmento e o perfil do público consumidor, a partir das mudanças que caracterizam as sociedades contemporâneas. Discute, assim, a relação entre turismo e cultura, destacando-se os efeitos positivos e negativos decorrentes da aceleração do intercâmbio cultural. Aborda, também, a sustentabilidade em quanto premissa necessária para o desenvolvimento equilibrado da atividade turística, concernente aos anseios e expectativas da comunidade local. Para tanto, buscou-se, por intermédio de pesquisa bibliográfica, realizar uma revisão de literatura a respeito dos conceitos de cultura, turismo cultural e turismo sustentável, os quais balizaram a discussão proposta neste artigo.

Palavras-chave: Cultura; turismo cultural; produto turístico; sustentabilidade.

¹ Geógrafo e Músico, Mestrando em Cultura e Turismo (UESC).

² Mestre em Cultura e Turismo - UESC/BA. É especialista em Cultura Pernambucana - FAFIRE/ PE.

³ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com ênfase na linha de pesquisa Sociabilidades e sistemas simbólicos: cidade, religião e cultura popular. Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-BA). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

TURISMO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Prof. Edivasco Carneiro

Profa. Ms. Sofia Araújo de Oliveira

Profa. Ms. Karoliny Diniz Carvalho

ABSTRACT

This article examines the cultural tourism, highlighting the main characteristics of this segment and profile of the consumer from the changes that characterize contemporary societies. Discusses, well, the relationship between tourism and culture, especially the positive and negative effects arising from the acceleration of cultural exchange. Addresses, also, sustainability as necessary premise for the balanced development of tourism, concerning the wishes and expectations of the local community. Thus, it was, through literature search, conduct a literature review regarding the concepts of culture, cultural tourism and sustainable tourism, which guide the discussion proposed in this article.

Key Words: Culture, cultural tourism, tourism product; sustainability.

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade de grande importância para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico dos núcleos receptores, porém nem sempre interfere positivamente nestes. Assim, surgem novas concepções a respeito dessa atividade que, ao enfatizarem as dimensões sociais, culturais e ambientais presentes no processo de produção e comercialização do produto turístico, orientam novas formas de gestão e consumo de atrativos, equipamentos e serviços, passíveis de se traduzirem em benefícios reais para as comunidades e possibilitando maior enriquecimento da experiência turística aos visitantes.

O presente artigo propõe-se a analisar a modalidade de turismo cultural, caracterizando-a diante de inúmeras possibilidades de materialização de suas práticas nas sociedades contemporâneas, enfatizando a dinâmica e os impactos decorrentes da relação entre turismo e patrimônio, a partir da utilização de parâmetros da sustentabilidade.

Para tanto, buscou-se uma revisão de literatura a respeito dos conceitos de cultura, turismo cultural e turismo sustentável, os quais balizaram a discussão proposta neste artigo. Os dados bibliográficos foram obtidos a partir da sistematização e análise das informações contidas em livros, periódicos, artigos científicos e documentos (DENCKER, 1998).

Com isso, a partir da formação de um quadro conceitual proposto por autores que discutem a referida temática, a abordagem desse estudo apresenta, ainda, a configuração do turismo cultural nas sociedades contemporâneas, bem como as tendências mercadológicas emergentes neste segmento, visando contribuir na formulação de diretrizes e proposições para dinamização de produtos culturais em diferentes contextos.

2 TURISMO CULTURAL: EM BUSCA DAS ALTERIDADES

2.1 Trilhando os caminhos da cultura

Os grupos humanos partiram de uma unidade biológica comum e adaptaram-se a um contexto histórico e social específico, desenvolvendo formas diversificadas de agir em quantos membros de uma coletividade, isto é, passaram a simbolizar modos e estilos de vida próprios. Isso significa que o homem estabeleceu hábitos, costumes, práticas sociais, padrões comportamentais que fundamentam e legitimam todo o modo de pensar, sentir e agir em sociedade.

Da mesma forma, ao deter o controle sobre a natureza, os agentes sociais, através do uso de tecnologias, puderam cristalizar o seu estilo de vida em artefatos materiais, os quais dotados de uma dimensão simbólica e de uma representatividade permitem apreender a forma singular ou a estrutura que condiciona a existência empírica dos contemporâneos: a cultura. Inúmeros estudiosos – antropólogos, sociólogos, folcloristas e demais cientistas sociais, tentaram imprimir um conceito de cultura que abrangesse a totalidade de significados que este termo adquire para uma determinada realidade social, surgindo assim, uma ampla gama de acepções teóricas.

Segundo Laraia (1997), cultura é um conjunto de valores, crenças, costumes, hábitos e fatores históricos materiais e imateriais que permeiam, de forma dinâmica, a vida social. Ou seja, a cultura é construída ao longo de processos históricos e materiais de um povo, através de suas inter-relações e modos de vida.

Esta concepção de cultura é reforçada por Chauí (2007), que entende a cultura como uma instituição social, sendo determinada pelas condições materiais e históricas de sua realização. Desse modo, a cultura é inerente a cada povo, transformando suas experiências tangíveis e intangíveis a partir do trabalho, o qual ultrapassa e modifica algo existente em algo novo. Assim sendo, permite que qualquer povo, independente de suas condições materiais e históricas, tenha uma cultura peculiar.

Para Turner apud Sahlins (1997, p. 122), a cultura deve ser entendida como “[...] o meio pelo qual um povo define e produz a si mesmo enquanto entidade social em relação à sua situação histórica em transformação”. Desta forma, percebe-se que a cultura é dinâmica e se transforma de acordo com o contexto vivenciado por cada sociedade, (re)significando seus costumes, crenças, hábitos e valores.

Já Canclini (1985, p.29), entende a cultura como “[...] todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido”; esta é uma visão mais relacionada aos aspectos subjetivos da cultura, a qual reforça a intra-relação entre cultura e a (re) construção das identidades de um povo.

É nessa perspectiva que se compreende a cultura e suas manifestações, enquanto expressões a nível simbólico, da realidade empírica vivenciada pelos segmentos na sua

experiência cotidiana. Nesse sentido, a cultura tanto pode ser expressa por elementos tangíveis – casas, museus, igrejas, etc., quanto por aqueles que, transcendendo a uma existência concreta, tornam-se elos entre a contemporaneidade e um passado socialmente produzido, ou seja, diz respeito a um patrimônio espiritual.

Os entrelaçamentos dos bens construtores das identidades locais, regionais, ou nacionais, emergem no contexto turístico como elementos de atratividade, sugestionando uma discussão acerca das formas de difusão das culturas – que na contemporaneidade revestem-se de um caráter global, notadamente no que se refere ao seu aproveitamento como bem de consumo turístico.

2.2 Cultura e turismo: onde se encontram?

A cultura figura como atrativo significativo para os turistas, especialmente para aqueles que buscam na apreciação do outro, um diferencial em relação às suas vivências habituais. Nesse contexto, conhecer a herança cultural reelaborada na cotidianidade de povos e comunidades específicos, através de suas diversas formas de representações, constitui-se um viés integrador, conforme prenuncia Alfonso (2003, p.07):

Em 8tvidadeel turismo siempreemtenidoem aspecto cultural. Gran parte de los viajes que se han realizado a lo largo de la historia, y que hoyem dia podemos vincular a los inicios del turismo, estaban motivados por la visita a lugares emlos que podían8tvidades8manifestaciones de interés artístico o histórico; pero también grupos de 8tvidadespertencientes a las denominadas “otras culturas” o “cultura exóticas”. Este viajar y conocerotros lugares y otros8tvidades,ayudó a difundir elementos pertenecientes a las formas de vida de unos y otros [...]

A autora argumenta que o interesse pela cultura sempre fez parte de uma necessidade humana, encontrando nas diversas formas de turismo um importante instrumento de legitimação. Com o maior desenvolvimento e integração das sociedades e a ampliação do conceito de patrimônio, o turismo cultural foi assumindo novos contornos, com o aumento de reflexões, debates e teorizações acerca do segmento.

De acordo Köhler e Durand (2007), a partir da década de 80 o tema “turismo cultural” vem sendo discutido na literatura, surgindo vários conceitos tentando defini-lo. Esses autores

dividem os conceitos em dois grupos: aqueles que analisam o turismo a partir da demanda e os que focalizam aspectos da oferta. As definições a partir da demanda apresentam o turismo cultural sob o foco das motivações, percepções e experiências pessoais. Nestas definições, o que define se a experiência turística pode ser classificada como cultural são as interpretações dos turistas e não os espaços ou objetos em si. As definições que focam os aspectos da oferta baseiam-se no desfrute turístico de equipamentos e atrações previamente classificados como culturais e aptas ao consumo do fluxo turístico.

Os conceitos voltados para a oferta são de fácil aplicação, pois auxiliam a elaboração de políticas públicas e a operacionalização da atividade. Neste sentido, o Ministério do Turismo (2008, p.16) conceitua turismo cultural como “a vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. Nesta conceituação está clara a definição das atrações que são classificadas como culturais, correspondentes ao patrimônio cultural de uma localidade.

A utilização de conceitos voltados para a oferta não devem inviabilizar as motivações da demanda, pois os turistas, tidos como culturais, possuem como principal motivação o desejo de entrar em contato com diferentes culturas, visitando os elementos representativos do patrimônio de uma determinada comunidade (conjuntos arquitetônicos, sítios arqueológicos, danças típicas, religiosidade, gastronomia, o artesanato, a musicalidade, performances artísticas). Neste sentido, deve-se levar em consideração de fato a motivação, pois determinados turistas podem visitar atrações culturais como atividades opcionais em roteiros cuja motivação principal seja outra (negócios, ecoturismo, entre outros).

Na perspectiva de Goulart e Santos (1998, p. 19), o turismo cultural é apreendido como “[...] um fenômeno social, produto da experiência humana, cuja prática aproxima e fortalece as relações sociais e o processo de interação entre os indivíduos e seus grupos sociais, sejam de uma mesma cultura, ou de culturas diferentes”. Nessas definições ficam explicitadas, ainda, algumas características dessa modalidade de turismo, a saber, o interesse maior pelo compartilhamento e pela troca de experiências entre visitantes e comunidades, e as repercussões locais decorrentes da dinamização do patrimônio e em virtude do intercâmbio cultural. Além disso, observa-se que as definições de turismo cultural presentes na literatura científica, de modo geral, enfatizam o seu potencial na ampliação de conhecimentos e para o respeito mútuo entre as sociedades. Pereiro

Perez, citando Bod (1995) e Prentic (1993), caracteriza da seguinte forma o perfil sócio econômico, as necessidades, gostos e motivações intrínsecas à demanda por turismo cultural:

- Visitantes estrangeiros de idiomas e bagagens culturais diferentes;
- Cidadãos de um mesmo país, que procuram uma relação mais aprofundada com o seu patrimônio cultural;
- Residentes locais que procuram um conhecimento mais aprofundado do território que habitam;
- Pessoa com rendimentos acima da média;
- Pessoas que despendem mais;
- Passam mais tempo num mesmo sítio;
- É mais provável que se alojem em hotéis;
- É mais provável que sejam gente culta e que sejam mulheres;
- Jovens que procuram experiências culturais intensas e pouco estereotipadas;
- “Whoppies” (WhealthyHealthyOlder People), pessoas maiores com meios econômicos e saúde. O vinte por cento dos australianos, norte-americanos e europeus têm mais de 60 anos;
- Turismo de “alta qualidade” (“Santo Graal” do turismo);
- Turistas desejáveis, pois são cultos, poderosos e distinguidos.

O autor alerta, também, para o fato de se evitar a generalização ao tratarmos das características da demanda, considerando as constantes transformações no mercado turístico, a influência dos meios de comunicação e da indústria cultural na valorização de determinados destinos e produtos, bem como as mudanças que ocorrem no interior da própria demanda. Vale ressaltar, também, a existência de outras práticas que se desenvolvem com o turismo

cultural, como por exemplo, o turismo sertanejo⁴ e o turismo arqueológico⁵, e que refletem a diversidade de experiências passíveis de serem desenvolvidas pelos visitantes durante sua permanência em determinado destino. Dessa forma, ampliam-se as oportunidades de arregimentação do legado cultural para o turismo, sob a forma de atrações, eventos, produtos e serviços culturais.

2.3 Turismo cultural e as singularidades deste novo horizonte de mercado

A segmentação do mercado turístico faz com que, cada vez mais, surjam segmentos diferenciados que atendam aos interesses particulares de grupos específicos. Para Netto e Ansarah (2009), grande parte da teoria de segmentos do turismo está relacionada com as teorias de marketing, ou seja, falar em segmentação do turismo é falar de estratégia de marketing. Com isso, a segmentação baseia-se nas características da demanda, já que é através desta diferença que as empresas e os órgãos ligados ao turismo irão atingir esses turistas a partir das especificidades de cada grupo.

Com o advento do Meio Técnico-Científico-Informacional exposto por Milton Santos (1996), através da velocidade das informações e da compressão do espaço e do tempo, em que tudo se torna efêmero, e “o espaço se fragmenta e perde seus lugares, o tempo é analógico e virtual” (FERRARA, 1996), o mundo torna-se, cada vez mais, homogeneizado e padronizado. É neste sentido que a cultura de um povo, através de suas memórias e identidades, pode sobressair-se como um símbolo de resistência e luta perante a tendência à padronização global. Daí, então, a importância do turismo cultural na contemporaneidade.

Para alguns estudiosos como Beni (2004), o turismo cultural ou turismo com base no legado cultural (utilizando-se o termo de Barreto, 2000), diferencia-se das formas tradicionais de turismo por ser caracterizado por um público consumidor mais sensível aos impactos resultantes

⁴A título de ilustração, ver o capítulo 05 (Reflexões sobre o turismo sertanejo) do livro “Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas” organizado por Alexandre P. Netto e Marília G. dos R. Ansarah.

⁵A título de ilustração, ver o capítulo 04 (Turismo arqueológico) do livro “Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas” organizado por Alexandre P. Netto e Marília G. dos R. Ansarah.

de sua visita aos destinos, ou seja, consiste numa demanda seletiva que incorpora, em suas viagens, as preocupações em torno da problemática de preservação do patrimônio cultural:

O Turismo Cultural, assim, pressupõe um público educado e informado que compartilhe com os órgãos de patrimônio uma definição sobre o que constitui lugares, eventos e coleções corretas. Por outro lado, o Turismo Cultural deve ser visto pelos órgãos de preservação como um meio de arrecadar recursos para a manutenção de lugares e manifestações, bem como um instrumento de informação ao público visitante (GOODEY, 2002, p. 135).

Nota-se o aspecto educativo do turismo cultural, a partir da apreciação e do contato com diferentes temporalidades históricas e formas de vivência em sociedade. A inserção do patrimônio cultural no circuito turístico pode ampliar as possibilidades de revitalização do acervo arquitetônico, e da valorização de festas e celebrações tradicionais, contribuindo, sobremaneira, para a dinamização econômica de diversas regiões.

Ao resgatar a memória e a identidade locais por meio da visitação, a atividade tende a estimular práticas de restauração e preservação das cidades históricas, oportunizando o ingresso de parcelas significativas da população local e dos órgãos públicos e privados em iniciativas capazes de garantir a salvaguarda dos bens culturais e a promoção da diversidade. Conforme nos advoga Barreto (2000, p.49):

[...] O turismo com base no legado cultural permite que se mantenha, em um lugar específico, um determinado período do tempo, que deu origem a essa comunidade. Permite que a comunidade, de alguma forma, engaje-se no processo de recuperação da memória coletiva, de reconstrução da história, de verificação das fontes. Permite, até mesmo, que muitos membros da comunidade adquiram, pela primeira vez, consciência de que sua cidade representou em determinado cenário e em determinada época.

No âmbito do patrimônio imaterial, o turismo pode contribuir para o revigoramento dos saberes e fazeres populares e das tradições, ora por intermédio do aumento da visibilidade dos produtores culturais, ora pela valorização das manifestações artísticas locais. Outro fator a ser considerado no turismo cultural relaciona-se ao fortalecimento das identidades culturais e de práticas sócio-culturais específicas, que em alguns casos, poderiam estar sofrendo um processo de desaparecimento. Santana Talavera (2003, p. 52) aponta outro fator relevante relacionado ao turismo cultural:

El sistema turístico ha sabido aprovechar la situación, y el turismo cultural, como moda o nueva forma social (el tiempo lo dirá), renació de sus cenizas con las virtudes de favorecer mercados geográfica y culturalmente distantes, y revalorizar lo funcionalmente en desuso, el territorio, la ruina o el fragmento cultural (aunque sea este una reinterpretación ajustada estéticamente) para su consumo físico y visual.

Ou seja, o turismo cultural, segundo o autor, favorece os mercados turístico geográficos e culturalmente mais distantes, promovendo as revalorizações de seus territórios para o uso desta atividade. Dessa forma, em nível nacional e internacional, emergem exemplos de cidades e regiões que sofreram um processo de regeneração urbana em virtude do estabelecimento de políticas culturais. Estas, ao dinamizar as atividades de lazer e entretenimento, com a multiplicação de festivais, roteiros e atrações, vislumbram oportunidades de desenvolvimento econômico por intermédio da inserção desses lugares no mercado de consumo turístico (KÖHLER; DURAND, 2007).

Entretanto, o turismo quando desenvolvido de forma deliberada sem o envolvimento da população local, e associado a outros fatores, pode interferir negativamente na cultura de uma determinada localidade, seja através da cenarização dos lugares, seja por intermédio da espetacularização de manifestações populares tradicionais (COOPER et al., 2001).

2.4 A cultura como produto turístico: as encruzilhadas da sua comercialização

Vaz e Jacques (2003) consideram que a apropriação da cultura pela atividade turística não deve ocorrer de forma que a mesma se transforme em mercadoria, ou melhor, em um produto cultural para ser comercializado e consumido, o que, por sua vez, tornaria o próprio conceito de cultura esvaziado.

No entanto, a cultura, de uma maneira geral, vem sendo utilizada como um mero produto de mercado, o que, na concepção de Adorno e Horkheimer (citado por Vaz e Jacques, 2003; p.130), elimina o caráter estético e artístico da cultura refletindo em sua degradação. A cultura tem que ser apropriada pelo turismo de uma forma que valorize a mesma, reforçando as suas peculiaridades e especificidades.

A excessiva comercialização dos bens culturais em prol da captação de fluxos turísticos pode impedir que a comunidade receptora o perceba como parte integrante do seu convívio social, atribuindo-lhe um caráter eminentemente econômico. Nesse sentido, perde-se a noção de continuidade sócio-cultural dos bens culturais, uma vez que estes são vistos como necessários, exclusivamente, para a fruição turística de uma localidade. Nesse caso,

[...] os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos(CHOAY, 2001, p.211).

Adentrando ao universo de consumo e da homogeneização do capital simbólico, os fatos culturais podem vir a ser adaptados, obliterados, abreviados, e, portanto, mercantilizáveis. Em determinadas instâncias turísticas, as festas e danças populares são ressignificadas quando da sua inserção ao sistema de produção e consumo turístico, destacando-se a banalização das festas tradicionais, bem como a transformação de rituais sagrados em rituais de entretenimento.

Diante do contexto, que Milton Santos (1999) conceitua como sendo o Meio Técnico-Científico-Informacional que caracteriza o espaço do mundo contemporâneo, no qual as idéias de tecnologia, de ciência e de mercado globais são encaradas como um conjunto, a oferta turística sofreu um processo de reestruturação, na qual os gestores de empreendimentos e planejadores da atividade agregaram ao produto turístico experiências sensoriais e cognitivas, acarretando o surgimento de produtos para atender às necessidades dessa demanda.

Nesses casos, houve a criação de ambientes artificiais e simulacros no meio natural e urbano, por meio da criação de cenários nos quais se observa uma hiper-realidade⁶, com a padronização de produtos, a fragmentação das identidades e a serialização ou homogeneização das culturas. Nesse sentido, Markwell citado por Talavera (2003, p. 44) entende que esta situação reflete na despersonalização da cultura, em que a mesma é descontextualizada “[...] a fim de obter um 14tividapresentable como auténtico, fuera de 14tivi, que debe infundir laidea de 14tividades14inolvidable y única”.

⁶Ver o artigo “Viagem pela Hiper-realidade” de Umberto Eco In: **Viagem na Irrealidade Cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 9-60.

O resultado desses mecanismos consistiu numa reprodução acelerada desses modelos de formatação e estruturação da oferta turística em diversas localidades, desconsiderando-se as especificidades locais e inviabilizando o acesso da comunidade aos benefícios do turismo. Do ponto de vista social, a transformação da cultura em produto turístico pode se refletir na segregação espacial dos turistas em relação à comunidade local e no esvanecimento dos conteúdos simbólicos da produção cultural. Conforme advoga Ruschmann (2003, p. 53)

As ações mercadológicas do turismo, geralmente, apresentam aos turistas dos países desenvolvidos cenas e manifestações culturais dos países em desenvolvimento de forma inexata e romantizada, contribuindo para a criação de uma imagem simplista e estereotipada. A fim de atender a estas expectativas, as cerimônias tradicionais, os festivais e os costumes são apresentados como um “show”, especialmente preparado para atender à curiosidade e o interesse dos visitantes. São espetáculos estudados, pré-arranjados e que transformam a cultura local em rituais de entretenimento.

Diante dos impactos negativos ocasionados por essa atividade, atrelada à emergência de novas necessidades, preferências, valores e atitudes da demanda em relação ao meio sócio-ambiental e cultural onde o turismo se processa, novas diretrizes norteiam a gestão e operacionalização do turismo cultural, destacando-se a oferta de novos produtos e roteiros turísticos cuja conceptualização está baseada na criatividade e inovação, na interpretação patrimonial e na “autenticidade” das atrações culturais, pressupondo a inserção comunitária e a sustentabilidade em todas as etapas do processo.

3 TURISMO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

O turismo sustentável pode ser definido como um modelo de gerenciamento da atividade que enfatiza a conservação dos aspectos naturais e culturais do núcleo receptor, evitando-se a degradação dos atrativos e estimulando a economia local, de forma consensual e de acordo com as demandas das comunidades (RUSCHMANN, 1997).

Vincula-se ao turismo uma nova perspectiva, em que “a busca pelos elementos característicos e diferenciais de cada cultura aparece como uma necessidade de mercado, a cultura autóctone é a matéria-prima para a criação de um produto comercializável e competitivo internacionalmente” (BARRETO, 2000, p. 48). Neste sentido, os turistas culturais buscarão

destinos capazes de oportunizar experiências tidas como únicas e provocadoras dos sentidos, com base em motivos, sensações e emoções.

O novo direcionamento da demanda turística propiciará o incremento e a dinamização das ofertas no intuito de elevar as vantagens competitivas dos destinos no mercado, atrelado a novas estratégias de diferenciação e customização dos produtos e serviços. Os destinos turísticos tradicionais, segundo Goodey (2002), agregarão valor às suas ofertas culturais, propiciando aos turistas o exercício ou a prática de atividades lúdicas e didático-pedagógicas com elevado teor educacional e com nítido interacionismo entre turistas e comunidades.

O interesse pela contemplação e passividade do olhar do turista nas atrações de visitação ao patrimônio será suplantado pela crescente interação entre turistas, artefatos e manifestações culturais e na problematização dos conteúdos da cultura local. Na visão de Yasoshima e Oliveira (2003, p. 17), “os novos turistas procurarão aliar o entretenimento das viagens com a educação, fazendo com que cada viagem seja uma forma de aprendizagem e instrução.”

Desta forma, haverá a tendência à retração da demanda pelo consumo de produtos padronizados e desterritorializados social e culturalmente, com a criação de roteiros, serviços e atrações que adquirem maior proximidade com o cotidiano e a tradição dos lugares visitados. (SWARBROOKE; HORNER, 2002).

Nesse âmbito, a atividade turística deve empreender ações e projetos de valorização das manifestações populares tradicionais e contemporâneas, inserindo-as no circuito turístico, ao mesmo tempo em que possibilitará o fortalecimento da identidade e da diversidade cultural, com a participação efetiva de segmentos populares na implantação e gerenciamento das atrações:

O turismo como prática econômica precisa, no entanto, encontrar formas mais respeitadas de se inserir no cotidiano das comunidades receptoras. É fundamental que os investimentos sejam adequados à vocação do lugar, possibilitando à população participar e usufruir de seus resultados (MURTA, 2002, p. 10).

O turismo cultural deve ser entendido como uma atividade capaz de agregar valor aos bens culturais e, nesse contexto, a interpretação do patrimônio aliada a outras técnicas de educação ambiental têm diversificado as oportunidades de conhecimento da cultura local tanto

por parte dos visitantes, como por parte da comunidade, além de possibilitar a inserção social em áreas de interesse turístico.

Lucas (2000), ao citar os princípios do turismo cultural tomando por base o *NationalTrust for HistoricPreservation*, estabelece algumas diretrizes necessárias para a formatação e gerenciamento da oferta turística baseada no legado cultural:

- a) Autenticidade e qualidade: contar a verdadeira história do lugar; a história distingue um lugar do outro; agrega valor e qualidade ao produto cultural, tornando-o mais atraente ao turista cultural; os profissionais envolvidos devem conhecer bem as características culturais e patrimoniais e as especificidades locais, para entender a demanda segmentada; os visitantes têm interesse de descobrir a trama humana e social que permeia a história local e não apenas nomes e datas; interpretações inteligentes e verdadeiras são fundamentais;
- b) Encontrar o equilíbrio entre a comunidade e o turismo cultural: as circunstâncias locais determinam o que pode ser feito em turismo cultural; os programas elaborados devem considerar os recursos e características que os autóctones dispõem e desejam com partilhar. Existência de produtos formatados e temáticos;
- c) Visão comunitária: definir a identidade da comunidade, “o jeito de ser” característico da localidade, como parte de seu patrimônio, bem como de seu estilo de vida; elaborar descrição da comunidade (a história das contribuições genuínas das gerações passadas e presentes desperta o interesse das pessoas.

A partir dessas assertivas, observa-se que o aproveitamento do patrimônio cultural pela atividade turística deve considerar os elementos definidores da cultura sob o olhar da comunidade, incrementando a oferta local com roteiros, serviços e produtos que enalteçam a vivência dos turistas no destino, além de enfatizar o protagonismo da comunidade em áreas de interesse turístico.

Compreende-se que as culturas são dinâmicas e sofrem processos constantes de adaptações em seus conteúdos e formas culturais; assim, o turismo é entendido como instrumento

de reforço das identidades e de articulação das culturas locais, à medida que estimula a participação da comunidade no processo de planejamento e gestão da oferta turística.

Nesses casos, a adoção de um novo modelo de planejamento e gestão no turismo emerge como alternativa para amainar os impactos negativos decorrentes do processo de massificação dessa atividade no meio ambiente natural e urbano, além de considerar as interferências na dinâmica sócio-cultural das comunidades receptoras.

Diante das transformações sociais, os incentivadores turísticos – gestores públicos, empresariado – devem possuir uma visão crítica em relação aos efeitos negativos da atividade, além de engendrar iniciativas empreendedoras, capazes de se anteciparem às oscilações da demanda, promovendo turisticamente as destinações e, sobretudo, enfatizando a responsabilidade social enquanto corolário para o desenvolvimento econômico local.

Mário Beni (1998) afirma que existem várias interpretações para o turismo sustentável, dentre elas: *a sustentabilidade econômica do turismo* que tem como enfoque, apenas, o aspecto financeiro; *o turismo ecologicamente sustentável* que tem como foco a preservação das áreas naturais; *o desenvolvimento sustentável do turismo* que protege o meio ambiente, pois o considera como fator de competitividade e *o desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável*.

Nesta última interpretação, a sustentabilidade é definida como a totalidade do sistema ser humano/ meio ambiente (incluindo recursos naturais e culturais), na qual as dimensões culturais, naturais, econômicas e sociais teriam igual importância. As políticas de turismo devem estar integradas nas políticas econômicas, sociais, culturais e ambientais, mas sem as preceder. De acordo com Beni (1998, p.55), esta interpretação “[...] constitui uma abordagem mais equilibrada e integrada, mais próxima do pensamento contemporâneo sobre o turismo [...]”.

Vale ressaltar que o conceito de sustentabilidade encontra, ainda, barreiras operacionais, dentre as quais se destaca a dificuldade em medir as perdas e ganhos da operacionalização, ou seja, a inexistência de uma metodologia que avalie se um destino ou atividade é realmente sustentável (BENI, 1998). Apesar de não existir, atualmente, uma metodologia para a operacionalização da sustentabilidade no turismo cultural, esta atividade pode ser desenvolvida seguindo alguns parâmetros dos ideais sustentáveis.

No contexto em que a implantação da atividade turística em uma dada localidade tenciona a inserção social numa perspectiva mais ampla de desenvolvimento, o fortalecimento das identidades culturais prescinde de ações capazes de consolidar práticas coletivas de gestão dos territórios étnico-culturais e dinamizar sua economia.

Esse fato pressupõe a existência de uma rede intrincada de ações colaborativas entre os diversos atores do turismo – gestores públicos, empresariado, comunidade – capazes de contribuir para a dinamicidade das manifestações populares tradicionais sob a forma de eventos e atrações associadas aos valores de lugar; para a refuncionalização do patrimônio material ou edificado, a partir de novos usos compatíveis com a carga de suporte dos destinos, bem como para o surgimento de ações de sensibilização e informação turística, desenvolvendo, desta forma, o valor da hospitalidade no destino.

Essas iniciativas fazem-se necessárias para se promover uma crescente equalização social capaz de integrar todos os segmentos sociais que reproduzem e reinventam o patrimônio cultural em uma determinada região. A articulação institucional e a formação de parcerias são essenciais para a continuidade e funcionalidade de projetos turísticos sustentáveis, elevando ou mantendo os benefícios para as comunidades locais.

Assim, o envolvimento da comunidade torna-se premissa essencial na implementação de propostas e de modelos de desenvolvimento do turismo cultural nas próximas décadas. A ampliação do conceito de sustentabilidade pressupõe uma visão holística e sistêmica do turismo, com as comunidades estabelecendo mecanismos de controle da capacidade de carga social, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas.

É nesse aspecto que Beni (2007, p. 138) mostra que todas as políticas de desenvolvimento regional no turismo, seja cultural ou não, “[...] devem contemplar e beneficiar democraticamente as comunidades locais [...]”. O planejamento sustentável do turismo deve privilegiar o atendimento satisfatório das expectativas da população residente, no intuito de possibilitar sua participação em projetos integrados de revigoramento da cultura local.

Tal iniciativa consiste também em garantir a qualidade dos produtos e serviços oferecidos aos visitantes, aumentando o seu nível de competitividade e promovendo a hospitalidade no destino turístico. Desta maneira, o turismo se incorpora como “[...] um componente da qualidade

de vida do ser humano, atividade essencial de aproximação dos povos e superação das barreiras raciais e étnicas existentes” (DIAS, 2003; p. 13).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que uma nova proposta para o turismo cultural deve priorizar os aspectos de singularidade presentes em uma região vocacionada para o turismo, a fim de que os promotores turísticos possam estimular as múltiplas facetas presentes nessa atividade. Este segmento deve ser desenvolvido de forma a preservar o patrimônio cultural dos lugares, permitindo, deste modo, que haja a manutenção das manifestações existentes para as gerações futuras.

Neste sentido, deve-se planejar o turismo cultural norteado nas dimensões culturais, naturais, econômicas e sociais da sustentabilidade. Estas, por sua vez, devem ser consideradas de forma integrada e equitativa, promovendo a transformação dos elementos culturais em produtos turísticos, ao passo que contribuam para a preservação destes elementos e a melhoria da vida da comunidade envolvida. Para tanto, é importante que a políticas públicas setoriais estejam articuladas com as políticas de turismo.

O diálogo intercultural deve ser promovido; os incentivadores turísticos devem impulsionar os visitantes a direcionarem seu olhar para os pequenos fatos do cotidiano, para as lendas que povoam o imaginário popular, para as manifestações da cultura local e regional e para as características da arquitetura presentes nesses lugares.

Aliado à valorização do lugar, a comunidade local deve participar ativamente do processo de planejamento do turismo para estabelecer atrativos culturais que esta considera de valor turístico, assim como impor os limites desta atividade para que o turismo não interfira de forma negativa no cotidiano da localidade.

Diante do exposto, percebe-se que os ideais da sustentabilidade podem ser atrelados ao turismo cultural, visando à minimização dos impactos negativos e a preservação do patrimônio cultural local, contribuindo, desta forma, para a melhoria da qualidade de vida da comunidade receptora e para a valorização da experiência do turista. Assim, a relação entre turismo cultural e sustentabilidade é possível.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFONSO, M. J. P. El Patrimonio Cultural como Opción Turística. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 97-115, outubro de 2003.
- BARRETO, M. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades de planejamento. São Paulo: Papyrus, 2000.
- BENI, M. C. O conceito de sustentabilidade na política de turismo e meio ambiente. In: **Revista de Administração**, v. 33, n. 4, p. 53-55, out./ dez. São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=3304053.pdf>> Acessado em: 15 de março de 2009.
- _____, _____. Um outro Turismo é possível? A recriação de uma nova ética. In: MOESCH, M.M.; GASTAL, S.(orgs). **Um outro Turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____, _____. Planejamento estratégico e gestão local/regional do turismo. In: SEABRA, G. **Turismo de base local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: UFPB, 2007.
- CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia**. Coleção Cultura é o quê? Salvador, 2007.
- CHOAY, F. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- COOPER, C. et al. **Turismo, princípios e práticas**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.
- DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo, Atlas, 2003.
- FERRARA, L. D. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. da (orgs.). **Turismo**: Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- GOODEY, B. A interpretação do Sítio Turístico: desenho e 21tividade. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (orgs). **Interpretar opatrimônio**: um exercício do olhar. Belo horizonte: Ed UFMG. Território Brasilis, 2002.
- GOULART, M.; SANTOS, R. I. C. dos. Uma abordagem histórico-cultural do turismo. **Revista Turismo –Visão e Ação**, v. 1, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 1998.
- KÖHLER, A. F.; DURAND, J. C. G. Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. In: **Revista Turismo –Visão e Ação**(Itajaí), v. 9, p. 185-198, 2007.
- LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. 11º ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- LUCAS, S. de M.. Turismo Cultural no Vale do Paraíba. Uma exposição histórica. In: 2º **CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL**. 2000, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba, 2000.
- MENESES, J. N. C. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Cultural**: orientações básicas. 2. Ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

MOLINA, S. **O Pós-Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

NETTO, A. P.; ANSARAH, M. G. R. (orgs.). **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri, São Paulo: Manole, 2009.

OMT. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PELLEGRINI, A. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 1997.

PEREIRO PÉREZ, X. **Turismo Cultural: leituras da Antropologia**. Comunicação apresentada ao congresso internacional de Turismo Cultural, organizado por Naya (Notícias de Antropologia e Arqueologia). Argentina. 2005. Disponível em: <www.naya.org> Acessado em 10 de março de 2009.

RUSCHMANN, D.V.de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. **Mana**, v. 3, n. 1. Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. **O comportamento do consumidor no Turismo**. São Paulo, Aleph, 2002.

TALAVERA, A. S. Turismo cultural, culturas turísticas. In: **Revista Horizontes Antropológicos**, ano 9, n. 20, p. 31-57, outubro. Porto Alegre, 2003.

YASOSHIMA, J. R.; OLIVEIRA, N. da S. Turismo na Sociedade Pós-Industrial: tendências e perspectivas. In: BAHL, M. (org). **Perspectivas do Turismo na sociedade Pós-Industrial**. São Paulo: Roca, 2003.

VAZ, L. F.; JACQUES, P. B. A cultura na revitalização urbana – espetáculo ou participação? In: **Espaço & Debates: revista de estudos regionais e urbanos**. São Paulo: NERU, 2003.

Centros Coloniais, Patrimônio histórico e Autenticidade:

Análise da reconstrução do Casarão do Hotel Pilão – Ouro Preto MG

Profa. Esp. Mariana Madureira⁷

Resumo:

Em 2003 um incêndio gerou uma lacuna urbana em um dos centros coloniais mais tradicionais do país, a Praça Tiradentes em Ouro Preto. Uma decisão polêmica foi tomada: reconstruir esse patrimônio. O presente artigo analisa o caso do Hotel Pilão, buscando compreender o contexto de sua reconstrução em 2006. Para tanto, aborda-se temáticas subjetivas e controversas, mas inerentes a essa discussão: a gestão do patrimônio, a identidade e a autenticidade.

Palavras-chave: Patrimônio, reconstrução, autenticidade

⁷Mestranda em Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo (USP), especialista em Planejamento Ambiental Urbano (PUC-MG) e bacharel em Planejamento Integrado do Turismo (UFMG).

Centros Coloniais, Patrimônio histórico e Autenticidade:

Análise da reconstrução do Casarão do Hotel Pilão – Ouro Preto MG

Profa. Esp. Mariana Madureira

Abstract:

In 2003 a fire left an urban gap in one of the main colonial centers of Brazil, Tiradentes Square in Ouro Preto. A polemic decision was taken: to rebuild this heritage. This article examines the case of Hotel Pilão, seeking to understand the context of its reconstruction in 2006. In order to approach this subject, we discuss issues which are subjective and controversial, but inherent to this discussion: the management of heritage, identity and authenticity.

Key-words: Heritage, reconstruction, authenticity

Introdução

Em 14 de Abril de 2003 as chamas consumiram o casarão que abrigava o antigo Hotel Pilão na Praça Tiradentes em Ouro Preto. As causas do incêndio são desconhecidas. Há suposições de pane elétrica, mas também suspeitas de incêndio criminoso⁸.



O INCÊNDIO Fontes: www.ouropreto.com.br (Trópia , 2003) e Fonte: www.correioweb.com.br

⁸Segundo o Jornal Hoje em dia de 16 de abril de 2003:

Há fortes suspeitas de que o fogo tenha sido criminoso. O casarão, que pegou fogo e desabou na noite de domingo, foi adquirido há cerca de seis meses pelo empresário e ex-secretário de Indústria e Comércio Omar Peres do governo Itamar Franco. A idéia, segundo o empresário, que recebeu as chaves há 30 dias, era restaurar o casarão e transformá-lo em um hotel cinco estrelas. Ele fez o seguro do imóvel, cujo valor do prêmio foi de R\$ 1 milhão, há apenas dois meses. (...) Segundo o empresário, que prefere não divulgar o valor da transação, o imóvel estava seguro. "O seguro, naturalmente, não cobre o prejuízo, mas valores no momento de uma perda irrecuperável não têm importância", avalia. Segundo o empresário, os três inquilinos que tinham contratos de locação em vigor no casarão já haviam sido notificados judicialmente de que deveriam deixar o imóvel.

Segundo o Jornal Estado de São Paulo, o proprietário recebeu do seguro aproximadamente o valor que gastou para adquirir o imóvel e não precisou cumprir o Termo de Ajuste de Conduta que teve de enviar ao Presidente Lula, prometendo nova fachada até Abril de 2004, pois no final do ano de 2003 vendeu o terreno para a FIEMIG por um valor que não foi divulgado.

Segundo o Jornal Cotidiano, “a rede de hidrantes da cidade foi insuficiente para controlar o incêndio. Carros-pipa de empresas privadas foram chamados para ajudar a debelar as chamas”.

O corpo de bombeiros de Belo Horizonte, Mariana e Itabirito também foram acionados para combater o fogo do casarão e outros pequenos focos que começaram a se espalhar. O alastramento do fogo foi evitado, mas o casarão foi completamente arruinado⁹.



OS ESCOMBROS Fontes: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI101220-EI306,00.html> e www.spagnolo.arq.br

O incidente ocorreu poucos dias após a visita de Esteban Prieto Vicioso, arquiteto do International Council of Monuments and Sites (ICOMOS). O objetivo da visita era avaliar tecnicamente as condições de salvaguarda do patrimônio e produzir um relatório sobre o mesmo, endereçado ao Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO em Paris.

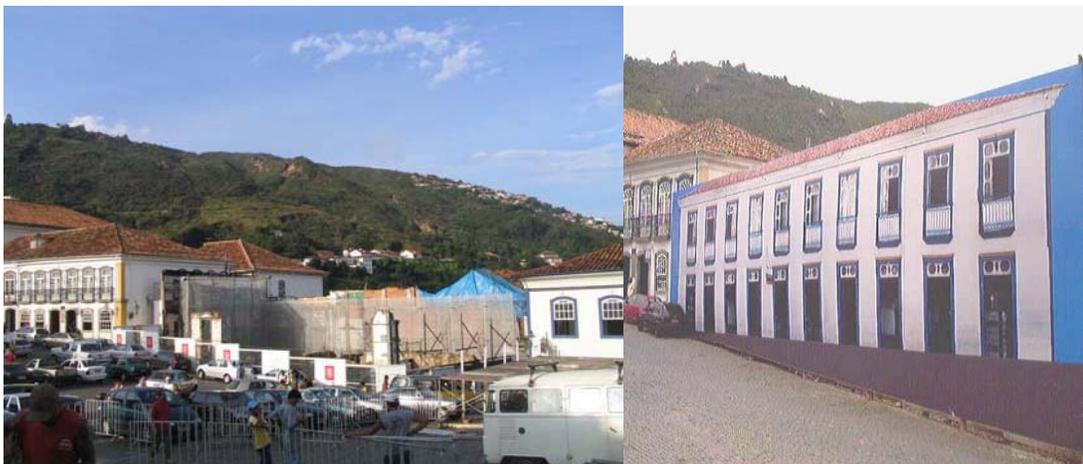
⁹Segundo a Assessoria de Comunicação da Câmara dos Deputados de Ouro Preto:

A inexistência de uma estrutura eficiente para o combate a incêndios foi a principal causa do desastre. No dia 20 de abril de 2006 a Câmara Municipal de Ouro Preto promoveu uma audiência pública para discutir o que foi feito para melhorar as condições de combate e de prevenção a incêndios na cidade. (...) O projeto da rede de hidrantes é uma iniciativa da Prefeitura Municipal que pretende sanar uma das deficiências que impediram a contenção do fogo em 2003. “Uma medida importantíssima foi tomada pelo Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, que aprovou a Instrução Técnica 35. Este dispositivo estabelece normas de segurança contra incêndios para os projetos de construções em cidades históricas e é pioneiro no Brasil” explicou Claret de Gouveia, professor da UFOP.

Segundo o Jornal Folha de São Paulo, “a destruição do casarão foi o ápice de um processo– denunciado na época pelo Iphan – de deterioração do acervo histórico da primeira cidade brasileira a ser declarada Patrimônio Mundial pela UNESCO”. O acontecimento chamou atenção para falhas antigas de gestão do patrimônio histórico que passaram despercebidas por anos, até que uma perda grande as colocou em evidência.

O jornalista Eduardo Kattah (Jornal Estado de São Paulo) colheu o depoimento do farmacêutico Rone Fortes, de 75 anos, ex-proprietário do Hotel Pilão: “Foi muita tristeza. Por mais de 40 anos nossa família se dedicou ao hotel. Era um prédio velho e a gente tinha de ter muito cuidado.” A reportagem conta ainda que vários ouro-pretanos, em manifestação de luto, estenderam panos pretos nas janelas de suas casas na manhã seguinte. Kattah descreveu o sentimento: “A imagem do imóvel histórico consumido pelo fogo abriu uma ferida na praça que mais representa o passado colonial mineiro”.

Após a limpeza do local, o vazio deixado pelo casarão que ruiu incomodava profundamente os moradores e turistas já habituados à imagem do conjunto. Um tapume pintado reproduzindo a imagem do antigo hotel ajudou a amenizar o sentimento geral de perda e descontentamento durante os três anos em que a lacuna urbana persistiu.



VAZIO DEIXADO PELO CASARÃO (Foto: Gabrielle Cifelli)

TAPUME PINTADO – tentativa de diminuir o desconforto (Foto: Labybe Maria)

O Hotel Pilão funcionava no andar superior do casarão enquanto no piso, alugado, funcionavam cinco estabelecimentos comerciais: loja de pedras preciosas e jóias, loja de móveis, loja de artesanato, farmácia e café-internet.

Segundo a Gerência de Imprensa da FIEMIG, as primeiras referências encontradas sobre imóveis no lote onde se encontrava o casarão datam de 1812. Originalmente havia três casas no terreno. Elas pertenciam ao padre Joaquim Viegas de Menezes, que estudou filosofia em Coimbra e fundou a primeira tipografia do estado (1807), sendo considerado, por esse feito, o Pai da Imprensa Mineira. O casarão foi herdado por seus filhos adotivos. “Há indícios de que, em 1868, no local das três casas, existiam apenas duas e, em 1894, uma única residência”, informou a reportagem da FIEMIG, elucidando que o hotel pode ser uma edificação do século XVIII, reestruturada no século XIX. Essa constatação é confirmada pela estrutura da construção remanescente do incêndio: colunas de tijolos e vigas de ferro ao invés das de madeira utilizadas nas antigas construções. As escavações recentes revelaram também estruturas de fundações em alvenaria de pedra dos séculos XVIII e XIX.

Mas como proceder depois que o patrimônio já não existe mais? Como cessar o incômodo persistente da ausência? Em Ouro Preto optou-se pela reconstrução.

A idéia de reconstruir um patrimônio perdido provoca uma discussão em torno da legitimidade deste patrimônio, principalmente no que diz respeito à sua autenticidade. A carta de Cracóvia (2000) nos apresenta com uma das definições mais atuais, caracterizando a autenticidade de um monumento “a soma de suas características substanciais, historicamente

acertadas, da implantação original até a situação atual, como resultado das várias transformações sucessivas no curso do tempo”. Mas essa não é uma definição unânime e irrefutável.

No final do século XIX e início do século XX, os teóricos italianos Boito e Giovanonni colocaram a mínima intervenção e o combate aos falsos como máximas do restauro.

Enquanto a nossa suprema sabedoria consiste em compreender e reproduzir minuciosamente todo o passado da arte, e essa recente virtude nos torna maravilhosamente adaptados para completar as obras de todos os séculos passados as quais nos chegam mutiladas, alteradas ou arruinadas, a única coisa sábia, que salvo casos raros, nos resta fazer é esta: 29tí-las em paz ou, quando oportuno, libertá-las das mais ou menos velhas e mais ou menos más restaurações. (BOITO, 2002:37)

Para Hennig (2007:99) “o valor histórico é relativo à materialidade do bem, à sua passagem pelo tempo, impossíveis de serem emulados – não existe no objeto réplica o *valor de antiguidade* de Riegl, ou a *reverência* de Ruskin. Trata-se apenas da emulação de estilos, objetos e estruturas ‘à moda antiga’, as quais, em sua aparência fresca não convencem e não se equiparam aos objetos originais”. Já a posição de Choay em relação à reconstrução é categórica. A autora afirma que “toda reconstrução é por definição condenada à inautenticidade, pois ela não pode se apropriar do estado civil daquilo que ela reproduz: cópia, interpretação ou invocação, ela pode somente dar a conhecer ou autenticar seu estatuto de falso, de réplica ou de lembrete.” (CHOAY, 2001:105)

As reconstruções, como nos alerta Choay, não são um fenômeno recente, podendo ser identificadas já no ano de 900. A Carta de Atenas de 1931, seguindo as idéias de Giovanonni, apoiava o abandono às reconstituições integrais e o incentivo à conservação com mínima intervenção. Em pouco tempo, todavia, essa visão teve que ser revista. Como coloca Luso (2004):

Uma outra fase na história do restauro é marcada pela II Guerra Mundial que afectou a Europa no século XX. A guerra deixou arrasadas muitas cidades e consequentemente grande parte das construções existentes, algumas completamente arruinadas e outras com marcas de destruição profundas, provocadas pelos incêndios e pelos efeitos bélicos. Perante a desastrosa destruição de monumentos históricos com valor artístico e cultural, surgiu a necessidade de inovar em relação à conservação com intervenção mínima dos princípios da Carta de Atenas.



Praça do Castelo em Varsóvia depois da Guerra e depois da reconstrução (Fonte: Luso 2004)

Jokilehto (1985 *apud* HENNIG, 2007) nos mostra que mesmo nos casos de reconstruções pós-guerra, cada caso é um caso. O autor aponta como exemplo uma pequena cidade da Noruega que teve parte dos imóveis históricos reconstruídos e, posteriormente, ignorados pela UNESCO, que os excluiu da área determinada como patrimônio mundial. Outro tratamento foi dado a Varsóvia, caso em que a UNESCO considerou as reconstruções como patrimônio válido. O julgamento levou em conta o fato que, especificamente nessa cidade, 85% do patrimônio foi destruído pela guerra e que, além de um profissionalismo exemplar e fidelidade na reconstrução dos imóveis, houve como determinante o fato de que eles voltaram a exercer o papel que tinham na sociedade antes da guerra, carregando consigo toda uma apropriação e uma memória pré-guerra enriquecida com o episódio de sua destruição e reconstrução para a cidade.

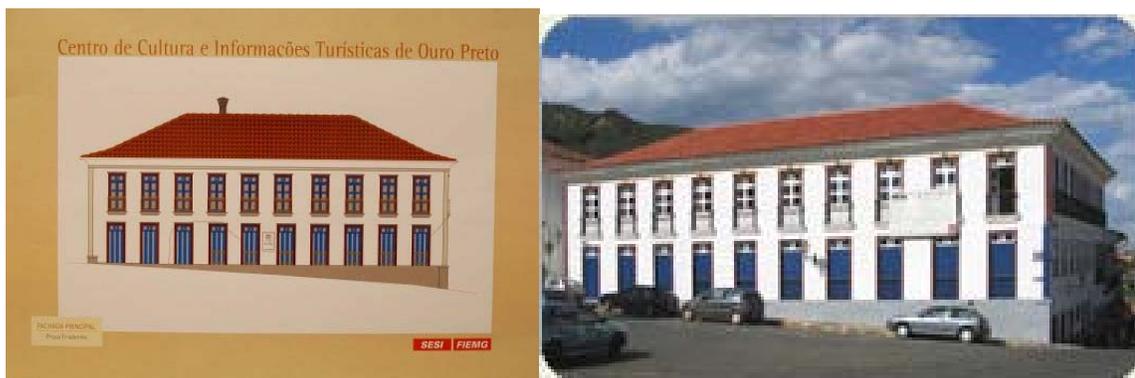
A reconstrução também pode ser vista como uma forma de preservação através da manutenção do *savoir-faire*, das técnicas construtivas/modos de fazer. Para a cultura japonesa, por exemplo, a preservação da técnica é mais importante que o patrimônio material em si. Contrastando este paradigma com o ocidental, percebe-se que entre as duas culturas “uma se desinteressa totalmente dos materiais e se preocupa somente com a sobrevivência da forma exata. A outra esquece a forma e ‘santifica’ o material, convertido em relíquia, mesmo desprovido da lembrança de sua forma original.”(LEMAIRE, 1994:05)

Nesse aspecto se encontra a complexidade da autenticidade: seu fundamento. O termo “autenticidade” exprime uma idéia de “verdade”, mas essa verdade pode se referir tanto ao material original, quanto à manutenção da imagem, do significado, da essência artística ou precisão histórica. O primeiro passo para identificação de uma obra como autêntica ou não, é o conhecimento do significado desta palavra dentro da cultura, da época e do contexto da análise.



OBRAS (Fonte: www.ouopreto-ourtoworld.jor.br)

Analisando a intervenção realizada em Ouro Preto, percebe-se que houve uma preocupação em executar uma obra de fachada idêntica, com o interior, no entanto, completamente modificado. O novo exemplar foi inaugurado em 2006, na comemoração da Inconfidência Mineira – 21 de Abril. A réplica do antigo Hotel Pilão tem um novo uso: Centro de Atendimento ao Turista e Posto da Estrada Real. A maior parte da verba veio da FIEMG (Federação das Indústrias de Minas Gerais), mantenedora do Instituto Estrada Real, e o investimento total foi de 4,5 milhões de reais.



DESENHO DO NOVO CENTRO (Fonte: www.agenciaminas.com.br)

NOVO EDIFÍCIO (Fonte: www.estrada-real.org.br)

O Centro cultural tem três andares (sendo um deles o subsolo), espaço para exposições e concertos com capacidade para 600 pessoas, café, livraria, sanitários e o centro de referência da Estrada Real, além de uma sala de reuniões reservada para encontros técnicos e políticos.

O arquiteto responsável pelo projeto e execução da obra foi Fernando de Oliveira Graça. Em entrevista para a FIEMG, ele aclarou sua inspiração: “o ontem e o hoje. O passado e o contemporâneo. É esta a concepção”. O arquiteto informou que a obra segue todas as

normas exigidas pelos órgãos de proteção do patrimônio, e acrescentou: “Mantivemos a harmonia da praça, com a reconstrução exata da área externa e intervenções nas áreas internas, a partir da necessidade de funcionalidade”. O projeto usou como materiais base pedra, estruturas metálicas e vidro.

Não restou quase nada do material original. O arquiteto Fernando Graça afirmou que sempre que possível foram usadas grades e peças de metal que sobreviveram ao incêndio. A única parede que havia resistido ao incêndio compunha a fachada lateral e desabou durante as obras. O fato mereceu atenção especial do Ministério Público que investiga se houve negligência por parte da equipe que trabalhava nas obras.

No interior foram mantidas e expostas ao público as fundações de 1812, das três casas originais. Esses resquícios foram encontrados por arqueólogos que fizeram estudos no terreno por exigência do IPHAN e do Ministério Público.



INTERIOR DO NOVO CASARÃO (Fotos: Roney Ribeiro)

Em relação ao uso do edifício, a Carta de Atenas indica como “importante a reutilização do edifício, mantendo o seu uso original ou o uso funcionalmente mais adequado, de modo a respeitar o carácter histórico e artístico, garantindo a sua continuidade futura”.

O uso escolhido para o novo casarão reforça o carácter que a cidade assumiu nas últimas décadas: pólo turístico. A definição de Ouro Preto como centro do mega-projeto Estrada Real intensifica esse processo. A complexidade da intervenção de restauro se torna maior, uma vez que existe o risco de “cenação” e de reconstituição de um patrimônio para fins meramente mercadológicos. Em Ouro Preto esse fator é amenizado pela participação ativa de muitos moradores tradicionais nas questões do patrimônio.

Para Cesare Brandi (2004) o restauro “deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico”.

Em relação à autenticidade do bem patrimonial em questão, podemos afirmar, de acordo com os critérios brandianos¹⁰, que não se trata de um falso, visto que, não há intenção de induzir o observador ao erro. Isso fica explicitado na exposição interna que exalta as partes antigas preservadas, contrastando-as com os demais espaços predominantemente modernos.

Brandi critica as reconstruções apenas nos casos de obra de arte, por seu valor único irreproduzível. No caso do casarão ouro-pretano, tipicamente colonial sem grandes adereços

¹⁰Para Brandi (2004:114) a falsidade, que seria o oposto da autenticidade, está no juízo. Nada é autêntico ou falso em si, essas características não são inerentes, mas atribuídas. E essa atribuição pode se basear em diferentes juízos. Brandi distingue cópia, imitação e falso. Uma cópia seria a “produção de um objeto semelhante a, ou reproduzindo, um outro objeto; ou, ainda, no modo e no estilo de um determinado período histórico ou determinada personalidade artística, para nenhum outro fim a não ser uma documentação do objeto ou o prazer que dele se quer extrair”. Uma imitação seria a “produção de um objeto como referido acima, mas com o intento específico de levar outros ao engano a respeito da época, da consistência material do autor”. Por último, o falso se referiria a “imissão no comércio ou, de qualquer outro modo, difusão do objeto, mesmo que não tenha sido feito com a intenção de levar ao engano, como uma obra autêntica, de época, ou de matéria, ou de fabricação, ou de autores diversos daqueles que dizem respeito ao objeto em si”.

ou características formais que o deferisse dos demais, seu valor era muito mais forte como componente de um conjunto urbano harmônico que como obra em si.

Para Gallo (2006:104) “poderíamos dizer que um bem é autêntico quando há correspondência entre o objeto material e seu significado, que é a mensagem cultural que esse bem expressa”. Nesse sentido, a reconstrução restitui à população o prazer de usufruir do panorama completo, a materialidade do que já é conhecido e possui um significado enraizado. Como colocou o arquiteto Moreno-Navarro (*apud* GALLO 2006:112),

Se entendermos o monumento como a soma de valores de caráter documental, arquitetônico e significativo, a autenticidade não deve referir-se tanto à sua materialidade quanto a esses valores, ou não deve operar tanto em função da matéria em si, quanto da sua importância na definição daqueles valores.

Gallo (2006:108) nos coloca também que “o patrimônio cultural tem uma forte ligação com a identidade de uma comunidade: a memória é ferramenta que nos capacita para enfrentar o futuro e a realidade da vida social com suas instabilidades e desafios”. O jornal eletrônico *Etur*¹¹ ouviu o depoimento de um taxista da praça Tiradentes que afirmou que a reconstrução aliviou a todos, declarando que “era terrível olhar para esse buraco, pois a gente sempre se lembrava do fogo. Agora estamos mais tranquilos”. Carsalade (2003:218) elucida a importância dos edifícios para a formação de um imaginário coletivo ou social¹²:

Face ao seu caráter de participantes cotidianos da vida das pessoas, os elementos do patrimônio talvez sejam, ao lado da música popular, os bens mais disponíveis à fruição da população. São os ícones que personalizam as cidades, são os pontos referenciais no percurso do dia a dia. São, portanto, importantes vetores de coesão social, de orientação

¹¹Disponível em: <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=10361>

¹²Imaginário coletivo ou social segundo Dênis de Moraes, é “composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano”.

e identidade, sem os quais a estabilidade psíquica e os valores existenciais de cada um não seriam exercidos.

Podemos afirmar que a reconstrução do casarão foi importante para manutenção de um sentimento de identificação dos cidadãos com o lugar. Nesse sentido podemos afirmar que a intervenção de restauro realizada no caso do Hotel Pilão foi legítima. E talvez isso seja autenticidade.

Considerações Finais:

O tema “reconstrução” é espinhoso, pois envolve expectativas, afeições, preferências estéticas, gestão urbana, economia, interesses pessoais e coletivos, além de um universo de contradições ideológicas presentes nas questões de gestão do patrimônio, identidade e autenticidade.

A reconstrução do Casarão do Hotel Pilão teve como agravantes a importância da Praça Tiradentes – no coração de um ícone da história colonial brasileira, o então corrente inquérito da UNESCO em torno da conformidade da gestão do patrimônio no município, as suspeitas de um incêndio criminoso – envolvendo um seguro milionário, e a multiplicidade de atores interessados pelo processo: técnicos, políticos, moradores, turistas, investidores, entre outros.

No caso de Ouro Preto optou-se pela forma, em detrimento da matéria. Em oposição a um preservacionismo estritamente ruskiano, prevaleceram os sutis princípios brandianos de reprodução sem falsos artísticos (indução ao erro) e preenchimento de lacunas – que é, afinal, o que representa um casarão quando a obra de arte em si é o conjunto paisagístico.

A polêmica decisão não restituiu a Ouro Preto o casarão perdido, nem tampouco aliviou o a situação de descrédito junto à UNESCO, mas amenizou o sentimento de perda e satisfez os

olhares que buscam na referida paisagem uma identificação com o lugar e suas origens (pessoais ou coletivas), ou simplesmente uma fugaz – e nem por isso desmerecida – satisfação estética.

Referências Bibliográficas

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. [I restauratori: Conferenza Tenuta alla Esposizione di Torino il 7 giugno 1884 – Tradução Beatriz e Paulo Mugayar Kühl]. Ateliê editorial. São Paulo, 2002

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restuaração**. São Paulo, Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2004

CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Audiência discute medidas de prevenção e combate a incêndio. Publicado em 20/04/2006. Disponível em www.cmop.mg.gov.br/site/aparece_noticia.php?cod=357

CARSALADE, Flávio. Itinerário dos órgãos estaduais de preservação do patrimônio histórico: o caso do IEPHA – MG. IN: CASTRIOTA, Leonardo (org). **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. Arte: Belo Horizonte, 2003.

CARTA DE ATENAS. 1931. Disponível em:

www.prorestauro.com/index.php?option=37tividad&task=view&id=30&Itemid=54

CARTA DE CRACÓVIA. 2000 Disponível em:

www.prorestauro.com/index.php?option=37tividad&task=view&id=30&Itemid=54

CARTA DE VENEZA. 1964. Disponível em:

www.prorestauro.com/index.php?option=37tividad&task=view&id=30&Itemid=54

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001

LEMAIRE, Raymond. **Autenticidade e Patrimônio Monumental**. Restauro, Napoli, 1994. N.129. PP 7-24. Tradução: Beatriz MugayarKühl.

LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo; ALMEIDA, Manuela. **Breve história da teoria da conservação e do restauro**. Revista Engenharia Civil UM. Número 20. Portugal 2004.

GALLO, Haroldo. Arqueologia, Arquitetura e Cidade: a preservação entre a identidade e a autenticidade. P 92-116. IN: MORI, Victor (org). **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006

FIEMIG, Gerência de Imprensa. Sistema **FIEMG inaugura Centro Cultural e Turístico em Ouro Preto**. Publicado em 21/04/2006. Disponível em www.estradareal.org.br/38tivid/index.asp?pagina=110&38tivid=1216

HENNIG, Priscila. **Memória, Preservação, Autenticidade**: a colônia alemã-bucovina no Paraná. Dissertação de mestrado defendida na FAU-USP em 2007.

JORNAL COTIDIANO ONLINE. **Minas recupera fachada de antigo hotel incendiado**. Publicado em 11/04/2006. Disponível em: http://jc.uol.com.br/2006/04/11/not_110142.php

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. **Casarão Queimado vira Pólo cultural**. Caderno MetrÓpole. 20/04/2006. Disponível em: www.estado.com.br/editorias/2006/04/20/cid96562.xml

JORNAL HOJE EM DIA **Polícia Federal apura incêndio em casarão em Minas**. 16/04/2003. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI101220-EI306,00.html>

MORAES, Dênis de. **Notas sobre o imaginário social e a hegemonia cultural**. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/38tivid/arquiv44.htm>

MERGULHO E PATRIMÔNIO SUBAQUÁTICO EM ILHABELA:

UMA ANÁLISE SOB O PRISMA DO TURISMO

Bel. Suzanne Dias Moreno

Prof. Dr. Mário Jorge Pires

Resumo

O presente estudo visa apresentar o patrimônio arqueológico subaquático de Ilhabela, assim como analisá-lo sob o enfoque turístico. Por meio de uma exposição detalhada do objeto de estudo, do universo ao qual pertence, bem como de todas as relações inerentes ao assunto, ou seja, formas de gestão, operação e promoção, demonstra-se como o turismo se revela um relevante instrumento de valorização e principalmente de proteção do mesmo. Desta forma, neste artigo, é apresentada a atual situação em que se encontram os bens submersos, de modo a incentivar a criação de uma consciência protecionista na sociedade, a fim de que todos, sem exceção, almejem a sua salvaguarda.

Palavras-chave: Patrimônio subaquático. Turismo. Valorização. Preservação.

MERGULHO E PATRIMÔNIO SUBAQUÁTICO EM ILHABELA: UMA ANÁLISE SOB O PRISMA DO TURISMO

Bel. Suzanne Dias Moreno

Prof. Dr. Mário Jorge Pires

Abstract

This study aims to present the archaeological heritage of Ilhabela, and analyze it in the perspective of tourism. Through a detailed exposition of the study object of the universe to which it belongs, and all the relationships inherent to the subject, management, working practices and promotion, the present study shows that tourism is an important tool to recover, value and especially to protect the underwater heritage. Thus, this article presents the current situation in which property is submerged, so as to encourage protective awareness in society, so that everyone, without exception, longs for their protection.

Keywords: Underwater Heritage. Tourism. Recovery. Preservation.

1 – Introdução

O município de Ilhabela-SP é um destino já consolidado, no que se refere ao turismo náutico – consagrado pela Semana da Vela de Ilhabela, e ao turismo de sol e praia, em função de sua exuberante constituição cênica. Contudo, é relevante destacar também os bens submersos, representados pelos inúmeros naufrágios ali ocorridos – os quais integram o que se denomina patrimônio arqueológico subaquático; e transformá-los em mais um produto, fomentando o desenvolvimento de uma nova modalidade turística - a subaquática, de modo a aumentar ainda mais a visibilidade da ilha nos cenários nacional e internacional.

O patrimônio subaquático, de modo geral, ainda está conquistando seu espaço, todavia é importante que não aconteça o mesmo que houve em relação à valorização do patrimônio histórico-cultural, que passou anos relegado ao esquecimento e quando finalmente ganhou atenção por parte das autoridades competentes, não se buscou parceria com o turismo. Tal sociedade só se firmou anos mais tarde, legitimando um verdadeiro atraso para ambos. Logo, tal estudo vem justamente se colocar como uma iniciativa para a efetiva divulgação de uma importante herança mundial e alertar sobre a necessidade de uma gestão efetiva da mesma, a qual contemple também sua utilização como recurso turístico.

2 – Patrimônio Arqueológico Subaquático

Apesar da milenar presença de artefatos que podem ser classificados como pertencentes ao patrimônio arqueológico subaquático, a especialidade científica que o trata em particular é bastante nova, tendo pouco mais de quarenta anos. Essa tardia preocupação é resultado do lento processo, no qual o próprio patrimônio cultural se firmou como instrumento de compreensão dos processos evolutivos sociais e de referência à memória coletiva, uma vez que foram necessários muitos anos para que se desse conta da importância da preservação dos testemunhos produzidos.

É imprescindível o efetivo entendimento dessa fração pertencente ao universo dos bens culturais, assim como a tomada de consciência para a sua preservação e conservação, embasado

numa legislação que garanta a sua salvaguarda, a fim de que não seja necessário tanto tempo para a legitimação de sua proteção.

Com a finalidade de se compreender o que vem a ser patrimônio arqueológico subaquático, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Subaquático adotada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) o define como:

[...] todos os vestígios da existência do homem de caráter cultural, histórico ou arqueológico que se encontrem parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, submersos há, pelo menos, 100 anos, nomeadamente: (i) sítios, estruturas, edifícios, artefatos e restos humanos, bem como o respectivo contexto arqueológico natural; navios, aeronaves e outros veículos, ou parte deles, a respectiva carga ou outro conteúdo, bem como o respectivo contexto arqueológico e natural; e artefatos de caráter pré-histórico. (UNESCO, 2001, p. 2)

Por tratarem-se de indícios materiais da presença humana o patrimônio subaquático é parte do patrimônio arqueológico e por extensão do vasto universo que compõe o patrimônio cultural. Logo, a única diferenciação quanto a este legado, é o ambiente no qual se insere e por isso, acaba sendo alvo fácil para saqueadores, pois este contexto dificulta o seu controle.

Tal gana pelos itens de valor que podem ser encontrados nas embarcações naufragadas acabou por se tornar uma verdadeira indústria da caça ao tesouro; indústria essa que se tornou o grande problema a ser resolvido para a sua salvaguarda, afinal inúmeras são as empresas especializadas nesta atividade.

Além disso, tais empresas encontram respaldo em antigas leis, tais como a que trata do Direito do Mar, em que os restos pertencentes a embarcações sinistradas pertenceriam àqueles que primeiro as encontrassem (BLOT, 1999) e na Lei de Salvamento em que há a garantia de um percentual em cima dos objetos encontrados (BO, 2003).

Diante dessa situação, discussões em torno do tema começaram a surgir por volta da década de 1970, ainda que de forma bastante acanhada. Com o passar dos anos, o assunto foi ganhando espaço e com isso apareceram as primeiras organizações que tratavam deste assunto. Em 1991 é criado o International Committee on the Underwater Cultural Heritage (ICUCH) que é um órgão consultivo do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS – International Council on Monuments and Sites).

O ICUCH tem como função incentivar a cooperação entre os diversos países no sentido de proteger e conservar o patrimônio cultural subaquático, além de promover meios para a catalogação, gestão e intervenção de modo sustentável dos mesmos. Como resultado de sua atuação, o ICUCH é o responsável pela elaboração do texto que foi adotado na 11ª Assembléia Geral do ICOMOS ocorrida na cidade de Sofia, Bulgária em 1996. O documento em questão ficou conhecido como a Carta Internacional do ICOMOS para a Proteção e Gestão do Patrimônio Cultural Subaquático. (CEANS, 2009)

Esta carta pode ser considerada o primeiro manifesto que visa a estimular a proteção dos testemunhos subaquáticos. Ela atenta para a importância do mesmo como fonte de informações preciosas sobre o passado e para a urgência de uma tomada de providências, a fim de que as atividades que incidem sobre ele, não acabem por sua extinção. Um importante desdobramento desse documento foi a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático, texto adotado pela 31ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ocorrida em Paris, em novembro de 2001.

Esta convenção representa o grande instrumento legal de preservação dos sítios arqueológicos submersos, pois busca estender aos oceanos a política protecionista já aplicada aos bens emersos. Vale ressaltar que tal proteção não procura regulamentar a propriedade dos bens ou alterar as zonas de soberania, pois justamente ratifica as questões já abordadas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982.

Dentre os componentes do patrimônio arqueológico subaquático, o documento supracitado e a própria Carta Internacional do ICOMOS, deram especial atenção aos sítios de naufrágios, pois tais locais são fruto de uma deposição de restos pertencentes a embarcações de várias épocas, nacionalidades e formas de construção, formando uma herança que vai além de fronteiras e limites nacionais, conferindo, deste modo, um status mundial para o mesmo.

Além do objetivo principal de proteção do referido legado, também chama a atenção para questões relativas ao seu aproveitamento e gestão, sendo que um dos pontos mais importantes, neste sentido, diz respeito ao acesso de forma não intrusiva, primando pela observação e documentação dos itens *in situ*. Neste ponto percebe-se que há uma deixa para o desenvolvimento do turismo subaquático como instrumento de promoção da educação patrimonial.

Outras importantes recomendações também são feitas, como as que tratam da questão do saque e pilhagem dos bens, a busca da extinção das atividades que visam à sua comercialização e o estímulo pela colaboração entre os Estados-parte, no sentido de reunir esforços em pró do referido patrimônio.

Diante de tais proposições, percebe-se a relevância do presente documento, tanto que no dia 02 de janeiro de 2009, o mesmo passou a vigorar após a ratificação de 20 países, representando um importante passo na longa trajetória a ser percorrida. É relevante mencionar que o Brasil não faz parte da lista de nações que assinaram ou ratificaram tal convenção.

É válido dizer que no país, a Arqueologia Subaquática apenas engatinha e a cultura da caça ao tesouro ainda acontece sendo confundida com ciência. Tal situação é reflexo de sua própria condição histórica, assim como de outras nações do Novo Mundo, em que a prática da recuperação de artefatos aconteceu desde os primeiros anos da colonização. Naus e caravelas carregadas de preciosidades, deslocavam-se entre metrópole e colônia, logo, um grande nicho para as empresas de resgate que se empenhavam na recuperação dos objetos provenientes dos naufrágios das mesmas. Desde então a prática do salvamento de carga acontece e a mentalidade em relação a este exercício continua congelada. (RAMBELLI, 2002)

Colaborando para esta situação, os testemunhos imersos são tratados de forma diversa dos terrestres; um exemplo que ilustra o caso, diz respeito aos órgãos aos quais competem a proteção dos mesmos. Enquanto os bens submersos são de responsabilidade da Marinha do Brasil, os emersos ficam aos cuidados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sendo ambos os tipos de bens pertencentes ao universo arqueológico, porque a diferenciação quanto aos responsáveis pela sua proteção? (RAMBELLI, 2002, 2006)

Uma grave conseqüência de tal tratamento com a herança presente em fundo aquático é o estado de abandono no qual se encontra. Enquanto os objetos que se encontram em terra firme, contam com um aparato legal satisfatório, os pertencentes ao ambiente submerso foram relegados a um descaso crescente, pois as leis que o amparam são arcaicas. Neste ponto, nota-se um grave problema quanto à legislação referente ao patrimônio arqueológico, pois como explicar a existência de normas que o tratam em sua generalidade, e a presença de normas específicas para os testemunhos subaquáticos que vão contra àquelas? (CEANS, 2004).

Esta circunstância revela que os grandes obstáculos para o desenvolvimento de uma política preservacionista são a incompreensão conceitual e as imprecisões existentes quanto ao objeto de estudo. E isso se instalou desde o início do estabelecimento da Arqueologia no país, quando da criação da Lei de Arqueologia 3.294 no ano de 1961, que em nenhum momento mencionou as potencialidades dos sítios de naufrágios. (RAMBELLI, 2002)

Ainda segundo o autor, a exploração dos materiais encontrados sob as águas funcionou da seguinte forma:

Até 1986, ano da lei 7 542, todas as intervenções realizadas em sítios arqueológicos submersos em águas brasileiras aconteceram, portanto, sob autorização e fiscalização da Marinha do Brasil, de acordo com um critério de distribuição do produto da exploração que concedia ao explorador 80% do material encontrado, como forma de incentivo e de recompensa pela empreitada, cabendo os 20% restantes à União, que os utilizava basicamente para a realização de exposições em museus. (RAMBELLI, 2002, p.93).

Enquanto o mundo despertava para a questão, instaurando leis para proteger esse precioso testemunho material, o Brasil continuava abrindo as portas para os exploradores que não tinham mais a possibilidade de realizarem seus trabalhos em seus locais de origem. Porém, com a criação da lei 7 542, finalmente é extinta a distribuição de porcentagem e todos os bens submersos são declarados como pertencentes à União, contudo não atenta nem para a pesquisa sistemática feita por arqueólogos, nem abrange os sítios submersos em sua totalidade, abordando somente os de naufrágios. (FUNARI; RAMBELLI, 2007)

Com a sanção da nova lei, a insatisfação do *lobby* dos caçadores de tesouros foi geral. Para somar mais desaprovação em 1989 é baixada a Portaria Interministerial 69, a qual acresce algumas normas técnicas a mencionada lei e marca um tímido envolvimento do Ministério da Cultura no assunto. A reação deste grupo se fez na incessante pressão feita às autoridades competentes a qual culminou com a criação da lei 10.166 em dezembro de 2000.

A lei 10.166 tem respaldo nas Normas de Autoridade Marítima para Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas e Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos (NORMAM 10). Com sua criação, o rol dos exploradores ganhou um poderoso instrumento para a legitimação de seus trabalhos.

Uma análise no conteúdo desta lei revela muitas discrepâncias quanto ao que é considerado patrimônio arqueológico ou não, uma vez que a mesma foi idealizada como uma

norma de salvamento de carga, atendendo primordialmente a interesses econômicos. Tanto que existe uma porcentagem para o que é considerado arqueológico ou não, porém num sítio arqueológico tudo é arqueológico. Segundo Rambelli (2006) tal status é atribuído somente depois que os artefatos são retirados de seu contexto, ou seja, não há nenhum procedimento arqueológico na investigação dos sítios em questão.

Mas o ponto que provoca reação por parte da arqueologia subaquática diz respeito à alteração do artigo 20 da lei 7 542 que antes vigorava:

Art. 20 – As coisas e os bens resgatados, de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, adjudicação, doação, alienação direta ou através de licitação pública, e a eles não serão atribuídos valores para fins de fixação de pagamento a concessionário. (JUS BRASIL LEGISLAÇÃO, 2009)

E com as alterações causadas pela 10 166 passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20. As coisas e os bens resgatados de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, doação, alienação direta ou por meio de licitação pública, o que deverá constar do contrato ou do ato de autorização elaborado previamente à remoção." (NR) "§ 1o O contrato ou o ato de autorização previsto no caput deste artigo deverá ser assinado pela Autoridade Naval, pelo concessionário e por um representante do Ministério da Cultura." (AC) "§ 2o O contrato ou o ato de autorização poderá estipular o pagamento de recompensa ao concessionário pela remoção dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a qual poderá se constituir na adjudicação de até quarenta por cento do valor total atribuído às coisas e bens como tais classificados." (AC) "§ 3o As coisas e bens resgatados serão avaliados por uma comissão de peritos, convocada pela Autoridade Naval e ouvido o Ministério da Cultura, que decidirá se eles são de valor artístico, de interesse cultural ou arqueológico e atribuirá os seus valores, devendo levar em consideração os preços praticados no mercado internacional." (AC) "§ 4o Em qualquer hipótese, é assegurada à União a escolha das coisas e bens resgatados de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, que serão adjudicados. (JUS BRASIL LEGISLAÇÃO, 2009).

A partir de então os bens resgatados passam a ter valor de mercado, sugerindo então a sua comercialização, além de apregoar a chance de recompensas para os artefatos recolhidos. É inadmissível essa instituição de valores, afinal é justamente pelo seu caráter singular que advém a impossibilidade do estabelecimento de cifras; soma-se a isso a delegação de propriedade do mesmo, que acaba se concentrando nas mãos de poucos, os quais deveriam ser os primeiros a serem destituídos de direitos sobre os mesmos. Diante dessa lamentável situação, conclui-se que o patrimônio subaquático brasileiro está completamente a mercê da caça ao tesouro.

Não é da alçada da Marinha do Brasil a criação de projetos ou mesmo iniciativas que contemplem a sua preservação, sendo responsáveis sim, pela fiscalização¹³ dos empreendimentos que envolvam direta ou indiretamente os bens submersos.

Atualmente, segundo Guimarães (2009) a DPHDM - Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha está realizando um levantamento dos sítios de naufrágios ocorridos na costa brasileira com a intenção de confeccionar Cartas Arqueológicas Subaquáticas. Estas teriam a função de informar a real localização dos sinistros, logo um importante instrumento para a maximização da ação fiscalizadora. (informação verbal)¹⁴.

Analisando a fundo a referida proposta, ela pode ter uma serventia muito maior do que somente o controle sobre tais bens. Divulgada a outros órgãos e instâncias pode se tornar uma ferramenta de proteção do patrimônio subaquático. Contudo, é necessário que o projeto de lei nº 7.566 de autoria da deputada maranhense Nice Lobão, seja sancionado.

O mencionado projeto propõe a extinção da atual lei, além de conceituar os testemunhos subaquáticos nos mesmos parâmetros que a Convenção da UNESCO para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático. Dessa forma, os vestígios submersos serão tratados com o mesmo rigor que o patrimônio emerso e o Iphan passa a se responsabilizar pela gestão dos mesmos, emitindo autorizações para as pesquisas subaquáticas e analisando os seus critérios científicos. O patrimônio arqueológico subaquático será tratado como tal em seu contexto, estimulando seu estudo *in situ*. Nos moldes atuais, somente depois de retirado e classificado como arqueológico é que passa para as mãos do Iphan.

Segundo o Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e Subaquática do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas – CEANS/NEPAM/UNICAMP, o projeto de lei 7.566 já foi aprovado na Comissão de Educação e Cultura e agora está sendo analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

¹³ Previsto no artigo 2º da lei 7.542/86 não modificado pela 10.166/00: “Compete ao Ministério da Marinha à coordenação, o controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bem afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas de jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Fonte: Jus Brasil Legislação.

¹⁴ Informações cedidas por Guimarães em entrevista diretiva concedida à autora.

A sanção do mesmo tem um grande peso para o futuro do patrimônio subaquático brasileiro e até mesmo para a atividade turística, afinal como desenvolver o turismo subaquático, se a lei em vigor – a qual prevê a realização do turismo submarino¹⁵ – permite a retirada desenfreada e sem escrúpulos?

O exercício preservacionista através do turismo já acontece com os bens que se encontram na superfície, portanto estendê-lo para sua interface submersa é uma possibilidade viável e de grande importância. Até porque o turismólogo tem condições de aliar a prática do mergulho ao processo de educação patrimonial.

No caso de uma imersão em um naufrágio, não será uma visita apenas a alguns destroços, mas sim, uma viagem na história. O sítio de um sinistro apresenta os objetos numa contextualização tal como no dia no acidente, como se os anos que separam a tragédia da atualidade não tivessem passado, justificando a denominação que hoje os arqueólogos dão a este tipo de sítio como cápsula do tempo. Todavia é fundamental que os guias alertem os turistas sobre a necessidade de manterem o local, assim como os artefatos que a ele pertencem, intactos, não tocando em nada e principalmente não retirando nenhuma peça dali, pois não são souvenirs que estão à espera de um colecionador; pelo contrário, são peças únicas e insubstituíveis.

É urgente o engajamento de todos os segmentos que tenham alguma relação com este patrimônio, a fim de pressionar as autoridades para a sanção do projeto de lei 7.566. Por meio de uma legislação séria e eficaz, os testemunhos arqueológicos que se encontram sob as águas poderão enfim ser resguardados à posteridade, livre das ações das empresas de resgate e terão condições de gerar conhecimento a todos.

¹⁵ Segundo o 2º parágrafo do artigo quarto da lei nº 10.166 de 27 de dezembro de 2000: É livre, dependendo apenas de comunicação à Autoridade Naval e desde que não represente riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, para terceiros ou para o meio ambiente, a realização de excursões de turismo submarino, com turistas mergulhadores nacionais e estrangeiros, em sítios arqueológicos já incorporados ao domínio da União, quando promovidas por conta e responsabilidade de empresas devidamente cadastradas na Marinha do Brasil e no Instituto Brasileiro de Turismo, sendo vedada aos mergulhadores a remoção de qualquer bem ou parte deste." (AC)

3 – Patrimônio Arqueológico Subaquático de Ilhabela

Ilhabela ficou conhecida popularmente como “Triângulo das Bermudas da América do Sul¹⁶”, pois possui a segunda maior concentração de sinistros marítimos do país, ficando atrás de Recife somente (PLATON,2007).

O patrimônio subaquático ali presente, constitui um capítulo singular em sua história, uma vez que, além do fato de guardar importantes informações referentes à própria localidade, municia a história de explicações que não poderiam ser encontradas em nenhum outro lugar. Tais vestígios são provas concretas dos incidentes que deram origem aos mesmos, além de evidenciarem como verdadeiros museus, como era a sociedade da época, seus costumes, o ambiente e, mesmo, o grau de desenvolvimento da indústria naval.

Porém, antes de apresentar esse rico patrimônio, é relevante entender o porquê Ilhabela possui tantos naufrágios. Jeannis Michail Platon em seu livro Ilhabela seus enigmas: histórias-lendas-tesouros-naufrágios (2007) expõe possíveis causas para isso:

✓ **O fatal magnetismo**

Estudos comprovaram que existe um campo magnético em alguns pontos da ilha, capaz de descompensar as agulhas das bússolas, gerando então o chamado desvio magnético. Isso acontece em função da constituição mineral dos rochedos, que por sua vez receberam radiações de erupções vulcânicas ocorridas há milhões de anos. Muitos foram os casos de rotas alteradas em função desse descompassamento, tanto que a Marinha do Brasil realizou pesquisas do local e, constatou a ocorrência.

✓ **A ausência de faróis**

Ilhabela carecia em termos de sinalização. Até meados de 1910, possuía apenas um farol. As companhias de navegação sempre alertavam as autoridades dos perigos da região, porém somente em 1932 foram construídos 2 outros faróis, colaborando assim para tornar estes locais menos perigosos para as embarcações.

¹⁶Informação retirada também do site Explorevale. Disponível em:
<<http://www.explorevale.com.br/cidades/ilhabela/historia.htm>>. Acesso em: 08 Jul. 2009.

✓ O descompasso tecnológico

Se por um lado a indústria naval estava evoluindo cada vez mais, com relação à instrumentação naval, esta estava profundamente defasada. Cruzavam-se oceanos com apoio apenas de bússolas e rádio telégrafo. Hoje, conta-se com ferramentas avançadas como, sonares e GPS's reduzindo significativamente o número de acidentes.

Além desses fatores, devem ser somadas as condições climáticas, como fortes nevoeiros, ventos, tempestades e ondas desconuais, que por muitas vezes não colaboravam para a segurança no trajeto. (PORTAL DE ILHABELA, 2009)

Vários são os tipos de destroços encontrados nas águas de Ilhabela, como rebocadores, paquetes e cargueiros. Há indícios de, até mesmo, naus piratas e galeões, porém tais vestígios esbarram em lacunas documentais que impedem maiores informações. Segue aqui uma breve descrição de cada um dos sinistros ocorridos em suas proximidades, seguindo como critério de ordenação a data do ocorrido.

⇒ *Crest - (12/12/1822)*

Foi a pique a 12 de dezembro de 1822 devido ao mau tempo. Considerado um dos naufrágios mais antigos da região, apresenta poucos itens a serem vistos, tais como correntes e algumas ferragens. Em função do estado em que se apresenta não é um dos pontos mais visitados. (NAUFRÁGIOS DO BRASIL, 2009)

⇒ *Dart - (11/09/1884)*

O fim do *Dart* foi resultado de um forte temporal e fatal desvio de rumo, levando-o contra os rochedos próximos ao Morro do Simão. (SCUBADIVER, 2009)

Num mergulho à embarcação podem ser vistas peças de sua estrutura original. É possível identificar a proa, onde estão posicionadas duas grandes âncoras, correntes, peças do maquinário e até mesmo o leme do navio. (NAUFRÁGIOS DO BRASIL, 2009)

O *Dart* ficou conhecido como navio das louças pela quantidade de porcelanas e vidros que dele foram retirados. Vale ressaltar que os mesmos foram muito comercializados por caiçaras da região que iam até a embarcação para retirá-los (PLATON, 2007).

⇒ ***Velásquez - (16/10/1908)***

O *Velásquez* encontrou seu final quando foi envolvido por um denso nevoeiro e chocou-se contra o costão de Ilhabela.

Segundo Lopes e Souza (2006), o naufrágio é considerado um dos melhores pontos de mergulho na ilha, pois por estar suspenso, pode-se passar pelo interior de seu casco. Soma-se a isso, sua localização de fácil acesso e a riqueza da sua vida subaquática.

Quanto ao sítio, este é extremamente grande, sendo praticamente impossível visualizá-lo num único mergulho. Podem ser identificadas caldeiras, virabrequins, bielas do motor, cabeços de amarração, correntes, uma enorme âncora e uma das pás das hélices de propulsão. (BRASIL Mergulho, 2009).

⇒ ***Hathor - (24/03/1909)***

O conjunto forte tempestade e denso nevoeiro jogou a embarcação contra os rochedos da laje próxima da Ponta da Sepituba, fazendo com que o navio ficasse preso nas pedras, no ano de 1909. (NAUFRÁGIOS DO BRASIL, 2009).

Segundo informações recolhidas no site Naufrágios do Brasil (2009), há muito que admirar num mergulho neste naufrágio. Além de correntes, turcos, cabeços de amarração, é possível visualizar peças do maquinário como bielas, pistões e cilindros, além das caldeiras. Existem também muitos fragmentos do casco do navio.

⇒ ***Guarany - (03/10/1913)***

Este sinistro apresenta algumas singularidades em relação aos outros, pois a causa do mesmo não se deu em função de condições climáticas ou descompasso da instrumentação de

bordo e sim, do choque o navio mercante *Borborema* num exercício de manobras de combate da Marinha Brasileira, por ocasião da I Guerra Mundial.

Quanto aos seus destroços, o que pode ser visualizado é uma embarcação partida ao meio, que mostra somente a parte de meia nau para trás. Além disso, na parte da casaria de popa há 1 fogão que parece ser de lenha, os guarda mancebos e um 1 guincho.

Por pertencer à Marinha do Brasil, o *Guarany* não está “aberto” à visita. Porém, nada impede que, depois de todo um processo de estruturação, venha a se tornar mais um ponto de visita de Ilhabela.

⇒ ***Príncipe de Astúrias - (06/03/1916)***

Considerado o maior desastre marítimo ocorrido na costa brasileira, o *Príncipe de Astúrias* é muitas vezes comparado ao *Titanic*. É fato que ambos foram protagonistas de duas das maiores tragédias já ocorridas na navegação mundial. Todavia, enquanto o sinistro do vapor inglês é de conhecimento geral, o naufrágio espanhol está envolto no mais completo desconhecimento (PLATON, 2007).

O sinistro do *Astúrias* foi fruto de forte tempestade e denso nevoeiro. A embarcação colidiu em cheio no costão e em menos de 5 minutos o vapor foi tragado pelo oceano, ceifando aproximadamente 500 vidas, fora os possíveis clandestinos que estariam escondidos nos porões fugindo da I Guerra Mundial. (PRÍNCIPE DAS ASTÚRIAS, 2009)

Segundo o site Scubadiver (2009), um mergulho no sítio do naufrágio revela um navio completamente desmantelado, com restos espalhados por uma grande área; podem ser vistas algumas estruturas referentes às partes de meia nau e popa, além das caldeiras. É importante ressaltar que é uma incursão de nível avançado, pois requer conhecimentos específicos em função da profundidade, baixa visibilidade, correntes marítimas e etc.

Quanto à situação dos destroços do *Astúrias*, valem ser feitas algumas considerações: muitas foram as incursões feitas ao mesmo, porém nem todas tinham permissão da Marinha, logo, muita pirataria já foi realizada. Além disso, mesmo aquelas que tinham aval, a utilização de dinamites danificaram e muito a sua estrutura.

⇒ ***Therezina - (02/02/1919)***

A péssima visibilidade imposta pela forte chuva, arremessou o *Therezina* contra o costão de Borrifos, fazendo que ele encalhasse nos rochedos. Depois de frustradas tentativas a fim de desencalhá-lo, foi declarado perda total. (SCUBADIVER, 2009)

Um mergulho no *Therezina* revela uma rica fauna marinha que fez dele seu habitat. Visualizam-se as ferragens e a âncora bastante retorcidos em função do choque no costão; chamam a atenção duas caldeiras posicionadas em pé, ao lado de uma hélice de quatro pás e o fato do cavername e o casco ainda estarem íntegros.

⇒ ***Aymoré - (23/07/1920)***

Após adentrar o sul do Canal de São Sebastião, sob ventos fortes e chuva torrencial, o *Aymoré* foi em cheio contra a Ponta do Ribeirão; mesmo com os esforços empregados para o seu desencalhe, foi declarado como perda total.

Segundo o site Scubadiver (2009), o mergulho nesse sinistro é recomendado para os iniciantes na atividade, em função das facilidades de acesso e profundidade relativamente pequena.

Totalmente desmantelado, hoje, um mergulho no *Aymoré*, revela estruturas espalhadas por uma grande área. É possível identificar um grande guincho, parte das correntes, turcos e ferragens provenientes da proa do navio. (NAUFRÁGIOS DO BRASIL, 2009)

⇒ ***São Janeco - (02/02/1929)***

O *São Janeco* era um veleiro que naufragou em vista das péssimas condições meteorológicas, as quais impossibilitaram a visualização da Ilha. Contudo, não seria também mais um caso em que o magnetismo teria provocado o desvio de rota?

Um mergulho na região do sinistro revela a estrutura inteira da popa do navio. Além disso, é possível ver duas âncoras presas uma a outra. Em direção à areia encontra-se parte do

maquinário, cavernames e peças auxiliares. Visualizam-se também o leme, mancais e cabeços de amarração. Quanto à proa, não foram localizadas suas partes, levando a crer que ou foram removidas ou totalmente destruídas com o choque (NAUFRÁGIOS DO BRASIL, 2009).

⇒ ***Elihu B. Washburne - (03/07/1943)***

O *Elihu B. Washburne* foi um dos muitos navios do tipo “Liberty Ship” construídos entre os anos de 1941 e 1943, com o propósito de atender às necessidades bélicas e de transporte estratégico, geradas em função da II Guerra Mundial (PLATON, 2007).

Na manhã do dia 03 de julho de 1943, o *Elihu B. Washburne* foi torpedeado pelo submarino alemão U-513, nas proximidades da Ilha de Alcatrazes. Por sorte, não houve vítimas, já a embarcação, acabou encontrando seu repouso nas tranquilas águas de Ilhabela.

Mergulhos realizados no sítio do naufrágio revelam metralhadoras antiaéreas, além de cartuchos para a munição das mesmas; podem ser vistas partes inteiras da embarcação. (BRASIL Mergulho, 2009).

⇒ ***Campos - (23/10/1943)***

Seu fim foi decretado pelo submarino alemão U-170, já no auge da II Guerra Mundial. Dois torpedos o levaram para as profundezas, nas proximidades de Alcatrazes e Ilhabela. De uma tripulação de 57 homens e 6 passageiros, 11 não tiveram melhor sorte (FUNDAÇÃO MAR, 2009).

Segundo o site Brasil Mergulho (2009), mergulhadores que visitaram o sítio do *Campos*, dizem ter encontrado uma metralhadora anti-aérea no local e cartuchos de munição anti-aérea que pertenceriam ao *Elihu B. Washburne*, levando a crer que haja um engano quanto a localização de cada uma das embarcações. Além disso, o mergulhador Eduardo Davidovich, visualizou chapas do casco do que deveria ser o Liberty Ship, e não condiziam com o tipo de construção do mesmo, reforçando a tese do engano quanto a qual dos navios é o *Elihu B. Washburne* e qual é o *Campos*.

Essa situação só reforça a importância da realização de um inventário do patrimônio subaquático local, antes mesmo de qualquer ação que busque a visitação em tais atrativos, a fim de municiar os visitantes com informações verossímeis.

⇒ ***Concar - (29/10/1959)***

Após enfrentar uma tempestade com ventos fortes e mar encapelado, a embarcação foi levada pelas correntes marítimas contra os rochedos da Ponta da Piraçununga, ficando ali encalhada. Infrutíferas tentativas de desencalhe foram promovidas, contudo, pelo seu adernamento e pelas avarias no casco, acabou afundando depois de 22 dias. (PLATON, 2007).

Jeannis Michail Platon em suas incursões ao sinistro constatou que pouco resta do navio, em virtude da deterioração provocada pelo óxido de ferro transportado. O que existem são restos, tais como hélices, além de azulejos, licoreiras e outros indícios do sinistro.

⇒ ***Urucânia - (23/04/1961)***

O pesqueiro de alto-mar vinha de Itajaí rumo ao Rio de Janeiro quando soçobrou na região entre Ilhabela e Alcatrazes. Levava a bordo 21 homens e algumas toneladas de pescado, no entanto em virtude de uma tempestade foi jogado contra o Costão do Juquinha, na proximidade do Frade (FUNDAÇÃO MAR, 2009).

Não há maiores informações sobre o que ainda resta do pesqueiro. Porém, mesmo não havendo dados sobre o patrimônio subaquático referente a este naufrágio, ele não perde a sua importância uma vez que o patrimônio se constrói tanto de fatos quando de artefatos. Logo, a história aqui se reveste de relevância e grandeza confirmando assim a existência do sinistro.

⇒ ***T-6D Texan - (17/10/1961)***

Platon (2007) relata uma conversa com um caiçara residente à Ilha de Búzios, na qual descobriu que em suas proximidades, havia caído um avião em meados da década de 60. Num mergulho realizado no local, localizou a aeronave praticamente intacta no fundo do mar, com apenas uma das hélices danificada.

A equipe do centro de investigações de acidentes aeronáuticos, cogitou a possibilidade de içar a aeronave para exposição no Museu Aeronáutico do Rio de Janeiro. A própria equipe de Jeannis, especialista em ações de salvatagem, foi responsável pela tentativa. Contudo, em razão do estado de deterioração do alumínio da fuselagem foi decidido que o avião ficaria no fundo mar (PLATON, 2007).

É inegável a riqueza do patrimônio arqueológico subaquático de Ilhabela. Não há questionamentos quanto a sua qualidade. Entretanto, é importante estabelecer aqui algumas considerações sobre tal bem, de modo a analisá-lo e verificar suas reais potencialidades.

Primeiramente, é preciso frisar que é de fundamental importância que as autoridades municipais tomem consciência da grandeza do material ali submerso. Apesar do conhecimento de sua existência, percebe-se um certo descaso se comparada à atenção dada a outros produtos turísticos da ilha.

A Semana da Vela de Ilhabela é um grande exemplo. Organizada pelo Yacht Club e pela Prefeitura Municipal, é um importante acontecimento que visa estimular o turismo na baixa temporada, numa tentativa de minimizar os efeitos causados pela sazonalidade. Logo, pelas boas condições climáticas e pela infra-estrutura que a cidade proporciona, a semana marca uma importante data no calendário do município. Atualmente a Semana da Vela envolve tanto interesses econômicos quanto políticos, pois Ilhabela busca se promover como a Capital Nacional da Vela¹⁷. Em toda a cidade é possível encontrar o logotipo de uma vela com os dizeres: Ilhabela – capital da vela, instituindo o símbolo como uma marca da localidade. Evidencia-se então a preocupação dispensada aos esportes náuticos e ao turismo decorrente dele, que pode ser percebido até mesmo na construção de píeres, atracadouros e marinas.

Além disso, a própria constituição cênica de Ilhabela reforça a outra modalidade turística intensamente promovida pelos órgãos competentes: o Turismo de Sol e Praia. Tanto que a cidade

¹⁷Existe uma proposta de projeto de lei que tramita na Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, em Brasília, para conferir à cidade o título de Capital Nacional da Vela. A proposta foi apresentada pelo deputado federal Marcelo Ortiz e será levada a votação no plenário da Câmara.

Fonte: Ilhabela News – edição de Julho de 2009.

procura se adequar às mais diversas exigências nesse sentido, como o desenvolvimento de uma estrutura hoteleira e gastronômica de qualidade para atender a todos os tipos de turistas.

Entretanto, nos folhetos de divulgação do município, existem apenas menções sobre os naufrágios da região, não os retratando de forma satisfatória. Em todos os veículos que buscam promover a cidade, as embarcações soçobradas sempre são citadas, mas não se fala exatamente o que se encontra numa visita a tais atrativos e o porquê da existência dos mesmos.

É preciso, que as autoridades responsáveis pela gestão da atividade turística de Ilhabela, atentem para o fato de que é possível desenvolver atividades referentes ao patrimônio subaquático, aliadas aos outros produtos que a ilha já oferece. Logo, uma visita à localidade pode proporcionar não só o contato com a natureza, prática de esportes náuticos, etc; mas também aprendizado e cultura referente ao um tipo de patrimônio que ainda é desconhecido da maioria das pessoas, porém de fácil aceitação e mesmo assimilação em função da atratividade que o tema encerra.

Além das poucas citações (fato que favorece o desconhecimento por parte da população), informações desencontradas, coordenadas geográficas diferentes para o mesmo sítio, naufrágios fantasmas – isto é, citam-se nomes, porém não há dados que comprovem a sua existência, e até diferentes versões para o mesmo acontecimento podem ser encontrados.

Até no plano diretor do município, não há maiores explicações sobre os sinistros, além do que não há citação de nenhum projeto que tenha como alvo o desenvolvimento e o fomento de atividades subaquáticas.

Um mergulho na região, além de revelar fauna e flora subaquática exuberantes, apresenta também um precioso patrimônio. Um naufrágio desde o momento em que ele acontece, seus desdobramentos e claro os restos provenientes do ocorrido são elementos culturais que mexem com todo o imaginário. Seja dos mergulhadores que encontram seus vestígios, seja dos caiçaras que não deixam de ser coadjuvantes na história, uma vez que o acontecimento gerou um reflexo no dia-a-dia desse povo. Afinal, quantos pasquins não foram produzidos? Quantas lendas não surgiram pelo contar e recontar dos fatos? E, claro quanto não representou para esse povo os produtos que apareceram do nada nas águas frente às suas casas? E mexem também com o lúdico dos turistas que agora além de puro ato de mergulhar podem entender a história através dos restos

de embarcações. O turismo subaquático tem ali um leque de possibilidades que, se estruturado de forma adequada, pode se tornar mais um forte atrativo para a destinação.

4 – Considerações Finais

A situação na qual se encontram os bens submersos nas águas de Ilhabela é reflexo do tratamento dispensado ao patrimônio arqueológico subaquático brasileiro, ou seja, estão relegados ao mais profundo descaso. Infelizmente, a história já vivida em relação ao patrimônio histórico cultural, não foi o bastante para que as autoridades competentes revertissem esse quadro e buscassem sua valorização.

Na medida em que outras nações direcionam sua atenção para esta herança, com o objetivo de produzir conhecimento através de atividades que proporcionem seu estudo e sua visualização, como, por exemplo, o turismo subaquático, no Brasil as práticas relacionadas a esta modalidade de turismo, encontram-se num estágio primário de desenvolvimento. Apesar de alguns destinos já o realizarem, como é o caso do Recife, ainda há muito a ser feito, se comparado ao que é praticado pelo mundo a fora. Enquanto vários países tornaram sua legislação cada vez mais fechada para a exploração subaquática, o Brasil continua de “portas abertas” para todos aqueles dispostos a investir tempo e dinheiro em ações de resgate e pilhagem deste patrimônio. Ainda que algumas instituições e pessoas se dediquem a reverter esta condição, há um longo caminho a ser percorrido.

O primeiro passo para a reversão desta situação já foi dado, pois o projeto de lei que atualmente tramita no Congresso Nacional, reflete uma iniciativa daqueles que se imbutiram da luta pela causa, por meio da instituição de uma legislação que prime pela sua salvaguarda e que busque seu aproveitamento de forma a gerar conhecimento.

É nesse contexto que se insere a atividade turística. Por meio de uma política que objetive o desenvolvimento do turismo subaquático como ferramenta de preservação e divulgação do referido patrimônio, a atividade também pode atuar como geradora de dividendos tanto para as empresas que realizam a prática do mergulho quanto para as agências de turismo e, naturalmente, para a própria localidade, onde são desenvolvidos os trabalhos.

Logo, enquanto o projeto de lei não é sancionado, seria interessante que órgãos encarregados pela gestão do turismo em nível nacional também voltassem sua atenção para esta herança submersa, assim como acontece em outros lugares, a exemplo de Aruba, Bonaire, Colômbia, e etc; pois, apesar do fato da legislação atual atentar para o turismo subaquático, não há nenhum documento que vise esclarecer a sua de realização e que responda os seguintes questionamentos: ele deve ser trabalhado pelas operadoras de mergulho, agências de turismo ou ambas? Como deve ser feita a abordagem desse patrimônio? Como atrair mais turistas para a prática do mergulho em naufrágios? De que forma promover esse tipo de turismo nos moldes da sustentabilidade? Como exercitar a educação patrimonial em relação aos bens imersos?

Tal fato pode explicar, pelo menos em parte, o porquê de Ilhabela ainda não valorizar os bens que se encontram em suas águas. Por enquanto, as informações sobre cada uma das várias embarcações ali soçobradas, vão ficar restritas a alguns objetos hoje expostos em museus – os quais se encontram em outros municípios, tais como São Sebastião, Santos, Rio de Janeiro, etc; a algumas poucas publicações, visto que não há incentivo para tais; e à velha tradição caiçara, que na arte de contar e recontar histórias, repassa de pai para filho os relatos de quem esteve presente quando do acontecimento desses sinistros.

Até mesmo para a produção do presente artigo, foi de grande dificuldade a obtenção de fontes referentes ao patrimônio subaquático brasileiro e ilhabelense, assim como dados sobre a arqueologia subaquática realizada no país. Infelizmente, poucos são os trabalhos na área, justificando aqui o número reduzido de autores citados.

Reconhecida a relevância do tema, algumas proposições podem ser feitas, com o objetivo de se reverter a presente condição desses bens. Seguem abaixo algumas sugestões:

✓ **Inventário e estudo aprofundado sobre esse patrimônio**

É necessário inventariar todos os sinistros ocorridos na região. Um documento de tal natureza, além de ser importante para o enriquecimento da cultura no âmbito municipal, pode trazer à tona fatos que a própria história desconhece; e mais, tais estudos também seriam relevantes para outras áreas como a engenharia naval, a arqueologia e outras ciências envolvidas

direta ou indiretamente com o assunto. O turismo também se beneficiaria, pois de posse dessas informações, vários roteiros poderiam ser estruturados.

Um passo para a compilação deste inventário já foi dado, ainda que de maneira indireta. O projeto levado a cabo pelo DPHDM referente à confecção de cartas arqueológicas subaquáticas vem justamente preencher essa lacuna. Os naufrágios de Ilhabela serão abordados nesse documento, o que, conseqüentemente, viabilizará a realização de estudos e pesquisas com maior propriedade.

✓ **Maior integração entre as operadoras de mergulho, as agências de turismo e órgãos municipais de fomento à atividade turística.**

Uma maior integração entre as operadoras de mergulho, as agências de turismo e órgãos responsáveis pelo fomento da atividade turística com o intuito de promover o patrimônio subaquático da região, mostra-se favorável. Logo, a aplicação de um modelo de gestão que prime por essa integração, seria uma alternativa interessante, a fim de agregar valores e maximizar o processo de preservação do patrimônio arqueológico subaquático.

✓ **Projeção internacional de Ilhabela como um dos melhores destinos de mergulho**

Ilhabela poderia trabalhar o assunto com a intenção de se projetar internacionalmente como um importante destino brasileiro para a prática do mergulho em naufrágios, ou seja, além da capital da vela, a cidade se destacaria na rota mundial dos mergulhos. Seria uma solução interessante para a questão da sazonalidade, visto que é possível mergulhar o ano inteiro, em face das boas condições climáticas e de visibilidade.

✓ **Educação Patrimonial**

A fim de tornar o patrimônio arqueológico subaquático cada vez mais próximo da população em geral e salvaguardá-lo às futuras gerações, faz-se necessária a introdução da educação patrimonial como prática a ser desenvolvida pelos responsáveis por sua apresentação aos turistas e mergulhadores. Por meio do alerta à preservação, pode-se inculir um sentimento de

proteção desses bens, sendo que o turismo, mediante o treinamento dos guias, pode ser um forte aliado nesse processo.

✓ **Fiscalização mais efetiva**

Primar por uma fiscalização mais efetiva, é uma atitude que deve caminhar em paralelo com a educação patrimonial. Os próprios mergulhadores podem ser agentes de tais ações, o que não anula a responsabilidade das autoridades marítimas.

Diante da imensidão do litoral brasileiro, incutir a necessidade de que os próprios mergulhadores devam ser os primeiros a zelar pelos bens imersos, colaboraria para a maximização desta ação, pois as autoridades reforçariam a atenção para com as empresas de resgate e saque de objetos e a ação dos mergulhadores recairia em questões mais pontuais, isto é, no alerta a não intervenção no sítio, de modo a mantê-lo em suas condições originais.

✓ **Naufrágios artificiais**

Outro ponto interessante que fortaleceria o turismo subaquático de Ilhabela seria a realização de naufrágios artificiais, pois além de aumentar a oferta de atrativos, um naufrágio artificial proporciona meios dos mergulhadores adentrarem na embarcação, o que nem sempre é possível em naufrágios históricos em função das condições em que se encontram.

✓ **Museu dos Naufrágios de Ilhabela**

Um projeto que já está em andamento e que tem muito a acrescentar ao turismo local, diz respeito à criação do Museu dos Naufrágios de Ilhabela. Além de funcionar como um importante centro de informações sobre os sinistros ali ocorridos, o museu será uma importante extensão do que pode ser visualizado num mergulho, com réplicas das embarcações sinistradas, suas peças e outros objetos que tenham vínculo com as mesmas.

Além do que a instituição pode funcionar como um estímulo à prática do mergulho, pois ao se apresentar todo o universo de um naufrágio, pode-se criar uma inquietação nos visitantes, fazendo com que os mesmos queiram ver de perto, aquilo é trabalhado pelo museu.

É muito importante para a cidade ter um local de memória, que contemple esse capítulo da sua história, pois, como foi mencionado anteriormente, poucas são as informações sobre o patrimônio imerso da ilha e mesmo os objetos já retirados, estão dispersos em museus em outras localidades.

✓ **Sinalização subaquática**

Seria interessante também formatar uma sinalização subaquática. Por meio de placas que indicassem o nome no naufrágio, um pequeno resumo da história do mesmo e outras informações relevantes, seria possível estabelecer um relação tal como num museu emerso, só que debaixo d'água. Seria um primeiro passo para o que já vem sendo estudado pelo governo do Egito, em parceria com a Unesco, para a criação do primeiro museu subaquático do mundo, todavia nessa situação estuda-se a possibilidade de se construir estruturas submersas. No caso de Ilhabela, só a sinalização já seria um grande avanço para o turismo subaquático brasileiro.

Essas são apenas algumas sugestões dentre as muitas possibilidades que existem para se reverter a atual condição em que se encontra o patrimônio arqueológico submerso de Ilhabela e maximizar a atividade turística, carro chefe da economia local.

Para finalizar o presente estudo, é imprescindível ressaltar que o que foi abordado aqui não tem como intenção esgotar o tema, pelo contrário, busca-se incentivar outros trabalhos, tanto na área turística como em outros segmentos, a fim de que na união de forças se possa alertar o público da necessidade urgente de se preservar tal bem e alcançar uma legislação firme que contemple a sua salvaguarda na totalidade, para que o mesmo não acabe como outras riquezas brasileiras que se perderam para todo o sempre.

5– Referências Bibliográficas

BLOT, J.-Y. **O mar de Keith Muckelroy**: o papel da teoria na arqueologia do mundo náutico. Al-Madan, Almada. Série II, 8, p. 41-55, 1999.

BO, J. B. L. Proteção do patrimônio na Unesco: ações e significados. Brasília: UNESCO. 2003.

BRASIL MERGULHO. **Cadastro de Naufrágios no Brasil**: Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.brasilmergulho.com.br/port/naufragios/navios/sp/index.shtml>>. Acesso em: 13 mar. 2009.

CEANS – CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA NÁUTICA E SUBAQUÁTICA. **Livro Amarelo**: manifesto pró-patrimônio cultural subaquático brasileiro. Campinas: Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (NEE/UNICAMP), 2004. 28 p. Disponível em: <<http://www.arqueologiasubaquatica.org.br>>. Acesso em: 01 ago. 2009.

_____. **Sobre o ICUCH**. 2009. Disponível em: <<http://www.arqueologiasubaquatica.org.br/ceans/icuch.html>>. Acesso em: 06 mai. 2009.

FUNARI, P. P; RAMBELLI, G. Patrimônio Cultural Subaquático no Brasil: algumas ponderações. **Praxis Archaeologica**: Revista Eletrônica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia, Porto, n. 2, p.97-106, 2007. Disponível em: <http://www.praxisarchaeologica.org/issues/2007_97106.php>. Acesso: 01 set. 2009.

FUNDAÇÃO MAR. **Naufrágios**. Disponível em: <<http://www.fundacaomar.org.br/naufragios.asp>>. Acesso em: 29 abr. 2009.

JUS BRASIL LEGISLAÇÃO. **Lei 7.542/86**. 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103254/lei-7542-86>>. Acesso em: 15 Ago. 2009.

LOPES, Laura; SOUZA, Jorge. Ilhabelíssima. **Revista Náutica**, São Paulo, n.209, p. 48-67, jan. 2006.

NAUFRÁGIOS DO BRASIL. **Ilhabela**. Disponível em: <<http://www.naufragiosdobrasil.com.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2009.

PLATON, Jeannis Michail. **Ilhabela seus enigmas: histórias-lendas-tesouros-naufrágios**. 3. ed. São Sebastião: Ed. do Autor, 2007.

PORTAL DE ILHABELA. **História de Ilhabela**. Disponível em:
<http://www.portaldeilhabela.com.br/ilhabela_historia.html>. Acesso em: 17 abr. 2009.

PRÍNCIPE DAS ASTÚRIAS. **O acidente: motivo de naufrágio**. Disponível em:
<<http://www.principedasasturias.com.br/acidente.php>>. Acesso em: 02 mai. 2009.

RAMBELLI, Gilson. **Arqueologia até debaixo d'água**. São Paulo: Maranta, 2002.

_____. Patrimônio Cultural Subaquático da Humanidade: um patrimônio sem fronteiras.
Revista Diálogos, Maringá, v. 10, n. 3, p.19-32, 2006.

SCUBADIVER. **Ilhabela-Naufrágios**. Disponível em:
<<http://www.scubadiver.com.br/scubadiver/ilhabela-naufragios.html>>. Acesso em: 12 mar. 2009.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático**. Paris: UNESCO, 2001. 23 p. Disponível em:
<http://www.unesco.org/culture/por/heritage/laws/conv_patsubaqu_portu.pdf>. Acesso em: 04 set. 2009.

TURISMO E CULTURA: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DE MUSEUS PARA O TURISMO.

Darlyne Fontes Virginio¹⁸

RESUMO

O Turismo é uma das atividades econômicas mais prósperas da atualidade, essa atividade tão marcante por seu estilo interativo, aponta diversos fatores sejam eles positivos ou não em que se desencadeiam os mais variados aspectos de sua essência. Nesse ínterim, as pessoas viajam em busca de destinos cada vez mais dinâmicos e que ofereçam além de uma infra-estrutura adequada, serviços de boa qualidade, um ambiente em que possam encontrar paisagens deslumbrantes, assim como, valores sociais focados na educação para um meio mais saudável para todos. O presente estudo se ateve à análise do Programa de Qualificação de Museus para o Turismo, que se dá a partir dos Planos Nacionais de Turismo e de Cultura, sendo o objetivo do atual estudo destacar a importância de políticas no campo da cultura e do turismo, elencadas à finalidade de se desenvolver ações pertinentes que possam alavancar o setor no país, especialmente a partir de um enfoque no patrimônio museológico. Nessa perspectiva, torna-se necessário desenvolver e avaliar políticas públicas voltadas à sensibilização e à preservação da cultura local, para que tanto quantitativa quanto qualitativamente o turismo possa se destacar como uma atividade que proporciona, além de tudo, uma melhoria na qualidade de vida das comunidades locais.

Palavras Chave: Turismo. Cultura. Políticas públicas. Museus.

¹⁸Mestranda em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

TURISMO E CULTURA: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DE MUSEUS PARA O TURISMO.

Darlyne Fontes Virginio

ABSTRACT

Tourism is one of the most prosperous economic activities nowadays, this activity so remarkable for his interactive style, points to several factors whether or not positive on that trigger various aspects of its essence. Meanwhile, people travel in search of destinations increasingly dynamic and besides offering an adequate infrastructure, good quality services, an environment where they can find breathtaking scenery, as well as social values focusing on education for a half healthier for everyone. This study adhered to the analysis of the Qualification Program for Museums Tourism, which takes place from the National Plans of Tourism and Culture, with the aim of the present study highlight the importance of policies in the field of culture and tourism listed the purpose of developing appropriate actions that leverage the sector in the country, especially from a focus on the heritage museum. From this perspective, it becomes necessary to develop and evaluate public policies aimed at raising awareness and preservation of local culture, so that both quantitative and qualitative tourism can stand out as an activity that provides, moreover, an improvement in quality of life local communities.

Keywords: Tourism. Culture. Public policies. Museums.

4. INTRODUÇÃO

O turismo é um feito social, humano, econômico e cultural dos mais interessantes na atualidade, porque induz a proximidade de relações e as estimula, de modo que, lugares, pessoas, serviços e atrativos se interdependem e criam uma intensa rede de sensações, situações e acontecimentos.

Sua influência no campo cultural, assim como no dos atrativos naturais que o constitui, é particularmente importante e tende a aumentar, dados os conhecidos fatores de seu desenvolvimento. Assim, o turismo se mostra como um fenômeno capaz de exercer significativa influência ao homem e, às relações que este desempenha com o meio em que vive. Para tanto, é oportuno que seja objeto de uma política consertada e efetiva, especialmente no âmbito sócio-cultural.

A atividade turística possui vertentes bastante definidas no que se refere à sua comercialização, pensado nisso, a segmentação de mercado tornou-se peça-chave para o direcionamento e ordenamento dos esforços no setor. Partindo dessa análise e, já que o foco do estudo em tela, remete à relação turismo e cultura com o aporte de políticas públicas, pode-se inferir a importância e interdependência que há entre estes setores. Mesmo o turismo sendo um fenômeno social, “em outras palavras, do ponto de vista comercial, o turismo é um produto elaborado com as matérias-primas da natureza (recursos naturais) ou da cultura material e simbólica (recursos culturais), somadas aos equipamentos para prestar serviços de recreação, alimentação e hospedagem aos quais se chega mediante transporte. Esse produto é colocado no mercado e adquirido pelos interessados segundo regras previamente acordadas”. (BARRETO, p. 13).

A estreita e cúmplice relação que o turismo tem com a cultura se mostra ainda mais ativa sob o ponto de vista do uso do patrimônio¹⁹ enquanto disseminador do conhecimento e

¹⁹Fonseca (1997, p. 59), sobre a constituição do patrimônio, informa que: [...] a noção de patrimônio contribui para objetivar, tornar visível e real, essa entidade ideal que é a nação [...] funcionam como documento das versões oficiais da história nacional, que constrói o mito de origem da nação e uma versão da ocupação do território, visando a legitimar o poder atual; a conservação desses bens – onerosa, complexa e frequentemente contrária a outros interesses públicos e privados – é justificada por seu alcance pedagógico, a serviço da instrução dos cidadãos.

promotor de educação. Em se tratando de museologia, esta se constitui no turismo cultural como exemplo maior desse processo de aprendizagem, contemplação e ponte com o passado, especialmente porque é nos museus onde se encontra acervo capaz de instigar tamanha reflexão social e humana.

Todavia, sendo de interesse desse estudo e objetivo geral mostrar elementos culturais de suma importância, como os museus, também para a atividade do turismo e, mais ainda, tratar do envolvimento das políticas públicas na inter-relação entre esses campos, é que se propõe discutir e analisar o contexto e as relações existentes no processo histórico e político do campo cultural, especialmente com olhar sobre o programa de qualificação de museus para o turismo – Ação que envolve os Ministérios do Turismo e da Cultura.

Portanto utilizou-se como procedimentos metodológicos a realização de pesquisas com recursos bibliográficos e documentos dos Ministérios em tela para sua concretização, especificamente da análise do programa de qualificação de museus para o turismo, uma vez que acredita-se ser este programa uma inovação no setor que busca trazer melhorias na qualidade e na capacitação dos museus e dos profissionais que lidam diretamente com essa área, tanto da atividade turística quanto da cultura, bem como da participação social e da integração dos atores²⁰ no âmbito das ações desenvolvidas em prol de melhorias para destinos, comunidades e visitantes através do aporte de políticas públicas específicas aos temas em questão.

2 TURISMO, CULTURA E ATORES: UMA RELAÇÃO EM CONSTRUÇÃO

O conceito de turismo adotado pela Organização Mundial do Turismo – OMT (1995), atualmente o caracteriza como um fenômeno social que consiste na saída temporária do seu habitat natural de indivíduos ou grupos de pessoas em busca de lazer, cultura, descanso, saúde, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Por essa razão, o estudo de diversas áreas do conhecimento no campo do turismo, tem sido há muito difundido quer seja na sociologia, antropologia, quer seja na geografia, ou mesmo nas ciências biológicas, etc. Tanta inquietação quanto aos rumos que tal atividade pode induzir nos destinos, leva a crer que sua inter-relação e, mais ainda, que este fenômeno perpassa as bases

²⁰ Por atores do turismo se entende, no presente estudo, como os participantes no processo de construção da atividade nas localidades, tais como: a iniciativa privada, os órgãos públicos e a sociedade civil organizada.

conceituais de sua definição, associada a esta ou àquela manifestação social, política, cultural e mesmo ambiental.

É sabido que o turismo, em suas várias interfaces, precisa estar comumente atrelado a um planejamento, uma vez que atrativos naturais e culturais do qual é composto são, em suma, frágeis se acatarmos o princípio de as relações interpessoais geradas em seu processamento, poderem, entre outras coisas, gerar conflitos sócio-culturais sérios, especialmente para as populações receptoras.

De acordo com Pires (2004, p.04):

O turismo pode gerar custos sociais em geral difíceis de estimar, mas que nem por isso são menos importantes. Um exemplo é a ameaça aos hábitos tradicionais de cada país e, muitas vezes, de regiões específicas. Entretanto, o turismo pode se tornar o elemento que irá garantir a manutenção de certas tradições originais que atraem os turistas.

Por outro lado, o turismo pode, dessa forma, ser meio e método para o fluir de estratégias que possibilitem a reprodução do patrimônio cultural e um autêntico desenvolvimento social, oferecendo programas culturais gratuitos à população local para impulsionar a vontade e o interesse em se envolver com a cultura local, de modo que, saibam dos benefícios que podem ter desde a melhoria na renda até a valorização do destino, adquirindo a partir desses incentivos um sentimento de valorização de suas raízes, crenças e costumes.

Dentre os impactos econômicos, ambientais e sócio-culturais, estes últimos são mais complexos para serem controlados ou mesmo monitorados. Daí surge a necessidade de os atores do turismo (sociedade civil organizada, iniciativa privada e poder público) se engajarem nesse processo, procurando aliar os benefícios do desenvolvimento a uma redução dos impactos negativos causados pela utilização dos espaços turísticos, promovendo melhorias para todas as partes. O programa de qualificação de museus para o turismo é um exemplo claro desse envolvimento, uma vez que representa uma série de ações para o setor museológico no país com foco no desenvolvimento da atividade turística de forma profissional e com qualidade, sendo, inclusive um acordo interministerial que busca a promoção e valorização de novos produtos do segmento cultural, bem como incremento e direcionamento de esforços em se realizar o turismo sob a ótica profissional e conjunta existente na área de museus no país.

Os atores do turismo, em especial o poder público, podem direcionar suas ações para o campo cultural, forte impulsionador da atividade turística, sendo “um dos principais motivos

que levam as pessoas a viajarem, especialmente turistas estrangeiros, mais interessados na temática cultural e, em sua maioria, com maior grau de instrução formal”. (EMBRATUR, 2009).

Contudo, nessa perspectiva, entende-se que para o estudo da cultura “sua análise é que deve ser ‘polemológica’, pois ela (a cultura) revela conflitos”. Assim, socialmente falando, afirma-se que pode existir a desigualdade, mas não significa que necessariamente haverá desigualdade cultural, porque “mesmo aquele tido como mais fraco no jogo cultural, tem seu valor”. (CUCHE, 2002).

A riqueza que a cultura traz em sua constituição natural é que a transforma atração para as pessoas de todo o mundo, é nesse momento em que a estreita relação entre turismo e cultura se apropria das tendências globalizantes, tornando o turismo cultural elemento de desejo, comercialização, e mesmo de desenvolvimento. É nesse antro de novidades que o homem precisa ser trabalhado para estar em contato com outras culturas, outras realidades, “o que precisamos, em primeiro lugar, não é de viagens diferentes, mas de pessoas diferentes. Somente uma outra sociedade e outras condições de vida produzirão um outro turista. Uma sociedade doente não pode produzir um turista sadio [...] É preciso ver no homem um ser social indivisível, e não alguém passível de se fracionar facilmente em homem-trabalho, homem-lazer, homem-fim de semana e homem-férias. O que ele procura de mais fundamental é o desabrochar total e um sentido estável para a própria vida. Mesmo em férias, ninguém escapa a si próprio”. (KRIPPENDORF, 2001, p. 134).

Krippendorf (2001) deixa claro sua preocupação com a relação homem-natureza, homem-cultura, enfatiza as tendências da globalização, das relações de trabalho e da produção do tempo e do espaço, trazendo novos anseios quanto ao turista que se quer, quanto aos princípios de educação e preservação a que as pessoas, em sua maioria deveriam ter.

Já Geertz (1989, p. 40) afirma que:

Na busca das tartarugas demasiado profundas, está sempre presente o perigo de que a análise cultural perca contacto com as superfícies duras da vida – com as realidades estratificadoras políticas e econômicas, dentro das quais os homens são reprimidos em todos os lugares – e com as necessidades biológicas e físicas sobre as quais repousam essas superfícies. A única defesa contra isso e, portanto, contra transformar a análise cultural numa espécie de esteticismo sociológico é primeiro treinar tais análises em relação a tais realidades e tais necessidades.

Todavia, cabe analisar com certo direcionamento, a princípio, o conceito de cultura, Laraia (2001, p. 63) abordou essa temática e, com base em pesquisas e estudos, resume o final do capítulo que trata do conceito de cultura da seguinte forma:

[...] neste ponto, o leitor já deverá ter compreendido que a discussão não terminou – continua ainda –, e provavelmente nunca terminará, pois uma compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana, tema perene da incansável reflexão humana.

É importante, também, o estudo sobre a cultura popular²¹ em sua essência, para que se possa abstrair um entendimento aceitável acerca do que pode ser definido, de fato, como turismo cultural. Nesse contexto, de acordo com Burke (1989), a cultura popular seria fruto de diversas transformações sociais, a começar pelo crescimento populacional que levou à urbanização e, conseqüentemente, à revolução comercial e asseção do capitalismo. Assim, a cultura está intimamente ligada ao ambiente, mudaria de acordo com a mudança do ambiente atrelado a diferentes grupos profissionais e modos regionais de vida. Observando que todas essas transformações sociais e culturais no mundo moderno atingiram, sobremaneira, as cidades maiores de modo a enriquecer suas culturas, enquanto que em cidades e regiões mais distantes houve uma espécie de empobrecimento cultural.

Quanto a essa análise, é necessário salientar a importância que as culturas representam para as comunidades locais, em que há um processo de desenvolvimento da atividade turística, o que pode na atualidade levar ao desencadeamento e/ou ao acentuamento de problemas relacionados a aculturação ou mesmo à perda da identidade. Mais uma vez, se vê a importância de um planejamento e, mais ainda, da atuação do setor público nessas questões.

Vê-se que a relação da atividade do turismo com acentuada tendência nos aspectos culturais em destinos turistificados, torna-se ambiente propício à discussão e proposição de ações elencadas desde o âmbito das relações com o setor público, perpassando para a sociedade civil organizada e aos empresários do setor privado. Entende-se que dessa maneira, grandes chances de perpetuação e consolidação rumo a um desenvolvimento dos lugares e das pessoas associados à prática do turismo cultural, toma novos caminhos para a sustentabilidade sócio-ambiental num futuro próximo.

²¹ Para inserir a discussão sobre cultura popular no presente estudo, optou-se por analisar as idéias do autor Burke (1989), visto que outros autores tratam do tema de forma diferenciada ao que este autor propõe.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO TURISMO: IMPORTÂNCIA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

Maksoud (1984, p.120) acredita que a política “é uma arte complexa que se torna mais intrincada pela multiplicidade de tipos humanos que nela atuam [...] Apesar dessas diferenças, parece que os homens todos querem um regime de liberdade que instintivamente qualificam hoje de democracia”.

Na maioria das vezes, o discurso do governo permeia conceitos de desenvolvimento e igualdade para os povos, mas na prática se tem observado que estas premissas não são seguidas à risca. Dessa forma, Moore (1972, p.182) diz que em política, é 72tividade, senão permanente, a divergência tocante aos fins, quando não aos meios, o conflito sobre o que deveria ser uma sociedade decente. O desenvolvimento regional precisa ser o foco dessas ações na prática, sem esquecer que é preciso partir de uma premeditação.

A importância da política para a sociedade é ressaltada nesse conceito, observando que a inexistência de um direcionamento e embasamento, filosófico ou não, para esse sistema pode acarretar prejuízos às pessoas. Contudo, em turismo, particularmente no que se refere às questões políticas, percebe-se que desde que começou a receber a devida atenção dos gestores públicos, o setor vem contribuindo para a movimentação da economia das localidades que utilizam, atraindo investimentos, demandando melhorias em infra-estrutura, de acessos, serviços básicos, arrecadação de impostos, visando, inclusive, o desenvolvimento sustentável da atividade e dos destinos.

Observa-se que é relevante a participação de diversos setores da sociedade interagindo entre si, em especial o setor público, a fim de colaborar com a promoção de um turismo melhor e mais inclusivo. Para Dantas (2005, p. 154) “nenhuma atividade econômica pode ter um fim em si mesma; logo, o turismo não tem valia enquanto não promover a equalização social e a expansão das oportunidades e capacidades humanas, tanto dos visitantes como dos visitados”. Partindo desse pressuposto, podem os gestores contribuir para o desenvolvimento através de uma gestão que alie a inclusão social e as tradições culturais ao crescimento econômico?

O Plano Nacional de Turismo – PNT 2003/2007 (2003, p. 21), afirma que:

O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do País no cenário turístico mundial. A geração de emprego, ocupação e renda, a redução das desigualdades sociais e regionais e o equilíbrio da balança de pagamentos sinalizam o horizonte a ser alçado pelas ações estratégicas indicadas.

Dessa forma, reconhece-se a importância dos diversos segmentos do setor, sendo tal plano o elo entre os governos federal, estadual, municipal, as entidades não governamentais, a iniciativa privada e a sociedade, buscando cumprir um importante papel no incremento da atividade turística, especialmente em regiões desprovidas de ações específicas atreladas ao crescimento e ao desenvolvimento, de suas capacidades e potencialidades, técnicas e naturais ou culturais. No que se refere à relação da cultura, propriamente dita, com os pressupostos políticos, Ortiz (1985, p. 142) considera:

A dimensão do político como imanente à vida social, e com isto quero dizer que as relações de poder penetram o domínio da esfera da cultura. Entretanto, o que é político (isto é, relação de poder) nem sempre se atualiza enquanto política, o que implica aceitar que entre os fatos culturais e as manifestações propriamente políticas é necessário definir uma mediação. Os fenômenos culturais encerram sempre uma dimensão onde se desenvolvem relações de poder, porém seria impróprio considerá-los como expressão imediata de uma consciência política ou de um programa partidário. É importante ter em mente que as expressões culturais não se apresentam na sua concretude imediata como projeto político. Para que isto aconteça é necessário que grupos sociais mais amplos se apropriem delas para, reinterpretando-as, orientá-las politicamente.

Por essa razão, as políticas públicas são fundamentais ao turismo e à cultura no cenário das populações receptoras de demanda, como é o caso do programa de qualificação de museus para o turismo, e mais especificamente, que estas comunidades sejam ativas, seja no processo de participação seja na tomada de decisão para que mostrem suas reais necessidades e anseios, com a finalidade maior de serem incluídas e ouvidas, a partir do artifício de que suas tradições e seu legado sejam mantidos, preservados, respeitados. Com isso, percebe-se a estreita e importante relação que a cultura, o turismo e as políticas públicas têm, em observância com a urgente e precisa relevância que o tema em questão deve rumar.

Atualmente, o Plano Nacional de Turismo 2007-2010, visa um turismo de inclusão, mostrando o interesse do Governo Federal em direcionar para todo o país, por exemplo, ações de diversificação do produto turístico brasileiro e de sua segmentação, entre outros. Nesse âmbito, o Ministério do Turismo – Mtur em um de seus macroprogramas criou o programa de estruturação

dos segmentos turísticos para que, direcionando seus esforços de forma objetiva, possa atuar em eixos e pastas específicas da atividade, a exemplo do turismo cultural.

O turismo cultural seria:

Aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento e a apreciação de monumentos, sítios histórico-artísticos, obras de arte, arquitetura, artesanato, produtos e gastronomia típicos, música, dança, teatro, eventos programados, dentre outros. **Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que os órgãos afins têm buscado para estabelecer políticas de manutenção e proteção a esse patrimônio, de acordo com os devidos benefícios sócio-culturais e econômicos que comporta para toda a população implicada.**(grifo nosso). ICOMOS (1976 *apud* VINHAS 2007, p. 59).

Nessa perspectiva, o atual PNT 2007-2010 promete trazer outra realidade às necessidades do setor no país, desenvolvendo o turismo interno, também, através da descentralização das regiões turísticas do Brasil. Todavia, é preciso esclarecer que o desenvolvimento não acontece de forma igual para todos, tampouco é fruto de uma única atividade ou de ações isoladas dos diversos setores. Com isso fica clara a evidência de que é preciso somar esforços para criar, em torno do âmbito da cultura e do turismo, sérios questionamentos e atitudes, políticas ou não, que sejam voltadas para a sustentabilidade e o uso adequado do patrimônio, sendo o turismo cultural uma ferramenta, se planejada e de acordo com os interesses dos autóctones, crucial a esta temática.

A Carta de Turismo Cultural (ICOMOS, 1976) que em suas bases de atuação, define:

As entidades representativas do setor turístico e as de proteção do patrimônio natural e cultural precisam estar cientes de que a preservação e promoção do patrimônio natural e cultural para o benefício da maioria somente poderão ser cumpridas dentro de uma ordem pela qual se integram os valores e os objetivos culturais, sociais e econômicos; Conscientes da extrema necessidade de modificar a atual atitude do público em geral sobre os grandes fenômenos desencadeados pelo desenvolvimento massivo do turismo; [...] Realização de planos de desenvolvimento sustentável, implantação de equipamentos e serviços turísticos adequados e de boa qualidade; O respeito e a proteção da autenticidade e diversidade dos valores culturais, em todos os destinos. (Adaptado da Carta de Turismo Cultural – ICOMOS, 1976).

Para que, dentro dessas perspectivas, o provável desenvolvimento e expansão do turismo possa acontecer de forma responsável e sustentável, o turismo cultural deve ser tratado com respaldo político e social. Não esquecendo da vertente econômica atribuída ao fenômeno do turismo, por muitos anos, políticos e mesmo estudiosos, é que não se pode remetê-lo no campo da cultura a esta subordinação. É interessante haver intervenções acertadas e continuadas que busquem apoio no viés econômico, mas que acima de tudo, não seja seu principal objetivo.

Não é possível precisar com certeza o quanto a cultura deixa sua marca na sociedade, mas é certo que o faz, tanto assim que a recente mundialização dos processos político-econômicos não conseguiu a uniformização desejada pelos detentores do poder econômico mundial justamente pela resistência das culturas locais, aquilo que Giddens chama de reflexividade. BARRETO (2007, p. 19).

Mais uma vez, surgem as comunidades locais como o foco e para quem devem ser direcionadas, muitas das políticas do setor, para que a atividade turística traga além de crescimento econômico, desenvolvimento socio-cultural enraizado nos valores e na preservação a que as populações precisam adquirir e/ou manter.

4 UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DE MUSEUS PARA O TURISMO

Os termos tradição e tradicional surgem com 75 atividades nos trabalhos no ocidente e na África, no sentido de fazer referência ao termo ‘moderno’, ‘modernidade’ ou mesmo ‘ocidente’. Usando como base a construção teórica da ‘invenção da tradição’ Ranger (1984) mostra que a análise sobre a construção da ‘autoridade tradicional’ 75 atividades 75s75e tende a enfatizar o papel e a capacidade da administração colonial no manipular das instituições de poder africanas locais. O poder colonial estava limitado pela obrigação dos chefes locais em garantir o bem estar das suas comunidades, ou seja, em garantir a sua legitimidade, fato de que dependia o funcionamento da estrutura administrativa colonial.

Desde a antiguidade, a relação entre tradição e poder despontava um tom de manipulação para que houvesse certa manutenção, mesmo que limitada e por submissão ou obrigação, da legitimidade das invenções da tradição. Mesmo com certos contratemplos, a cultura tem sido alvo de constantes transformações, se atentado para a área museológica, esses encaixos são ainda mais enfatizados por sua relevância através do tempo e que, até hoje, se configura com destaque nesse cenário.

De acordo com o Comitê Internacional de Museus – ICOM (1956): Museu é um estabelecimento de caráter permanente, administrado para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras o conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos, zoológicos e

aquários. Após essa definição, houve mais recentemente, uma aprovação pela 20ª Assembléia Geral de Barcelona, Espanha (2001) que designava museu como: “Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade”.

Por fim, o Sistema Brasileiro de Museus – SBM (2004) adota a seguinte definição: Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose.

Essas casas, os museus, são a mais autêntica forma de expressar a cultura por meio de fatos e artefatos construídos na história e na memória que se processaram no passado e continuam a influenciar o presente e o futuro. Dada sua importância no campo cultural, é importante estipular uma interface entre os museus e o turismo, a qual, Barreto (2007, p. 141) apresenta com riqueza:

Os museus passaram por grandes modificações a partir da segunda metade do século XXI, quando viveram uma época de crise econômica e de desvalorização social, para ser, na atualidade, atrativos turísticos, o que redundou em benefícios às próprias comunidades receptoras, pois seus museus são revitalizados e até sustentados pela atividade turística. As mudanças aconteceram no conteúdo e na forma, no papel social e nos espaços utilizados.

Em relação ao turismo, o Plano Nacional da Cultura – PNC (2008) reconhece o valor das práticas culturais e identitárias das distintas localidades brasileiras e considera que é a partir da valorização dessas expressões culturais locais que a política de articulação do turismo com a cultura deve estar orientada. Assim, estabeleceu como propostas de ações para consolidar o segmento do Turismo Cultural no país:

Incentivar modelos de desenvolvimento turístico que respeitem as necessidades e interesses dos visitantes e populações locais, garantindo a preservação do patrimônio, a difusão da memória sociocultural e a ampliação dos meios de acesso à fruição da cultura; Realizar campanhas e programas integrados com foco na informação e educação do turista para difundir o respeito e o zelo pelo patrimônio material e imaterial dos destinos visitados; Instituir programas integrados que preparem as localidades para a atividade turística por meio do desenvolvimento da consciência patrimonial, formação de guias e de gestores; Elaborar portais federais de internet para a difusão de conhecimentos sobre as artes e as manifestações culturais, em âmbito nacional e internacional, por meio da disponibilização de bancos de dados e sistemas de compartilhamento livre de informações. Desenvolver metodologias de mensuração dos

impactos socioculturais do turismo de massa em pequenas e médias cidades; Criar políticas fiscais capazes de arrecadar recursos do turismo cultural em benefício dos bens e manifestações de arte e cultura. Apoiar e zelar pelo turismo baseado nas festas, tradições e crenças do povo brasileiro. (ROCHA, 2010).

Identificou-se através, do Departamento de Museus e Centros Culturais – DEMU (2008) o perfil do setor museológico, que aponta para os seguintes números: Existem em torno de 2.600 museus no país;O conjunto desses museus recebe em torno de 30 milhões de visitantes/ano;Empregam 24.905 profissionais, dos quais em torno de 20% atuam diretamente com visitantes.

A partir da ênfase colocada entre os museus e o turismo, analisa-se o Programa de Qualificação de Museus para o Turismo, elaborado no ano de 2008, numa parceria entre os Ministérios do Turismo e da Cultura, através do Departamento de Museus e Centros Culturais – DEMU do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN que buscam incrementar o turismo cultural através da qualificação de museus, aumentando sua atratividade e dispondo a cultura ao alcance de todos.

De acordo com o Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus do DEMU, o Programa de Qualificação de Museus para o Turismo, implantado por meio do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM tem como diretriz aumentar a atratividade dos museus frente ao público em geral, integrando-os ao circuito turístico cultural de modo a fortalecer essa modalidade de turismo no país. Trata-se do resultado de um esforço maior de integração interministerial entre os Ministérios do Turismo e da Cultura no sentido de atender as demandas relativas ao desenvolvimento e consolidação de regiões turísticas e do segmento de turismo cultural.

O potencial dos museus como atrativo turístico, surge no programa através de um objetivo que busca estruturar os museus localizados nos municípios relacionados aos destinos indutores do desenvolvimento regional, definidos pelo Plano Nacional do Turismo 2007-2010, com foco nas cidades-sede da Copa 2014, de forma a torná-los um atrativo aos visitantes e valorizados como equipamento cultural pela comunidade local. (IBRAM).

Dentre os objetivos específicos do Programa de Qualificação de Museus para o Turismo (2008), merecem destaque: Ampliar o número de visitantes dos museus, observada a capacidade de visitação; Apoiar a renovação ou inovação das técnicas expositivas utilizadas pelos

museus; Disseminar a importância dos museus como espaços de excelência na troca de experiência, e de observação da cultura local – história, tradições e avanços tecnológicos, entre outros. Incrementar o potencial turístico dos museus, por meio de consultoria nas áreas de museologia e museografia, visando preservar a identidade, sua missão e o melhor desempenho na comunidade em que se encontra inserido; Integrar os museus aos roteiros de Turismo Cultural, contribuindo para fortalecer esse segmento no país.

Para tanto, o Demu/Iphan (2008) estabelece como medidas: capacitação de profissionais, elaboração de guias, inserção dos museus nos circuitos de turismo cultural, renovação/inação de técnicas expositivas e a ampla divulgação dos museus. A idéia é a de mostrar que os museus são um espaço de convivência e compartilhamento de experiências, principalmente para o turista, que poderá ter contato com a história e a cultura.

São oferecidas, entre outras coisas: Oficinas de capacitação de profissionais das áreas de museus e turismo; O Guia de Atendimento ao Turista, com ampla distribuição aos museus do país; Será dada atenção também à divulgação dos museus tanto para os turistas como para o *trade*; A iniciativa também pretende lançar catálogos com roteiros culturais regionais de museus e vídeos promocionais. Nessa perspectiva, o Mtur investiu R\$ 2 milhões para apoio a projetos em dez museus federais. Também é parte da iniciativa a qualificação de museus com obras de melhoramento da infra-estrutura, aquisição de equipamentos, promoção das lojas dos museus, folheteria78tividade (português, inglês e espanhol) e outros projetos necessários para o acolhimento aos turistas.

Dentre os museus que foram beneficiados pelo Programa, merece destaque o Museu Histórico Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro, além deste o programa também implementou ações nos seguintes museus e estados: Museu Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro/RJ); Museu de Arte Sacra (Salvador/BA); Museu da Inconfidência (Ouro Preto/MG); Museu Emílio Goeldi (Belém/PA); Museu do Homem do Nordeste (Recife/PE); Museu Oceanográfico (Rio Grande/RS); Museu das Artes Divino (Pirenópolis/GO); Museu da República (Rio de Janeiro/RJ); e Museu Castro Maya (Rio de Janeiro/RJ). (Mtur, 2010).

Além desses museus acima citados, nos destinos de Brasília, Porto Alegre e São Paulo foram distribuídos leques, marcadores de livro e mapa com a localização de museus dessas cidades. O Mtur (2010) afirma que, para este ano, “a previsão é qualificar 150 gestores e profissionais dos museus, com foco nas cidades-sede da Copa de 2014, por meio das oficinas

Museu e Turismo. Um guia de atendimento com dicas sobre como receber com qualidade os visitantes dos museus está em fase de elaboração. A publicação contará com 13.500 exemplares, que serão distribuídos para os museus dos principais destinos turísticos brasileiros, principalmente para os 65 destinos indutores priorizados nas ações e investimentos do Mtur”.

Quanto à realização de ações específicas para o Estado do Rio Grande do Norte, os órgãos gestores desse Programa não mencionam ações imediatas, no entanto, Natal e Tibau do Sul são municípios indutores do turismo no RN, além de Natal ser uma das cidades-sede da Copa de 2014, o que mostra conforme descrito anteriormente, que estão ou estarão inclusas nas ações do programa em questão. (SETUR/RN).

Nesse ínterim, vale salientar que o turista cultural, na atualidade, tem um perfil diferenciado, por diversas razões, entre elas, as influências sofridas pelo processo de globalização, sociedade da informação, necessidade de viver experiências novas, aspecto emocional, etc. Para o Mtur (2006, p. 13 e 14):

É certo que a amplitude de interesses e de motivações em relação à cultura requer uma série de estudos, mas alguns trabalhos em outros países podem ser utilizados nessa tarefa, como no caso do México, que aponta a existência de dois tipos de turistas que visitam atrativos culturais em seus deslocamentos: a) aqueles com interesse específico na cultura, isto é, que desejam aprofundar-se na compreensão das culturas visitadas e se deslocam especialmente para esse fim; b) aqueles com interesse ocasional na cultura, possuindo outras motivações que o atraem ao destino, relacionando-se com a cultura apenas como uma opção de lazer. Esses turistas, muitas vezes, acabam visitando algum atrativo cultural, embora não tenham se deslocado com esse fim, e, apesar de não se emfigurarem como público principal do que conceituamos de Turismo Cultural, são também importantes para o destino, devendo ser considerados para a estruturação e promoção do produto turístico.

É preciso somar esforços em busca de uma atividade turística comprometida com as necessidades do turista que busca, na cultura ou em outros segmentos, o direito ao lazer. Além das políticas de incentivo ao resgate do patrimônio cultural, como é o caso do Programa de qualificação de museus para o turismo, deve-se lembrar que as culturas são ensaios/estudos mais empíricos do que indagações teóricas. (GEERTZ, 1989).

Compreender a cultura de um povo pode expor sua normalidade de modo a não reduzir sua particularidade, porém, enquadrar um povo e sua cultura no âmbito de suas próprias debilidades dissolve a sua essência, a sua opacidade. Por fim, a análise do conceito de cultura deve passar por importantes e profundas discussões que envolvam coerência, interpretação,

espontaneidade, princípios, acontecimento como um fato, entre muitos outros e não menos importantes, tampouco fins.

Por fim, o Plano Nacional de Cultura (2008, pags. 28 e 29) entende a cultura como:

campo de políticas de Estado, ultrapassa o tempo dos governos. Ao Estado cabe assegurar a continuidade às políticas públicas de cultura, instituindo mecanismos duradouros de planejamento, validação, promoção e execução. Com esse objetivo, deve também garantir as fontes de financiamento e os recursos materiais e humanos necessários para a superação das disparidades regionais e diversificação dos repertórios culturais do País. Uma real democratização do acesso aos benefícios gerados pelos recursos públicos investidos na cultura deve gerar efeitos positivos em diferentes dimensões da vida social. As relações entre políticas de cultura e as demais políticas setoriais de Estado são fundamentais para assegurar os níveis desejados de transversalidade e integração de programas e ações. **Conjugar políticas públicas de cultura com as demais áreas de atuação governamental é fator imprescindível para a viabilização de um novo projeto de desenvolvimento para o país.**(grifo nosso).

O Programa de qualificação de museus para o turismo é uma proposta interessante do ponto de vista das políticas públicas no campo da cultura, já que “historicamente, o Brasil sempre enfrentou problemas para a implementação de uma política pública para a área de cultura, por conta de limites relacionados às capacidades institucionais e financeiras”. (CANTARINO, 2006). Assim como, a integração interministerial mostra o interesse em realizar ações concretas que, de fato, contribuam para o setor turístico no segmento cultural do país, seja com qualificações, seja com implantação de serviços e equipamentos específicos, entre outros.

Portanto, cabe intensificar os trabalhos para que esta não seja uma iniciativa passageira, mas sim o começo de novos direcionamentos para os museus, para a cultura e para o turismo no Brasil. “É desejável abolir toda e qualquer ingenuidade em relação ao museu, ao patrimônio e à educação. Ao lado dessa abolição é desejável desenvolver uma perspectiva crítica, interessada em investigar ao serviço de quem estão sendo acionados: a memória, o patrimônio, a educação e o museu”. (CHAGAS, 2006).

5 CONCLUSÃO

Esse trabalho abordou estreita relação entre turismo e cultura, tendo no aporte de ações governamentais, um elemento de fundamental importância para o seu desenvolvimento. O enfoque dado ao programa de qualificação de museus para o turismo, apontou as reais carências

do setor museológico no país que ainda precisam ser sanadas, tais como a qualificação dos gestores que atuam diretamente em seu ordenamento e consequente comercialização.

Na condição de agentes capazes de promover e salvaguardar o patrimônio cultural local, os atores, em especial àquelas comunidades que se encontram envoltas por destinos turistificados, foram identificados como relevantes nesse processo, uma vez que inseridos em ações do governo no contexto das políticas públicas voltadas à conservação, realce e apreciação dos monumentos e sítios que constituem uma parte privilegiada do patrimônio da humanidade, podem subsidiar e contribuir significativamente, pois têm o respaldo do conhecimento de seu próprio legado, como nenhum outro ator.

Em virtude disso, e concientes do intenso fluxo turístico existente, podendo acarretar efeitos – tanto positivos como negativos – sobre o mencionado patrimônio, é que se buscou identificar a relação que o turismo tem com a cultura, não especificamente na vertente economicista a que normalmente se atribui, mas acima de tudo, à capacidade de trazer o desenvolvimento e de se trabalhar em conjunto rumo a um desenvolvimento sustentável.

Nesse caso, foram abordados tópicos instigantes envolvendo atores, turismo, cultura e políticas direcionadas aos esforços do resgate e da valorização do patrimônio museológico do país, com o enfoque no programa de qualificação de museus para o turismo, programa este, fruto de uma parceria entre os Ministérios do turismo e da cultura.

Dessa forma, o referido programa se apresentou como difusor de temáticas relacionadas à capacitação, estruturação e informação para o setor de museus em consonância com debilidades da atividade turística nessa área de atuação cultural. Por essa razão tem que se levar em conta uma reflexão conjunta entre os atores envolvidos diretamente ou não com os rumos que o turismo pode tomar em destinos menos preparados para receber grande demanda que busca, entre outras coisas, descobrir e experienciar novas culturas, sendo uma forma de os turistas se manterem conectados, vivos, parte das manifestações dos povos que visitam.

No contexto, pôde-se perceber também, a ênfase e os estados prioritários dados pelo Governo no âmbito da implementação desse Programa que atinge às principais capitais do país, especialmente no eixo sul-sudeste. Porém, surge uma preocupação por que espera-se que todas as cidades possam ser atingidas por essas políticas, ou pelo menos as tidas como mais relevantes no cenário museológico do Brasil, visto que a carência de recursos, projetos e ações é fator inerente a este tema na grande maioria das nossas cidades.

Por outro lado, a articulação entre políticas, setores e ações que partem do Ministério do Turismo, mostra que pode haver o atendimento a um número maior de estados em todo o país, especialmente àquelas regiões que representam peças-chave no desenvolvimento do turismo no país, como é o caso dos destinos indutores e das cidades sede para a Copa de 2014, onde estados como o Rio Grande do Norte possam finalmente ser beneficiados com essas ações do programa de museus. Com isso, espera-se que o governo federal cumpra suas metas no tocante à realização e/ou implantação dessas políticas nesses destinos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarita. **Cultura e Turismo: Discussões Contemporâneas**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANTARINO, Carolina. **Museus ganham destaque nação do Minc** – Reportagem. Revista do IPHAN. Dossiê Museus, n. 5, Mai/Jun, 2006.

CHAGAS, Mario. **Educação, museu e 82tvidades: tensão, devoração e adjetivação**. Revista do IPHAN. Dossiê Museus, n. 5, Mai/Jun, 2006.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução Viviane Ribeiro. 2. Ed. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

DANTAS, Andréa Virgínia Sousa. **Uma análise sobre a relação turismo e pobreza no Rio Grande do Norte**. Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: 2005.

Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan – DEMU/IPHAN. Publicado por Clelia Araujo. **Qualificação de Museus para o Turismo. Ministérios da Cultura e do Turismo lançam o programa, no Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/08/19/82tvidades82s-de-museus-para-o-turismo> Acesso em: 24 fev. 2010.

_____. **Museus Brasileiros**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Ministério da Cultura. Brasília: Outubro de 2008.

Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR. **Perfil e Tendências no Mercado Emissivo Internacional: Perspectivas 2009/2010**. São Paulo: julho de 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

GEERTZ, C. A. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (ORG). **A Invenção da tradição na África Colonial**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984.

Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. **Programa de Qualificação de museus para o Turismo**. Disponível em: <http://museus.ibram.gov.br/sbm/main.htm>> Acesso em 15 fev. 2010.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MAKSOUUD, Henry. **Os poderes do Governo**. São Paulo: Visão, 1984.

Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura: Diretrizes Gerais**. Brasília: 2008.

Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de políticas de turismo. Brasília: 2003.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de políticas de turismo. Brasília: 2007.

_____. **Programa de qualificação dos museus para o turismo: cultura ao alcance de todos**. Brasília: 20 jan 2010.

_____. **Turismo Cultural: Orientações Gerais**. Brasília, 2006.

MOORE, Barrington Jr. **Poder Político e Teoria Social**. São Paulo: Cultrix, 1972.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Lo que todo gestor turístico deve saber**. Madrid (Espanha): OMT, 1995.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PIRES, Ewerthon Veloso. **Impactos Sócio-Culturais do Turismo sobre as Comunidades Receptoras: Uma Análise Conceitual**. Caderno Virtual de Turismo: Vol. 4, N°3. Rio de Janeiro, 2004.

ROCHA, Eneida Braga. **Programa de Qualificação de Museus para o Turismo: uma parceria entre o Ministério do Turismo e o Ministério da Cultura**. Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus. Instituto Brasileiro de Museus, 2010.

**MUSEU E TURISMO:
A COMPLEXA RELAÇÃO COM O TEMPO E A MEMÓRIA²²**

**MUSEUM AND TOURISM:
TIME AND MEMORY COMPLEX RELATIONSHIP**

Profa. Dra. Susana Gastal²³

Resumo

A presente análise utiliza o olhar semiótico, mais especificamente a teoria do texto, para acompanhar a construção de sentido em relação à figura do Museu que, de guardião da memória social, transformou-se em espaço de eventos ou *shopping cultural*, no dizer pejorativo de alguns. Percorre-se a construção de sentido indicando que o Museu e seu papel social estariam intrinsecamente associados, em primeiro lugar, à percepção em relação ao tempo e, em segundo e como decorrência, à percepção e ao papel social da memória em diferentes momentos. As percepções em relação ao tempo variam de época para época, mas também entre as diferentes sociedades. O Museu contemporâneo e sua configuração em termos de acervo e arquitetura, coloca-se no que tem sido tratado como posmodernidade, ou seja, um momento cultural pautado pela diversificação dos suportes materiais de memória, e pela ênfase cultural no passado.

²² Versão preliminar deste trabalho foi apresentada no NP 19 – Comunicação, Turismo e Hospitalidade, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

²³ Doutor. Professor e pesquisador do Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. Professor da graduação em Turismo na Universidade de Caxias do Sul.

**MUSEU E TURISMO:
A COMPLEXA RELAÇÃO COM O TEMPO E A MEMÓRIA**

**MUSEUM AND TOURISM:
TIME AND MEMORY COMPLEX RELATIONSHIP**

Profa. Dra. Susana Gastal

Abstract

In this analysis it is used the Semiotic, specially, the text theory, in order to present the construction of meaning regarding to the Museum. Once, the Museum was the guardian of the social memory, nowadays it has become a space for cultural events and shopping, in a pejorative way. Going through the construction of meaning we indicate that the Museum and its social condition would be related firstly with time perception, then with memory. Time perceptions are different along the time, as well as in different societies. The post-modernity, a cultural moment marked by diversification of memories and cultural emphasis in the past, presents the Museum with changes in matters of collection and architecture.

Key words

Tourism; Posmodernity; Time; Memory; Museum.

1 Introdução

Na segunda metade do século XX, em especial em suas décadas finais, várias mudanças políticas, sociais e culturais mobilizaram a sociedade e instigaram os intelectuais atentos ao mundo a si circunvizinho, a colocar questões de grande pertinência. Muitas dessas questões, em geral polêmicas, têm sido abarcadas sob o rótulo de Posmodernidade.²⁴

A polêmica não é gratuita, pois o momento contemporâneo tem apresentado profundos desafios àqueles que procuram 86tivi-lo e 86tivida-lo. Se, como dito por Berman (2006), a Modernidade significou o avanço da técnica, levando a que tudo que é/fosse sólido se desmanchasse no ar, o aprofundamento da tecnologia nos momentos 86tividades86s levaria a que tal *desmanchar-se* atingisse dimensões talvez insuspeitas quando da escritura do seu livro, como, por exemplo, as desmaterializações associadas às percepções temporais. O tempo passa a ser visto como histórico e historicamente construído, permitindo, nesses termos, utilizar a Semiótica – e, mais especificamente, a Teoria do Texto – como metodologia que encaminhe a sua construção de sentido no momento atual.

O pensamento semiótico mais contemporâneo prefere ater-se não mais à noção de discurso, mas a discorrer sobre *textos*, para envolver outras formas de construções de sentidos, que não apenas as verbais, assim como aos contextos implícitos. Para Barthes(1987), o texto permite o deslizamento das categorias tradicionais para a da construção de sentido, o que encaminha não só a novas teorizações, mas também a novos objetos. Mais do que um *objeto*, para Barthes (1987, p. 56), o

²⁴ A polêmica envolve inclusive a denominação *Posmodernidade*, sobre a qual haveria restrições teóricas. Não fecho questão sobre ela, mas, a falta de termo melhor, utilizo-a. Sobre as questões desencadeadas no processo, ver Gстал (2006)

texto é um campo metodológico, aberto à contradição. No dizer de outro semiota, Umberto Eco (1999, p.15), o texto é um artifício, “objeto que a interpretação constrói na tentativa de validar-se como base naquilo que constitui”. Para atingir esse objetivo de construir o objeto texto, Eco (1999, p. 81) diz que há “um sistema de relações internas que atualiza certas ligações e narcotiza outras”, mas dentro de sua própria ontologia, que deve ser respeitada (*idem*, p. 170). Ao analisar diferentes realidades como *texto*, a Semiótica tem representado importante contribuição na leitura e análise das representações simbólicas do momento contemporâneo, às quais é possível afiliar o Turismo.

A presente análise, portanto, utilizará o olhar semiótico para acompanhar a construção textual em relação a figura do Museu que, de guardião da memória social, transformou-se em espaço de eventos ou *shopping cultural*, no dizer pejorativo de alguns. A posição defendida, entretanto, é a de que o Museu e seu papel social estariam intrinsecamente associados, em primeiro lugar, à percepção em relação ao tempo e, em segundo e como decorrência, à percepção e ao papel social da memória em diferentes momentos.

Considere-se que a relação das sociedades ocidentais com o tempo teria sua marca mais primordial e ancestral nas culturas tradicionais, associada às mudanças observáveis na natureza. A ruptura dessa lógica viria com a Modernidade, quando calendário e relógio substituem a relação direta e empírica; à subjetividade da ordem agrícola e panteísta sobrepõe-se a objetividade dos meses, das semanas, das horas e dos minutos. Este tempo objetivo desdobra-se, portanto, em datas e fatos, registrados em documentos e outras materializações, que terão o Museu, os arquivos e as bibliotecas como espaços privilegiados de guarda, preservação e consagração.

A pergunta que se coloca, e cuja resposta será perseguida nas páginas a seguir, é a da validade desses espaços de consagração do tempo, explique-se, moderno, em especial na figura do que, provisoriamente, denomina-se na presente análise como *Museu Tradicional*, frente às rupturas interpostas nas décadas finais do século XX. Parte-se do pressuposto que os *Novos Museus*, aqueles do acontecimento e do espetáculo, têm a 88titudad-los uma nova e instigante percepção temporal e um novo papel da memória.

2 Diferentes tempos

A Modernidade é a expressão cultural do momento econômica marcado pela máquina, pela fábrica e por processos de industrialização que envolveram e, de certa forma, ainda envolvem amplamente a sociedade sob a lógica da produção em quantidade e em série. Os avanços alavancados pela máquina, entretanto, não podem ser associados apenas aos processos fabris, pois ela também está presente nas comunicações e nos transportes, possibilitando a organização e expansão do Turismo. Grandes trens, grandes navios e grandes hotéis socializam as viagens, permitindo que camadas mais amplas da sociedade desfrutem o que antes era privilégio de elites endinheiradas ou de aventureiros. O Turismo dará forma de *produto*, passível de planejamento, gerência e comercialização, aos anseios nômades presentes nas pessoas (MAFFESOLI, 2001), mesmo nas sociedades contemporâneas mais sofisticadas. O Turismo *inventado* pela Modernidade segue as lógicas do período: apenas produtos padronizados, ou seja, produzidos em série e para consumo em grande quantidade, resultarão em sucesso financeiro. A isso se denominou turismo de massa.

Mas a Modernidade ainda se fez acompanhar de um processo político muito importante, que foi a consolidação dos estados nacionais. Esses processos envolveram a unificação territorial e mudanças significativas em formas de governo, como no caso da França, que troca o modelo monarquista pelo republicano. Em todos os casos é necessário constituir a idéias de nação e *inventar*, para ela, uma identidade nacional. Estas identidades serão construídas dentro de duas vertentes, a da inclusão e a da exclusão. A coesão será buscada no reforço da unidade em termos de território (nacional), língua (nacional), dos sistemas monetário, educacional, militar e jurídico e, em alguns casos, do religioso. (HALL, 2006; CASTELLS, 2008)

A exclusão significaria deslocar para a periferia dos processos, as diferenças étnicas, religiosas e mesmo expressões de gênero que não consolidassem um masculino e um feminino *puros*. As manifestações culturais também foram valorizadas de forma a expressar a nacionalidade, ou seja, a se constituírem como sinônimas do nacional, consagradas em expressões eruditas, aí incluídas as grandes artes e a arquitetura magnífica, e em expressões populares, ou seja, *as coisas que o povo faz*(BOSI, 1995), consagradas como folclore.

Arquitetura, museus e folclore, assim, tornam-se *signos de lugar*, expressando, mas também alimentando, a identidade nacional. Neste cenário, os prédios magníficos e os museus representam papel fundamental, como síntese do passado e da história local. O Museu nacional, onde as peças em acervo são tratadas como *documento*, é o espaço de conservação, expressão e construção de significados que alimentariam as identidades locais. Daí sua quase sacralidade nas recorrências do “não toque!”, “fale baixo!”... Na atualização dos seus acervos, os Museus serão igualmente rigorosos na constituição de instâncias de validação que selecionem o que será, ou não, conservado, o que se transformará ou não em memória, o que deverá, ou não, demarcar a

identidade local. Igual lógica atingirá a arquitetura, nos denominados *prédios históricos*, tombados como patrimônio pelo poder público. (CHOAY, 2001; GASTAL, 2006)

O Turismo moderno seguiu o modelo e, da mesma forma, se constituiu em torno de dois segmentos culturais, para alimentar os seus “produtos”: de um lado, a cultura “popular”, na forma do folclore, com destaque para as danças e o artesanato, e a cultura “erudita”, presente na arquitetura magnífica como, por exemplo, o Coliseu, a Torre de Londres, o Taj Mahal, entre outros. Também serão privilegiados espaços onde a cultura nacional esteja organizada, ou seja, onde as *raízes vivas* das nacionalidades estejam representadas na forma de documentos literários ou visuais, e objetos complementares.

Em termos econômicos, assim como a Modernidade marca o período de expansão do capitalismo industrial, a Posmodernidade é o equivalente cultural na sociedade sob a economia capitalista globalizada. A este novo momento econômico correspondem novos comportamentos e novos imaginários que, por sua vez, marcarão tanto a produção de bens materiais como a produção de bens simbólicos. A Posmodernidade organiza-se sob a lógica dos serviços, o que leva a ascensão da cidade como cenário privilegiado e hegemônico da vida social. (JAMESON, 1996)

Além das alterações econômicas, o estado nacional e as identidades nacionais se viram submetidos a outras rupturas ao longo do século XX, como os processos de descolonização. Esses levaram a que várias minorias buscassem reconhecimento, direito à expressão política e espaço de visibilidade para suas manifestações culturais. O mesmo se dá em grandes cidades dos centros hegemônicos, que historicamente atraem grande número de indivíduos vindos da periferia dos espaços globalizados e que, ato contínuo, alimentam bairros étnicos em cidades como Nova

York, Londres e São Paulo, e que também buscarão que suas culturas sejam vistas e reconhecidas. (CASTELLS, 2008; BHABA, 2005; GASTAL, 2006)

Outros conflitos sociais emergem, a exemplo das minorias étnicas, tendo como protagonistas as mulheres e os homossexuais, que buscam espaço de autoexpressão. Em desdobramento ao movimento Black Power, que transformou muitas cidades americanas em campos de batalhas nos anos 1960, antes que os processos de igual acesso para brancos e negros fosse consolidado, o Woman's Lib e o Gay Power buscaram novos espaços de expressão para mulheres e homossexuais. Da mesma forma, outras *minorias*, não necessariamente minorias numéricas, buscaram espaços de igualdade, de livre expressão e visibilidade para as diferenças que representaram. Nesses processos, precisaram inventar ou reinventar a sua história e o seu passado coletivo e social. Como isso se deu, veremos adiante. Neste cenário cultural de renegociação de identidades, a tecnologia, em especial aquela associada às mídias, impõe a aceleração na velocidade dos processos, a afetar não só as novas identificações (HALL, 2006), mas também, e talvez mais importante, a constituição e disponibilização de diversificados suportes de memória, externos aos indivíduos. A construção das identidades deixa de ter, no território, sua principal (e algumas única) fonte de inspiração.

A memória é a função que nos permite acessar as experiências já vivenciadas no assim denominado *passado*. Se, tradicionalmente, a memória era um processo interno ao ser humano (GASTAL, 1998), a tecnologia permitirá que ela se acumule, cada vez mais, em suportes materiais externos ao cérebro e às emoções. As percepções e os comportamentos em relação ao denominado passado e aos objetos de memória, demarcando comportamentos e relações não apenas entre as pessoas, mas também dos sujeitos nas suas percepções de espaço e tempo – aqui incluído aquilo que denominamos *passado* – serão profundamente afetado pela multiplicidade de

formas de acesso ao passado. Filmes, vídeos, fotos, livros e arquivos digitais guardam e disponibilizam quase tudo, tornando o(s) passado(s) presença constante e, desta maneira, valorizada.

Tal reposicionamento da cultura na valorização do passado traria igual destaque aos museus? Nem tanto, pois o *passado* valorizado também o é, de certa forma, 92tividades92, trazendo à tona uma ampla discussão sobre questões correlatas a memória, como será apresentado a seguir.

3 Diferentes memórias

Como já colocado, a percepção temporal associada a especificidades em diferentes épocas, alterando a função e o papel da memória. Nas sociedades tradicionais, a passagem do tempo orienta-se pelos movimentos do sol, da lua e das estações do ano. O sol sempre retorna a cada amanhecer, a Lua estará cheia a cada 28 dias, a Primavera se fará presente a cada 12 meses. Destes *eternos retornos* vêm a sua denominação com um *tempo cíclico*. Nas sociedades modernas a temporalidade terá a 92tivida-la o relógio. Além de homogeneizar o que antes era diverso na natureza – o sol às vezes nasce mais cedo, às vezes mais tarde; o inverno às vezes chega com mais frio, às vezes com menos... – o relógio permite que o tempo vire mercadoria: os trabalhadores venderão sua força de trabalho em horas, os médicos cobrarão a consulta por hora, os entretenimentos serão consumidos também segundo os ponteiros do relógio, levando a que, quando da escolha de um *city tour*, queiramos antes saber qual a sua duração e, só depois, talvez, o seu itinerário e os atrativos incluídos. (GASTAL, 2006)

Outra especificidade: se as sociedades tradicionais são geridas pelo passado, na figura da memória dos velhos sábios ou dos deuses familiares, ou seja, pela *tradição*, as sociedades modernas terão a lógica de futuro: será necessário trabalhar trinta dias para receber o salário, doze meses para tirar férias; será necessário economizar por muitos anos para comprar o carro ou a casa; há tarefas que serão deixadas para o *próximo* fim-de-semana e muitas coisas que só serão realizadas num tempo futuro, quando a aposentadoria em fim chegar. Mas, tanto para a lógica tradicional como para a moderna, o passado é algo ao qual só teremos acesso pela memória. E o futuro? Este será o território das adivinhas, das possibilidades e, para os modernos, das utopias.

Mídias modernas como o livro, a fotografia e o cinema dão uma contribuição importante, não só por sua condição de registros de memória: a percepção do tempo, no seu interior, rompe com a construção antes consagrada, de uma ordem que sequenciaria passado, presente e futuro como desdobramentos *lógicos* um do outro. As mídias, em especial a televisão, tornam o tempo homogêneo ao apresentar lado a lado, por exemplo, o documentário sobre a II Guerra, a novela de época, o jornal com os acontecimentos do dia, um filme de ficção científica. O controle remoto apenas acelerará e ampliará a fragmentação presente nos processos técnicos e ficcionais próprios dos diferentes mídias. O tempo pode ser alterado nas mesas de edição, com construções temporais dramatizadas, em que a *duração* será traduzida em *flashbacks*, por exemplo, ampliando as possibilidades que, hoje, estão incorporadas à própria mecânica das câmeras, como o *slowmotion* e *zoom*, passíveis de utilização até por amadores, em equipamento doméstico. (GASTAL, 2006)

A posmodernidade ampliará tanto as possibilidades de armazenamento, como agilizará a recuperação da informação. Ao contrário do livro (impresso) e da fotografia (analógica), presos a

materialidade dos seus suportes, as informações sobre os muitos “ontem” transformam-se em *bites* do mundo digital. Significa dizer que, se a memória é a forma de acesso ao passado; se o passado agora pode se dar, a exemplo do cinema, em *flashbacks* sem ordem cronológica; ou se este passado está amplamente *presente* em fotos, vídeos ou cedez a serem facilmente *baixados* na/da Internet, os teóricos 94tividades94s partem do pressuposto que o passado não é algo dado, *natural* e imutável, mas que, na seletividade das lembranças, permeadas pelos novos suportes materiais de memória, deve ser construído. E o é, tanto na memória biológica, como nos suportes materiais de memória, externos às pessoas.

Desde a criação da escrita, mas, em especial, com o surgimento do livro, a sociedade deixara de depender exclusivamente das memórias internalizadas, tanto para acervar e como para acessar vivências passadas. Depois, a fotografia, o cinema, o disco e o vídeo – e, agora, a memória digitalizada – serão suportes a possibilitar a guarda da memória pessoal e social. Em todos os casos, alia-se a exacerbação da vivência sensorial ao desaparecimento do passado como aquele tempo acessado apenas através dos processos internos de memória do indivíduo. Entretanto, os suportes exteriores de memória, ao contrário de garantir uma leitura unívoca do passado, conduziram na direção contrária, permitindo constantes reordenamentos e releituras dos acontecimentos.

Estas circunstâncias levaram ao questionamento das narrativas sobre o passado promovidas pelos historiadores e consolidadas nos Museus e memoriais. Passou-se a analisar os documentos e relatos sobre o passado como *textos* e, como tal, significantes e não significados, enfraquecendo a historicidade. O enfraquecimento da historicidade se dá tanto em nossas relações com a história pública quanto em nossas novas formas de temporalidade privada(JAMESON, 1996), quando o presente deixa de ser vivenciado como desdobramento “lógico” ou “natural” do ontem. O

passado e, em decorrência, o texto histórico, tornam-se apenas uma possibilidade de leitura, não invalidando outras aproximações. (ANKERSMIT, 2001)

O esmaecimento do passado sob as possibilidades tecnológicas e das mídias, torna as *épocas* anteriores – a palavra *época* demarcando não mais períodos históricos, mas *mentalidades* e *sensibilidades* – tão ou mais familiares do que aquilo que chamamos de presente. Filmes e novelas sobre os anos vinte, sobre os anos 95, sobre a depressão americana, sobre os *anos dourados* ou sobre os *anos de chumbo* brasileiros, fazem com que o passado seja recontextualizado, glamourizado – uma *pós-nostalgia* a consumir o passado na forma de imagens sofisticadas (JAMESON, 1996) – e, muitas vezes, sirva de canal não para mostrar uma anterioridade, real ou fictícia, mas para analisar questões contemporâneas (*Idem*).

Andréas Huyssen (2000, p. 28) amplia a questão temporal e fala que, dentro desta lógica, nos defrontaríamos com um presente sem presença: “quanto mais o capitalismo de consumo avançado prevalece sobre o passado e o futuro, sugando-os num espaço sincrônico em expansão, mais fraca sua autocoesão, menor a estabilidade ou a identidade que proporciona aos assuntos contemporâneos”. Jameson (1996 e 1997) trabalha na mesma linha, analisando que a museologização constante, mesmo da vida privada cotidiana, leva a que nosso presente seja olhado como uma história a ser rapidamente registrada: o aqui e o agora não seriam identificados como presente ou como aquele momento que alcançamos pelos sentidos, mas, sim, pela memória. Seria uma ilusão, portanto, supor que a memória nos conduziria a uma origem autêntica ou a um real verificável, mesmo no nível pessoal. “O passado não está simplesmente ali, na memória, mas tem que ser articulado, para se transformar em memória” (HUYSEN, 1997, p.14), criando um espaço de extrema criatividade para a produção artística – a memória ocuparia a

distânciasemiótica (HUYSSSEN, 2000, p.22) entre a realidade e suas diferentes representações – mas também novas aproximações e mesmo novos produtos em outras esferas culturais.

Essa complexa relação temporal leva a que, cada vez mais, as pessoas tenham necessidade de consumir materializações concretas de memória, seja lá o que isso signifique ou venha a significar. Daí a memória tornar-se um produto globalizado pela indústria cultural, na forma de filmes, documentários, *sites* na Internet, livros de fotografia e mesmo os souvenirs turísticos. Os grandes Museus, com suas mega exposições a percorrer o mundo, ou o crescente mercado fonográfico para a música étnica – ou *de raízes* –, transformada em moda internacional, ou a febre de restaurações dos centros históricos das grandes cidades seriam outros produtos memorialísticos no mercado. Ou seja, o Turismo é apenas mais um elemento, numa questão, por si, complexa. Entretanto, os pontos até aqui colocadas nos permitem avançar numa reflexão que tem sido constante no Turismo: o passado como um *insumo* importante, na formatação de produtos turísticos. Sem entrar no *heritagetourism*, é possível estudar alguns implícitos na questão, através do Museu, elemento recorrente quando se fala em Turismo.

4 O Museu posto em questão

Antes deste contexto de valorização dos suportes externos de memórias, o Museu era a instituição encarregada de lidar com o passado e, portanto, de organizar tanto as memórias coletivas como as individuais. O Museu Tradicional – ou aquilo que seria caracterizado como Museu – teria três grandes funções: guardar/acervar documentos, pesquisar para constituir conhecimento a partir dos documentos em acervo, e divulgar acervo e pesquisas pela publicação de livros, montagem de exposição, realização de cursos, etc. Para um Museu assim constituído, mesmo uma escultura ou uma pintura seria um *documento*, ou melhor, *uma evidência*:

Para o modernista, dentro de sua noção científica de mundo, dentro da visão de história que inicialmente todos aceitamos, evidências são essencialmente evidências de que algo aconteceu no passado. O historiador modernista seguia uma linha de raciocínio que parte de suas fontes e evidências até a descoberta de uma realidade histórica escondida por trás destas fontes. De outra forma, sob o olhar pós-modernista, as evidências não apontam para o passado, mas sim para interpretações do passado; pois é para tanto que de fato usamos essas evidências. (ANKERSMIT, 2001, p.124).

A lógica da indústria cultural alcança os museus a partir de 1987, com a inauguração do «Museu de Orsay, cujo organograma mostra que sua vocação é, desde aí, a produção prioritária e sistemática de serviços e de comunicação» (CHOAY, 2001, p. 185). A nova visão se consolidaria no ano seguinte, com a realização do 1º Salão Internacional de Museus e Exposições. Uma publicação do Ministério da Cultura francês registra: «O produto museológico – a obra na sua ‘embalagem’ museográfica, arquitetural, técnica, pedagógica – tornou-se num 97tivid estético para um consumo de massas, como se fosse uma encruzilhada das técnicas e dos serviços para esse novo tipo de mercado» (*apud* CHOAY, 2001, p.206).

Sob essas lógicas, o Museu será um espaço a ser vivenciado e, enquanto vivências, a ordem é 97tividades97-las. *Intensificar* o desfrute do patrimônio histórico remonta aos anos 1930, quando são criados os primeiros espetáculos de luz e som. Para Choay(2001, p.189), estas propostas, ao se associarem a tecnologias, deslocam o foco de atenção do bem patrimonial – ou seja, do documento – para se centrarem sobre o espectador, com o objetivo de distraí-lo do monumento em si, utilizando para isso mecanismos análogos aos das estruturas comerciais. Na contramão do suposto desfrute erudito da cultura, através de um diálogo íntimo entre o espectador e a obra, a *distração* cultivaria a passividade do público, pois o espetáculo passaria a concorrer com o monumento, e daí as críticas a ela, pelos intelectuais eruditos.

Prosseguindo na leitura que Huyssen(2000) faz do tratamento dado a memória na segunda metade do século XX, o teórico retoma que os anos 1960 seriam marcados pelos movimentos sociais de descolonização que apelavam, entre outros, para busca por uma história comum alternativa ou revisionista, ou seja, por discursos de memória que recodificassem o passado no novo contexto social, cultural e político. Os anos 1970 trariam a forte presença de produtos de memória, a começar pelos Museus, repaginados por projetos arquitetônicos de impacto. Haveria, ainda, a generalizada revitalização/restauração de centros históricos, a moda retro, a literatura memorialística, forte presença do vídeo, da fotografia e outras mídias em processos pessoais de auto museologização da vida privada, desdobrando-se no que ele denomina como *ações memorialísticas* que levaram ao excesso de memórias e ao medo do esquecimento.

Ainda segundo Hyussen(2000), os anos pós 1980 assistiriam a fortes debates críticos sobre o Holocausto e à memorialização da vida privada. Daí, segundo ele, que toda construção da idéia-conceito de Holocausto legaria uma “metodologia” para a questão das novas memórias. Essa metodologia envolveria a construção de um Museu Memorial desafiante na sua arquitetura e museografia (no caso, o Museu do Holocausto²⁵), uma política de eventos (no caso do Holocausto, em torno do Nazismo e sua barbárie), que levem, via grande mídia, a globalização do discurso (do Holocausto), tornando o conceito *Holocausto* como um *lugarcomumuniversal* para falar de traumas históricos como os de Ruanda, Bósnia ou Kosovo. (HYUSSEN, 2000, p.12). O objetivo, ainda para o mesmo teórico, seria o de deixar a(s) memória(s) cada vez mais disponível para

²⁵Há dois Museus do Holocausto, um em Jerusalém e outro nos Estados Unidos. Huyssen refere ao primeiro, que conta com espaço dedicado a fotos e depoimentos, galerias temáticas (surgimento do nazismo, a invasão da União Soviética, os campos de concentração, a resistência e a liberação), onde a história é contada por pessoas “que viveram na época, por meio de seus diários, cadernos, fotos de família e até por itens pessoais que fizeram enquanto estavam nos campos de concentração”. Segundo o arquiteto MosheSafdi, “que projetou o novo museu, declarou que a estrutura do prédio, na forma de um cone escavado na terra, traz a mensagem da memória de um passado sombrio, mas também de uma esperança de renovação e de vitória da vida”.http://www.bbc.co.uk/portuguese/especial/1340_holocausto/page7.shtml

representações/dramatizações, facilitando a sua *mercadorização*, com passados “reais” ou “inventados”, mas, em ambos os casos, problemáticos, pois seria um mundo em que todos nós *representamos um papel*. (HYUSSEN, 2000, p.15)

Na década de 1980 e seguintes, a *metodologia* ganharia em sofisticação em termos de técnicas de animação sócio-cultural, sempre visando a melhor colocação no mercado de memórias como produto comercial. O Museu abandonaria a sua condição de acervo de uma memória coletiva, digamos, associada a um território, onde as comunidades locais podiam realizar uma auto-reflexão sobre suas vivências e cultura, além alimentar identidades, para se tornar nos ditos *shoppingculturais* com lojas, cafés, *99tivi* e reprodução de seus ícones em todo tipo de objetos, aos quais a estetização do *design* empresta visual contemporâneo: o «lugar da *mise-em-scène* espetacular» (HUYSSSEN, 1997, p.223), onde o 99tividades99s busca experiências enfáticas, de mega-eventos e de espetáculo, e não mais uma «aproximação meticulosa do conhecimento cultural» (HUYSSSEN, 1997, p.224).

Distração, entretenimento, vivência e espetáculo. Ou seja, o Museu coloca-se menos como espaço de acervo da memória coletiva, espaço de pesquisa e conhecimento, e mais como *acontecimento*, aqui muito próximo ao sentido que Boullón(1990) dá ao termo *momento*: algo que não tem compromisso nem com o que vem antes (passado), nem com o que se seguirá (futuro), desencorajando qualquer possibilidade de pensamento crítico. O *acontecimento* deverá marcar-se pela intensidade e não pela extensividade.

Se os espaços memorialísticos tradicionais são desconstituídos da função de materializar o passado coletivo, ao intensificar a vivência do tempo presente, amplia-se a busca pela constituição de memórias pessoais, manifestas na constante museologização da vida privada. Para

ficarmos no Turismo, explicaria a recorrência do viajante à fotografia, ao vídeo e ao souvenir, que não devem ser vistos apenas como signos de ostentação do viajante sobre seus deslocamentos, mas como uma demanda mais complexa da psique, em especial no momento contemporâneo.

Considerações

A metodologia, a que se refere Hyussen, tem incentivado a que os Museus passem a fazer parte do cenário de muitas cidades, inclusive no Brasil, onde se poderia destacar pelo menos o caso do Museu de Niterói, criado por Niemeyer, e o Museu Ibere Camargo, em Porto Alegre, saído das pranchetas de Álvaro Siza. O sucesso dessas iniciativas leva a que sejam repicados em outros lugares, muitas vezes em nome do Turismo. O que se observa é que, por visões parciais das situações até aqui descritas, ou por falta de recursos financeiros, muitas vezes a *metodologia* desenhada por Hyussen é aplicada apenas parcialmente. Ou seja, constrói-se o prédio monumento obra de arte, associa-se a ele um acervo de curadoria às vezes discutível, ou seja, não desafiante.

O outro passo da metodologia, a política eficiente de eventos nem sempre é instituídos, levando a que os efeitos sobre a mídia sejam esvaziados. Ou seja, após a inauguração, o Museu inicia um processo de apagamento na sua presença junto à sociedade. Considere-se, ainda, a indispensável participação da tecnologia, sem a qual, a exemplo do Museu da Língua em São Paulo, a interação com o público também fica reduzida. A tecnologia, em alguns casos, chega a substituir a presença de um acervo, digamos, materializado em objetos.

Relativamente ao Turismo, ampliando-se a questão para além do Museu, se a relação rotineira com tempo (e espaço), como este artigo vem procurando demonstrar, não é simples nem *natural*,

a relação com os mesmos, em situações de viagem, é ainda mais complexa. Boullón(1990), referindo-se ao espaço, comenta que a constante mudança de lugar afeta o sentido de continuidade do viajante, em especial nas grandes cidades, onde ele reconhece alguns locais, mas tem dificuldade em construir um esquema espacial que organize o lugar. Não raro, a relação com o lugar seria quase inexistente, pois falta “la permanência del sujeto em el objeto, cosa imposible cuando el calendario del viaje impone una presencia 101tívida em cada punto del itinerário” (*idem*, p.109). A presença de Museus e seus prédios magníficos torna-se marco identitário dos lugares, de certa forma facilitando, para o turista, a sua localização. Quando o tempo se coloca como questão, a relação não seria menos complexa:

El presente es cada instante del tiempo transcurrido, cuando se materializa el viaje. El futuro, desde que decidió viajar hasta que el viaje se efectúa, abarca buena parte del interés y despierta las ilusiones del viajero. Éste, posteriormente y durante largo tiempo, recuerda las experiencias vividas, que se renuevan cada vez que alguna conversación con otras personas, que 101tívida hayan visitado los mismos lugares, hace que todos evoquen sus imágenes y anécdotas y expresen las impresiones que le merecieron esos sitios (BOULLÓN, 1990, p. 113).

Se aproximarmos as questões envolvendo a dificuldade de organizar o espaço, com a precarização da percepção do presente – o presente seria um instante fugidio, entre o passado e o futuro – entende-se melhor a necessidade que o turista tem em se cercar de suportes artificiais de memória, os mais corriqueiros sendo a fotografia e o souvenir, pois, caso contrário, ao regressar da viagem, todo o vivido se restringiria às hoje precárias, memórias internalizada.

Boullón(1990) fala em memórias de curto prazo e as de longo prazo. As primeiras seriam compostas por impressões fugidias, a serem esquecidas, talvez, antes que a viagem termine. As segundas, para ele, seriam aquelas ligadas às vivências mais transcendentais, registradas em *imagens* que acompanhariam o viajante por muito tempo: “la importância de una imagen recuerdo es independiente de la duración y de la repetición de un viaje, que, por más corto y

aislado que sea, puede102tivid a memória de largo plazo e durar toda la vida” (BOULLÓN, 1990, p. 115).

Tanto as memórias de curto prazo como a de longo prazo irão utilizar suportes materiais para registrá-las, embora eles sejam mais importantes para a primeira do que para a segunda. Daí a forte carga memorialística daquilo que SANTANA (1997) denomina *objeto turístico*. Estes objetos se constituiriam em função direta da viagem, senão na sua gênese, na sua apropriação pelo viajante. É o caso de todos aqueles produtos comercializados nas lojas dos Museus, e que são tão criticados pelos acadêmicos e especialistas. Vê-se que eles cumprem um papel importante, que ultrapassa as questões de marketing das instituições. O objeto turístico, deslocado de suas funções pragmáticas, artísticas ou mesmo rituais dentro de uma determinada sociedade, quando adquirido pelo turista é transformado em objeto estético e *documento* pessoal, a ser colocado lado a lado com outras peças que também alimentam a atual necessidade de museologização da vida privada.

Tem se tornado lugar comum apresentar o Turismo como um fenômeno complexo. Para além do jargão, a sua complexidade contemporânea deve dialogar, necessariamente, com a complexidade de outros fenômenos econômicos, ambientais, sociais e culturais. Analisá-lo e planejá-lo supõe, cada vez mais, buscar um diálogo amplo, olhando menos o dito Turismo e mais para uma sociedade que tem nos deslocamentos e no lazer, valores fundamentais ao seu atual modo de ser. O mesmo vale para os Museus, e sua nova dimensão cultural e social, 102tividades102s.

Referências

ANKERSMIT, F. R. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi** – Revista de História. N.2 ,V. 2 Janeiro-Junho de 2001, s/p http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi02.htm

- BARTHES, R. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1987.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 412 p.
- BOULLÓN, Roberto C. **Las 103 actividades turísticas y recreacionales – El hombre como protagonista**. Mexico: Trillas, 1990.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000
- ECO, U. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- GASTAL, S. “Ivan A. Izquierdo: È a memória que nos dá identidade”. **Porto&Vígula**, Porto Alegre, n. 22, p. 2 a 8, 1998.
- GASTAL, Susana. **Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio– tempo, espaço e visualidade na pós-modernidade**. Porto Alegre: Papyrus, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HUYSEN, A. **Memórias do modernismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.
- JAMESON, F. **Sementes do tempo**. São Paulo: Ática, 1997.
- MAFFESOLI, Michel. **Sobre o nomadismo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTANA, Agustín. **Antropología y turismo. ¿nuevas hordas, viejas cultura?** Barcelona: Ariel, 1997.

TURISMO E O MUSEU DE FAVELA:

Um caminho para novas imagens das favelas do Rio de Janeiro.

Bel. Camila Moraes

Resumo:

O trabalho versa sobre a implementação do Projeto Turismo no Museu de Favela, em andamento no Complexo de favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. O projeto surge após a fundação da organização não-governamental Museu de Favela (MUF), constituída por moradores das comunidades, com o objetivo de valorização da memória coletiva. Para a promoção de visitas ao museu pensaram em aliar sua proposta ao Turismo, em função da localização das favelas e do interesse por turistas em visitá-las. Deste modo, foi elaborado em convenio com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) um curso de extensão em Turismologia para a comunidade capacitar-se para a organização de visitas e elaboração de roteiros nas favelas. Como turismóloga responsável pelo projeto estou analisando, em trabalho de campo, a relevância da relação Turismo e Museus para a reafirmação das comunidades faveladas do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: Turismo, Museus e Favelas

**TURISMO E O MUSEU DE FAVELA:
Um caminho para novas imagens das favelas do Rio de Janeiro.**

Camila Moraes

Abstract:

The paper discusses the implementation of the Tourism Project at the Museum of Favela, underway in the complex slums Pavão, Pavãozinho and Cantagalo. The project comes after the founding of the non-governmental Museum of Favela (MUF), consisting of community residents, with the goal of recovery of collective memory. For the promotion of visits to the museum thought about his proposal to combine tourism, depending on the location of slums and the attractiveness of tourists visit them. Thus was produced through an agreement with the Acceleration Program (PAC) and the Federal University of Rio de Janeiro (UNIRIO) an extension course in Turismologia to enable the community to the organization of visits and preparation Route slums. How turismóloga responsible for the project I am examining, on fieldwork, the importance of respect Tourism and Museums for the reaffirmation of the slum communities of Rio de Janeiro.

Keywords: Tourism, Museum and Slums

Introdução

Segundo estudos de Freire-Medeiros e Menezes (2006), o Turismo de Favela, não é uma prática de hoje. Relatos de viajantes, que visitaram o Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, revelam que visitar favelas cariocas não é uma prática que surgiu recentemente.

A visitação da Rocinha ocorre, com finalidade turística, desde a década de 1990, sua localização, grandiosidade e movimentação econômica despertam o interesse da sociedade e dos turistas.

O mercado desta segmentação tem se expandido para outras comunidades cariocas. No Morro da Babilônia, a exemplo do que acontece na Rocinha, são realizados *tours* pela localidade, com características distintas. Nesta, as visitas são organizadas por agentes internos como uma forma de desenvolvimento sustentável para a comunidade, sem permitir a interferência de agentes externos (FREIRE-MEDEIROS E MENEZES, 2006).

No Morro dos Prazeres há ao mesmo tempo uma colaboração e disputa entre agentes internos e externos que tentam organizar *tours* no local. O foco dessa experiência é a dimensão artística da favela (FREIRE-MEDEIROS E MENEZES, 2006).

No Morro da Serrinha existe um projeto de criação de outro corredor de visitação, que visa os aspectos culturais relacionados ao samba, jongo e manifestações religiosas ligadas à cultura africana como a umbanda (OMENA, 2009).

Pereira da Silva é outro morro que tem como estratégia turística o funcionamento de uma pousada com cinco unidades habitacionais, todas com sacadas que permitem a contemplação de belas paisagens. Em Vila Canoas, a hospedagem se dá de forma distinta. Os moradores hospedam os turistas em suas próprias casas (OMENA, 2009).

A Casa de Cultura, localizada na Maré, foi criada em 2006 e possui um acervo formado por materiais pertencentes, aos moradores da favela objetivando a preservação do patrimônio cultural das periferias (OMENA, 2009). No ano de 2009, o Museu ganhou sinalização turística as

margens das Linhas Vermelha e Amarela, Avenida Brasil, importantes estradas do estado do Rio de Janeiro que dão acesso a comunidade.

No Morro da Providência o turismo foi idealizado com a criação do Museu a Céu Aberto pelo Poder Público, que promoveu a recuperação de pontos históricos (MENEZES, 2008). Este projeto foi resultado da ação integrada do Programa Favela-Bairro e do Projeto de Desenvolvimento e Revitalização da Área Portuária, ambos realizados pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Menezes (2008) em sua dissertação de Mestrado destaca a especificidade do projeto do Museu da Providência dentro do contexto de revitalização da Zona Portuária e planejamento estratégico da cidade que o diferencia de outros museus em favelas, como por exemplo, o Museu da Maré.

Segundo Freire-Medeiros (2006) O Museu da Maré pode ser pensado como “um museu para dentro”, ou seja, para os próprios moradores da favela; enquanto que o Museu da Providência foi planejado como um “museu para fora”, para os turistas, para a visitação externa, para “gerar o contágio da cidade com a favela”.

No ano de 2009, o Programa de Aceleração do Cescimento (PAC), o Museu de Favela e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) deram início ao Projeto Turismo no MUF (TURISMUF) que tem como proposta a capacitação da população local para o envolvimento na atividade turística.

O projeto é considerado a concretização de um debate que vem sendo desenvolvido na comunidade desde 2008. Em busca de uma “vocação econômica” para o local, encravado entre Copacabana e Ipanema, bairros com forte apelo turístico, a comunidade se redescobriu como uma área cultural de talentos para a arte, que desenvolve música, dança e artesanato. Surgindo então, um movimento de reafirma o da identidade coletiva e de recomposi o da memória de uma comunidade que existe há cerca de cem anos (MUSEU DE FAVELA, 2009).

O MUF   o primeiro museu territorial integral do Brasil. Instalado no complexo de favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo.

Segundo Scheiner (2009), um Museu Territorial   um tipo de museu de museu que articula a paisagem a comunidade através de qualquer tipo de rela o entre sociedade e natureza

na produção da cultura. Deste modo, o MUF pretende desenvolver um trabalho de mobilização da comunidade e ao mesmo tempo tornar-se uma atração turística, aproveitando esta articulação paisagem e comunidade que atrai tantos turistas as favelas do Rio de Janeiro

Neste sentido, o Museu de Favela nasce com uma perspectiva que une os objetivos do Museu da Maré e do Museu da Providência. Seu conselho diretor pretende voltar o museu para os públicos internos e externos. Internamente mobilizando a comunidade e externamente atraindo turistas.

Neste artigo analiso a organização não-governamental (ONG) Museu de Favela (MUF), o início de suas atividades voltadas para o turismo, com a expectativa de divulgar uma nova imagem da favela, de resignificá-la e reafirmá-la.

O Projeto Turismo no Museu de Favela (TURISMUF):

Este ano comecei a participar de um projeto que me encantou, o Projeto TURISMUF no Complexo de favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. Este projeto tem a proposta de atrair turistas para a região, possibilitando a geração de renda para a comunidade local.

Para entendermos este projeto precisamos identificar alguns de seus atores e como surgiu esta idéia de turismo no Museu de Favela.

“O MUF começou como um vento de idéias de moradores insatisfeitos com o estado das coisas e com muita motivação e energia para promover mudanças.” (Site do Museu de Favela)

Segundo o jornal de apresentação do MUF, o Museu foi formada com a integração de moradores das comunidades do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo e trabalha pela realização de um “plano cívico comum”, “traz uma visão de futuro transformadora das condições de vida na favela”, através da valorização da memória cultural coletiva e do desenvolvimento territorial e turístico (MUSEU DE FAVELA, 2009). Assim, segundo

informações encontradas no site e no jornal do MUF (2009) que surgiu a visão de futuro que se tornou o macro-objetivo do MUF:

“Transformar o morro em um Monumento Turístico Carioca da História de Formação de Favelas, das Origens Culturais do Samba, da Cultura do Migrante Nordestino, da Cultura Negra, de Artes Visuais e de Danças – Um grande roteiro de visitação turística nacional e internacional da Cidade do Rio de Janeiro” (MUSEU DE FAVELA, 2009)

Foi em meio a tantas idéias que o MUF constituiu-se enquanto ONG com estatuto, diretoria, sócios fundadores e um Conselho Comunitário aberto para a participação de todos os projetos e trabalhos realizados na comunidade.

No jornal de apresentação do Museu de Favela (2009) encontrei também o depoimento de uma ilustre moradora, Rita de Cássia, do morro do Cantagalo que conta porque o MUF foi formado:

“O Rio de Janeiro oferece ao turista beleza natural e pontos turísticos reconhecidos internacionalmente, mas em meio a este cenário estão as favelas, consideradas por muitos como guetos, associados só a violência e a miséria”. Contudo aos olhos de seus moradores, as favelas são locais com uma riqueza histórica e cultural a ser descoberta por aqueles que nunca se permitiram conhecê-la de perto. É pensando nisto que as comunidades do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho tem a meta de se tornar um dos principais destinos de visitação turística do Rio, aproveitando que estão entre os bairros de Ipanema e Copacabana, muito valorizados economicamente e onde se hospedam grande parte dos turistas que freqüentam o Rio de Janeiro” (MUSEU DE FAVELA, 2009)

O MUF foi fundado em fevereiro de 2009, com apoio do PAC e de sua Base de Inserção Social, mais conhecida como BISU. É importante mencionar que em todos os PAC's de favelas do Rio de Janeiro há uma empresa atuando nas atividades de inserção social. Estas bases oferecem cursos como, por exemplo: formação para garçons, empreendedorismo, curso de manicure e cabeleireiro, entre outros.

Porém, nas comunidades do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo foi diferente. Segundo o responsável pelo PAC no Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, em discurso proferido na Aula Inaugural do Projeto TURISMUF; quando chegaram à comunidade e solicitaram uma reunião com o conselho comunitário – conselho consultivo formado por moradores da localidade. Este

conselho sugeriu o desenvolvimento do turismo na região, pois há cerca de 20 anos, segundo um dos sócios fundadores do Museu, turistas visitam as favelas do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo.

Por isso, o MUF sugeriu que fosse desenvolvida a atividade turística de forma organizada na área.

Visando atender a solicitação do MUF, a Kal, empresa responsável pelo BISU nessas comunidades elaborou o projeto do ano de 2009 com cursos voltados para o desenvolvimento turístico da região, aliado a valorização da cultura local.

Para isso, a Kal buscou o Professor Mario Chagas (UNIRIO / IBRAM), para auxiliar na formação deste Museu e sua institucionalização. Após a fundação do Museu, buscaram o Curso de Turismo da UNIRIO para o oferecimento de curso de formação de guias locais.

Nos primeiros contatos com o Curso de Turismo, os professores explicaram que a universidade não tem autorização para formar guias, e informaram que existem cursos específicos para isso. Diante disso, uma das professoras do departamento de Turismo, Tânia Omena (UNIRIO / ABBTUR) apresentou como contraproposta ao MUF: O Projeto Turismo no MUF (TURISMUF).

O TURISMUF é um projeto de extensão da UNIRIO, cujo objetivo é incentivar o turismo como atividade econômica nas comunidades, e capacitar os moradores para trabalharem com turismo, como guias locais. Este projeto busca preparar os moradores para a elaboração de roteiros e planejamentos capazes de incluir a comunidade local, conforme as orientações do Ministério do Turismo, em especial, do Programa de Regionalização.

Segundo definição do Ministério do Turismo (2007)ⁱ, regionalizar é transformar a ação centrada na unidade municipal, para uma política pública mobilizadora de planejamento e coordenação, para o desenvolvimento turístico local, regional, estadual e nacional; de forma articulada e compartilhada. É, também, um esforço coordenado entre municípios, estados e países para ações de negociação, consenso, planejamento e organização social (BRASIL, 2007).

Deste modo, o Ministério apóia ações com o objetivo de ampliação e qualificação do mercado de trabalho; diversificação da oferta turística; estruturação dos destinos; ampliação do consumo turístico no mercado nacional e aumento da inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional (BRASIL, 2007).

Neste sentido, uma das principais diretrizes políticas do plano de regionalização é denominada “Roteiros do Brasil: mercado e inclusão social”. É nesta diretriz que está fundamentado o projeto TURISMUF.

O Programa de Regionalização faz uma proposta de transformação produtiva com equidade, propõe inclusão social, envolvimento da comunidade local em processos de decisão, visando também maior geração de renda. Está aí seu potencial para a promoção da aceleração do crescimento local, indo ao encontro das diretrizes do PAC.

O TURISMUF – Turismo no Museu de Favela é um projeto que visa a implementação do Turismo de Base Local via o projeto denominado *Espaços de Potencial Diferencial para o Desenvolvimento de Pólos Turísticos na Cidade do Rio de Janeiro*. Este projeto surge da interseção de dois desafios articulados: a demanda de inserção social e profissional de jovens, especialmente os oriundos de famílias de baixa renda, e a necessidade de desenvolvimento sustentável do turismo em pólos diversos e diferenciados (OMENA, 2009).

O projeto foi aceito e apoiado pelo Governo do Estado, que assinou um convênio com a UNIRIO para colocar o projeto em prática.

Iniciado o projeto, uma das primeiras ações foi participar do primeiro “Visitão” – visita guiada pelos membros do Conselho do MUF. Para esta visita, o Museu de Favela elaborou um roteiro para apresentar as Comunidades do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo a alguns de seus convidados.

O “Visitão”:

Meu trabalho de campo sobre esta iniciativa do MUF de desenvolvimento da atividade turística no Pavão, Pavãozinho e Cantagalo tem início de fato com o chamado “Visitão”. Esta visita foi apenas para convidados e foi guiada por uma guia turística, sócia fundadora do MUF, e dirige também outra ONG na comunidade, e já leva turistas há mais de quinze anos para essas favelas.

Escolhi este “visitão” para análise neste artigo por três motivações fundamentais:

A primeira motivação foi a oportunidade de ver pela primeira vez o que será mostrado neste roteiro do MUF e me imaginar de fato em um museu, apenas em um formato diferente. Assim, com este meu olhar já direcionado para a idéia do museu pude olhar tudo o que era apresentado como patrimônio das comunidades, parte da história do território e parte do Museu de Favela.

A segunda motivação se deu porque o MUF se apresenta como um Museu *de* Favela e não um Museu *da* Favela, ou seja, a idéia é que o Museu não represente só o Pavão, Pavãozinho e o Cantagalo, mas todas as favelas do Rio de Janeiro, ou seja, apresentará a cultura *de* favela. Assim, acompanhando este roteiro posso entender como eles pensam as favelas do Rio de Janeiro e como eles querem apresentar ou representar as favelas.

A terceira motivação foi o fato de o primeiro “visitão” ter sido apresentado como um grande evento, com certos aspectos de inauguração. O que me deu a certeza de encontrar os grandes personagens desta história, os idealizadores do projeto juntos, apresentando o roteiro pensado por eles, e, sobretudo, conhecer o que o MUF apresentaria antes do Curso de Turismologia.

Farei então um breve resumo do “visitão”:

O roteiro tem início no plano inclinado. A guia que nos acompanha e explica que este plano foi construído após uma tragédia no natal de 1984, quando houve um desmoronamento. No local mais afetado pelo deslizamento, no caminho aberto, o então governador Brizola construiu o plano inclinado, onde um bonde facilita o acesso ao morro. Os moradores que nos acompanhavam no momento, membros do MUF, explicaram que além da construção do plano inclinado, foi construído um CIEP e algumas casas no entorno.

A maior parte dos convidados pegou então o bonde. Eu, como boa aprendiz da antropologia, subi com os moradores as escadarias, para ouvir as histórias e tirar fotografias, mas, infelizmente, pelas escadarias não me deixaram fotografar nada. Isto porque, o turismo em uma favela exige o cumprimento de algumas regras fundamentais, entre elas, *onde, quando* e *o que* fotografar, o que não é muito diferente de um museu tradicional.

Ao final da escadaria, encontramos uma vista maravilhosa do Rio de Janeiro – Praia de Copacabana – este foi o primeiro mirante indicado pelos moradores, local onde no futuro eles pretendem sinalizar para que os visitantes entendam que ali eles podem e devem fotografar.

Em seguida nos dirigimos para a casa de Dona Antônia, diretora da Rede MUF. Esta rede foi formada para a articulação de todos os artesãos da comunidade. No natal do último ano eles fizeram uma caixa, confeccionada por um grupo de artesãos, que depois era pintada por artistas plásticos, e dentro da caixa vinham biscoitos feitos por outro grupo da comunidade. Ou seja, a rede funciona para articular todos os artesãos e, neste caso, doceiros dos morros que produziram um produto final comum a todos e em última análise um produto do MUF. Esta pequena amostra do trabalho em rede foi vendida para arrecadação de verba para o museu.

Na casa de Dona Antônia, podíamos também ir ao banheiro, tomar água ou café, além de vermos seus bordados expostos. A guia nos explicou que esta casa será uma casa de artesanato, uma pequena loja.

Dali seguimos pelas vielas, no meio do caminho havia grafites do Presidente do Conselho do MUF – o Acme – e pinturas em tecido de outro morador que nos contou que na última vista do Príncipe Charles ele comprou uma de suas telas.

Enquanto admirávamos as artes plásticas locais, Mario Chagas, amigo, professor e apoiador do projeto, me explicava que eles planejavam montar vitrines a céu aberto para expor as artes visuais, mais ou menos como estavam expostas as obras do artista já internacionalmente conhecido.

Após esta pequena caminhada chegamos a um singelo anfiteatro improvisado, as arquibancadas eram os degraus das escadas das comunidades e o palco a entrada de um bar. Lá se apresentava um coral de crianças da comunidade –*Harmonicanto* – que cantavam músicas de Jorge Benjor falando das belezas do Rio. Ao fundo ouvíamos também um morador aumentando o som de sua música evangélica para abafar o som das crianças cantando, parecendo ignorar a visita que acontecia naquele momento. No entanto outros moradores, a pedido do grupo do MUF, deixavam os convidados subir em suas lajes para admirar a vista.

Depois de um tempo de dispersão e admiração começamos a descer até um pátio onde havia artesanato exposto e um grupo de capoeira que se apresentou para nós. Assistimos a uma

apresentação, conversamos, rimos, os visitantes compraram seus *souvenires*, fotografaram mais e seguimos para a parte final de nossa visita. Passamos por uma igreja, originalmente católica, que fechou, foi um bar, uma igreja evangélica e voltou a ser igreja católica.

Após a igreja, a visita foi encerrada, já na esquina de uma das principais ruas de Copacabana, o que foi uma surpresa para muitos que achavam que não estávamos tão perto assim do “asfalto”.

Turismo e Museu de favela: A Construção de uma nova imagem para as favelas do Rio de Janeiro

No Projeto Turismo no Museu de Favela há uma questão fundamental para análise: O desejo do MUF em ser um museu que represente todas as favelas do Rio de Janeiro. Para isso, a ONG está utilizando a institucionalização deste Museu de Favela e do Turismo de Favela para fortalecer a identidade dos moradores de favela e reafirmar sua cultura.

Esta posição é aliada a toda a proposta do museu no sentido de fortalecimento da identidade local, da cultura local. Cultura esta representada pelos grafites que estão nas paredes em boa parte do roteiro, na pintura dos artistas em telas, na capoeira, no coral das crianças, que também representam os projetos sociais, que são comuns as favelas e no eco-artesanato da rede MUF.

Neste sentido, o caso do MUF lembra em muitos aspectos a aldeia dos Pataxós, em Porto Seguro (Grunenwald, 2002). Os índios organizaram e re-significaram sua cultura para viver do turismo e participar da forte atividade turística da região. Passaram então a organizar apresentações culturais de seus rituais, danças, além de vender seu artesanato, possibilitando a manutenção da aldeia em um local turisticamente valorizado.

Guardadas suas especificidades, o caso dos pataxós e do MUF são semelhantes na medida em que ambos buscam o turismo como gerador de renda em cidades turísticas, respectivamente, Porto Seguro e Rio de Janeiro. Embasados pelo segmento do Turismo Cultural, mais

especificamente, do Turismo Étnico, estas comunidades garantem assim, sua inserção na atividade turística.

Deste modo, o roteiro tem a intenção de nos mostrar uma favela diferente daquelas que vemos nos jornais, estigmatizada pela violência e pelo tráfico de drogas. O roteiro tenta apresentar uma nova imagem da favela.

Por isso, o turismo aliado ao Museu aparece para os moradores, em especial aqueles organizados no MUF, como estratégia de reafirmação da população naquele território.

A segunda questão analítica fundamental sobre o “visitão” se refere aos cuidados e receios do MUF com relação a atividade turística. Este grupo não acha o turismo uma maravilha ou uma panacéia para todos os seus problemas. Sabem que o turismo atrai pessoas de fora dos territórios com interesse na exploração dos mesmos turisticamente. Um exemplo deste fato é a Rocinha, local identificado pelos membros do MUF, como explorado turisticamente por pessoas de fora, e muitas vezes mencionado por eles como uma referência do que eles não querem que aconteça no Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. Percebe-se aqui um dos conflitos mais recorrentes no Turismo – as tensões entre “os de fora” e os de “dentro” como já foi trabalhado por Prado (2003) na Ilha Grande.

É importante mencionar que esta tensão envolve no “grupo dos de fora”, fundamentalmente, as agências de viagens, como as que levam turistas de *jeep* para a Rocinha e querem começar a levar turistas para o Pavão, Pavãozinho e Cantagalo.

Há moradores que se referem diretamente ao turismo na Rocinha e aos famosos *jeeps* que fazem visitas a esta favela no Rio de Janeiro. No jornal de apresentação do MUF um trecho descreve um pouco uma idéia de rejeição a estes *jeeps*, mas de forma indireta, a palavra *jeep* não aparece, mas aparece zoológico, que remete a safári e as analogias que muitos fazem a estes *jeeps*:

“Um dizia ‘vamos fazer uma galeria aberta de grafites artísticos na comunidade’, outro ‘vamos fazer um documentário contando a historia do morro’, outro ‘ vamos mostrar aos turistas que as favelas têm um lado melhor do que aquele que é mostrado em outras favelas onde sobem turistas e estrangeiros que acham que a favela é zoológico e morador é bicho’” (trecho extraído do Primeiro Jornal Informativo do Museu de Favela. Pg.2)

No lado “dos de dentro” estão os moradores, e alguns deles reunidos no MUF vêm no Museu de Favela e no seu reconhecimento turístico uma força para a comunidade. Isto, porque, o

reconhecimento das favelas como patrimônio, como está implícito na idéia de museu de território, garante a manutenção da favela no local diante das obras do PAC, que se apresentam como uma ameaça muitas vezes. Havendo um temor da perda das casas, já que a comunidade tem plena noção de que está localizada em uma área muito valorizada da Zona Sul, lembrando os bairros de Copacabana e Ipanema.

Deste modo, o turismo organizado pelo Museu de Favela, deve fortalecer a comunidade local. Isto fica claro no seguinte trecho do Rap do MUF:

“Samba, capoeira, dança de salão nesse caldeirão se mistura dentro da cultura
Etnográfico, prático mundo pobre
Vivências, memórias e fatos que se descobrem
Os autores e precursores, construtores, mentores, pacificadores apaziguadores,
colonizadores acendam os refletores”
(...)
“das vitórias, histórias, brasilidade, vista da laje e das extremidades testemunhos reais,
tesouros marginais, dançai, cantai
Seus bens culturais
Sarafim, Pavãozinho, Cantagalo e Pavão, Vietnã, Caranguejo
Na conexão, Quebra Braço, Buraco Quente, Terrerão, Igrejinha, Nova Brasília um
rolézão, só chegar no brindão ser sangue bom
Povo anfitrião estende a mão
Aprecie as belezas que emanam dos jardins suspensos de Ipanema e Copacabana.
Museu de Favela é virtude de atitude sincera
Museu de Favela é galeria a céu aberto no beco e na viela
Museu de Favela é virtude de atitude sincera”
(Rap do MUF)

Este trecho do Rap do MUF é um importante componente de análise, pois ele é cantado para apresentar o Museu de Favela e ajuda na reflexão para este trabalho.

Merece destaque, o uso da palavra *etnográfico* no rap, que apesar de aparecer com uma grafia diferente da forma correta, não está ali por acaso, o *etnográfico* remete ao segmento do turismo étnico.

Conforme definição de Van DenBergue (1984), o turismo étnico é aquele em que os próprios nativos são a atração. Deste modo, os Museus de Território são um importante componente do turismo étnico, isto porque, em ambos o atrativo central é o modo de vida, a cultura e as pessoas do território.

Considerações Finais

Entretanto ainda fica uma questão que merece ser ressaltada. A relação museus, turismo e re-significação de comunidades e populações já foi abordada em diversos trabalhos entre eles no ensaio de Witz (2006) *Transforming Museumson Postapartheid Tourist Routes* (Transformando Museus no Pós Apartheid e Rotas turísticas).

Neste ensaio são levantadas questões referentes aos museus e centros culturais que receberam incentivos do governo de Mandela, Pós-Apartheid. Estes museus funcionam como importantes signos no desenvolvimento do discurso de redescoberta de uma herança, uma identidade, de reconciliação e construção de uma nação igualitária, com o objetivo de se tornarem também novas rotas turísticas no país.

No entanto, o modo como se apresentavam estes museus conflitava com as campanhas de divulgação que, desde a década de 20, estavam voltadas para a visita a uma África Primitiva. O caso da África do Sul pode servir de inspiração para pensar o turismo em favelas, que apesar de não possuírem um histórico de campanhas turísticas oficiais como a África Primitiva, convivem com outro tipo de campanha na mídia, uma divulgação da violência e do tráfico.

Esta divulgação da violência nas favelas é conhecida pelos turistas, e é em oposição a estas campanhas deterioradoras da imagem das favelas que o MUF, como já foi apresentado, quer apresentar e representar as favelas. O Museu de Favela tem uma proposta semelhante aos Museus do Pós-Apartheid, na medida em que busca um distanciamento de signos deterioradores. No caso da favela o signo da violência e do tráfico de drogas.

Portanto, é importante termos em mente que na relação turismo e comunidade, os museus têm que constantemente mediar o passado, o presente e suas representações. Esta mediação está envolvida também em um circuito de imagens, signos e a economia do turismo internacional, bem como com o conflito entre as representações.

Referências Bibliográficas:

- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas** - Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo. Edições 70. São Paulo, 2005.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. 2007.
- _____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo (2007/2010)** – Uma Viagem de Inclusão. Brasília, 2007.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *Favela como Patrimônio da Cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus*. **Estudos Históricos**(Rio de Janeiro), v. 38. 2006.
- _____. *A favela que se vê e que se vende: Reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico*. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, p. 61-72. 2007.
- FREIRE-MEDEIROS e MENEZES. *A Construção da Favela Carioca como Destino Turístico* in: **Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC** - Florianópolis, SC, Julho. 2006
- GRÜNEWALD, R. A.. *A Reserva da Jaqueira: Etnodesenvolvimento e Turismo*. In: RIEDL, Mário; ALMEIDA, Joaquim A.; VIANA, Andyara L. B.. (Org.). **Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. , p. 205-230. 2002
- MENEZES, Palloma. **Interseções entre novos sentidos de patrimônio, turismo e políticas públicas: Um estudo de caso sobre o Museu a céu aberto do Morro da Providência**. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas: Sociologia – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2008
- MUSEU DE FAVELA. **Primeiro Jornal Informativo do Museu de Favela**. Rio de Janeiro, 2009.
- OMENA, T. **TURISMUF – Turismo no Museu de Favela**. Projeto Extensão. UNIRIO. 2009
- PRADO, Rosane M. *Tensão no paraíso: Aspectos da intensificação do turismo na Ilha Grande*. **Caderno Virtual do Turismo** nº 7. Rio de Janeiro: Instituto Virtual do Turismo/COPPE/UFRJ. 2003
- SCHEINER, Tereza. *Que amigos? Para que Museus?*. In: **Revista Museu**. Disponível em: www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp/?id1987/ Acessado em: 13/06/2009.
- URRY, John. **O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Nobel, 1990.
- VILLELA, Gustavo. **O Aventureiro, Ilha Grande – RJ: Uma análise de mudança social**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- WITZ, Leslie. *Transforming Museums on Postapartheid Tourist Routes*. In: Karp, I., Kratz, C., Szwaja, L. and Ybarra-Frausto, T. (eds). **Museum Frictions: Public Cultures/Global transformations**, Durham, North Carolina: Duke University Press. 2006.

<http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/>